

# O PROJETO ORIGINAL DAS SEGUNDAS FILOSÓFICAS

## APRESENTAÇÃO

O *site* das Segundas Filosóficas (<https://segundasfilosoficas.org/>), que esteve disponível na rede desde 2013 e cuja desativação foi programada para o início de 2023, continha, na página inicial, a seguinte sentença: “Somos capazes de sonhar com um mundo melhor. Seremos também capazes de projetá-lo e de efetivamente construí-lo? Aqui, tentamos encontrar respostas”. Essa sentença indicava o propósito objetivo dos encontros do grupo, cujos estudos filosóficos exploravam as potencialidades da teoria do conhecimento proposta por um dos membros do grupo (RODRIGUES, 1999).

O projeto, a seguir transcrito, foi organizado e disponibilizado, visando a possibilitar discussão ampla a respeito de diversas questões, na expectativa de enriquecê-la. Presentemente, esse registro tem, sobretudo, valor histórico, em razão da reorientação do grupo no sentido da Academia Platônica de Brasília. Por essa razão, preservam-se os comentários feitos aos capítulos, ao final de cada um deles, cumprindo compromisso assumido, na ocasião, nas orientações de participação e, também, buscando evidenciar as dificuldades iniciais enfrentadas no empreendimento. Conforme pode ser constatado no capítulo oito do projeto, foram esses esforços iniciais que oportunizaram as percepções que, agora, viabilizam o advento da Academia. A comparação desses dados históricos com os fundamentos organizativos da Academia permite entender não apenas a evolução da concepção filosófica como também as razões que amparam e justificam o advento da Academia.

Os estudos que constavam do *site* desativado foram incorporados à biblioteca do *site* da Academia.

## ESTRUTURA DA QUESTÃO OU SUMÁRIO DA OBRA

1. Introdução: o projeto.
2. Justificativa do conceito de paradigma, como fundamento de um padrão civilizatório. – Objetivo: dar credibilidade ao conceito de paradigma civilizatório.
3. Leitura paradigmática do modelo ocidental de civilização com destaque aos problemas estruturais que comprometem o futuro da humanidade. – Objetivo: demonstrar que a atual civilização ocidental constitui fruto de um paradigma formal claramente identificado.
4. Uso do Mito da Caverna de Platão. – Objetivos: tipificar a mentalidade predominante no mundo ocidental e identificar as condições gerais de contorno que terão de ser consideradas em virtual projeto de intervenção social.
5. O modelo do logos normativo da racionalidade, como descrição ontológica da existência. – Objetivos: axiomatizar, justificar e descrever o modelo.
6. Demonstração do poder heurístico do modelo do logos normativo da racionalidade. – Objetivo: dar credibilidade ao modelo.

7. Descrição do modelo de civilização potencializado pelo logos normativo, caso seja formalmente adotado como paradigma civilizatório. – Objetivo: evidenciar as vantagens comparativas do novo modelo.
8. Os possíveis caminhos da transição – Objetivo: identificar, em face das circunstâncias, as alternativas disponíveis para encaminhar a mudança.
9. Antecedentes históricos do padrão paradigmático representado pelo logos normativo. – Objetivo: mostrar que versões outras do mesmo paradigma já foram usadas com relativo sucesso pela humanidade.
10. Referências.

## **CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO: O PROJETO**

Será possível intervir, intencional e racionalmente, no destino da humanidade? Será possível, por decisão consciente e ação consequente, mudar o rumo do processo civilizatório? Supondo disponíveis lucidez, discernimento e conhecimentos localizados suficientes à concepção teórica de um modelo civilizatório alternativo, capaz de descortinar um futuro mais promissor para a humanidade, será possível converter essa concepção teórica em um projeto prático de ação e promover propositadamente a mudança do nosso modelo de civilização?

Tivéssemos permanecido no pastoreio indolente que embalou a espécie antes do despertar da consciência, ou tivesse a natureza nos negado o livre arbítrio, poderíamos invocar uma teoria do caos ou uma concepção fatalista de destino, dar resposta negativa a essas perguntas e, comodamente, esperar que os dados jogados pela providência nos concedessem a graça de sobreviver ou, então, resignadamente, poderíamos dar vazão aos nossos instintos e desfrutar do tempo que nos resta, tomando, naturalmente, o cuidado de não gerar descendentes. Dado, porém, que a história factual se deu de forma distinta e tendo em vista o tratamento regular que a natureza tem dispensado às espécies que entraram em becos existenciais sem saída, parece-nos prudente apostar em respostas positivas e investir na busca de equação que seja capaz de solucionar o problema. Uma espécie dotada de livre arbítrio que, apesar de viver em meio a uma natureza regular, revele-se incapaz de traçar para si um destino conveniente certamente não merece sobreviver. Não por uma questão ética, mas por uma questão estrutural de uma lei natural que não pode dispensar a mais rigorosa e precisa coerência interna.

Arquimedes, que nos legou a lição da alavanca, garante-nos ser teoricamente possível movimentar o mundo, desde que consigamos um ponto de apoio adequado. O caso em questão não se afigura como simples questão de mecânica, mas a ideia de usar uma ferramenta parece adequada e nos lembra do conceito de paradigma proposto por Thomas S. Kuhn, nos idos de 1962. Kuhn mostrou que a evolução histórica do pensamento científico se deu em virtude do reiterado advento de novos paradigmas científicos. O exame das percepções de Kuhn nos despertou o seguinte questionamento: poderá, por ventura, o conceito de paradigma científico ser ampliado e fundar um conceito de paradigma civilizatório, munido de potencialidades capazes de conferir-lhe o mesmo papel diretor no plano geral da civilização e servir de alavanca no caso que, aqui, estamos considerando?

Estudamos os paradigmas científicos de Kuhn e chegamos à conclusão de que o conceito de paradigma civilizatório nos permite explicar e descrever, com precisão e economia, o modelo civilizatório vigente, atualmente, no mundo ocidental e que, grosso

modo, predomina no planeta. Essa mesma propriedade do conceito permite também caracterizar e descrever o modelo civilizatório alternativo implícito em um paradigma de compleição distinta. Isso porque, nesse estudo, paradigma civilizatório emergiu como princípio orientador, estruturador e modelador de um sistema teórico, que, usado coletivamente, alicerça, sustenta e produz naturalmente um padrão civilizatório.

Admitindo que o conceito de paradigma civilizatório contemple tais propriedades, caso sejamos capazes de conceber um paradigma que privilegie as melhores virtudes e potencialidades do projeto humano e, por consequência, desvalorize e iniba os vícios e os instintos que herdamos da nossa animalidade ancestral e que já não se coadunam com uma condição superior em complexidade organizativa, tipicamente humana, estaremos aptos a vislumbrar, com antecedência, o modelo civilizatório potencializado e decidir, racionalmente, sobre a sua conveniência, tendo naturalmente em vista os custos sociais envolvidos em sua implantação.

Tendo o conceito de paradigma civilizatório como hipótese de partida e considerando a proposta de logos normativo publicada em Brasília (RODRIGUES, 1999, 2011, 2016) – modelo postulado formalmente como paradigma universal, conforme as mais recentes exigências explicativas que emergiram com a ciência moderna – quer nos parecer que estão presentes razões teóricas suficientes para ensejar um estudo criterioso da questão e um esforço intelectual, visando a verificar as reais possibilidades de se encontrar uma solução positiva.

Tendo essas considerações como ponto de partida, vimo-nos na contingência de mapear a questão e identificar os diferentes aspectos que precisariam ser estudados e especificados para que se logre construir uma tese consistente e convincente sobre as possibilidades de uma intervenção racional e consequente no curso civilizatório da humanidade. A solução organizativa a que chegamos configura o sumário desta obra que, em seu conjunto, contempla concepção estratégica que se oferece a todos na intenção de demonstrar ser teoricamente possível intervir racional e conscientemente nos rumos da história, ao menos quando se entender impostergável corrigir o rumo das coisas e viabilizar um horizonte de sobrevivência mais promissor para a espécie.

### **Comentário**

Luiz Carlos Sanchez dos Santos disse:

3/10/2011, às 18h38

Sim, é possível intervir racional e intencionalmente, para concepção e construção de um novo modelo civilizatório, mas teria de ser absorvido da humanidade, dos mais fortes, racionalmente falando. Seria como ocorre na natureza animal, onde só os mais preparados, os mais saudáveis, sobrevivem.

Não tomem esse comentário por preconceituoso, desumano; exemplifico: para o controle, a condução, a preparação de outrem, seria necessário um ser qualificado, formado e com conhecimento de causa, na área a que lhe foi designada, a fim de guiar e de preparar aqueles sob seu comando

De nada adiantaria por nomeação de cargo, por interesses, colocar um indivíduo despreparado, não formado na disciplina ou posto onde seres aguardassem seus ensinamentos ou comandos para se dar início efetivamente a um novo modelo de sociedade a que se pretende sem vícios.

É necessário, sim, uma seleção, sem demagogia ou protecionismo, onde só os mais preparados alcancem postos de comando, a fim de conduzirem a humanidade em um novo rumo. Iniciar-se-ia por uma conscientização coletiva paulatinamente, com demonstração de fatos que mostrassem a eficácia e a necessidade para a efetiva valorização do ser, e não do ter, o que garantiria a sobrevivência da raça humana e, futuramente, até do planeta.

## **CAPÍTULO 2 – O CONCEITO DE PARADIGMA**

Justificativa do conceito de paradigma, como fundamento de um padrão civilizatório.

Objetivo: dar credibilidade ao conceito de paradigma civilizatório.

O conceito de paradigma surge no âmbito de preocupações que, atualmente, são contempladas pela filosofia da ciência, muito embora Thomas S. Kuhn, seu principal mentor, um doutorando em Física Teórica de Harvard, em 1962, tenha proposto esse conceito no âmbito de estudos de história da ciência. Kuhn tinha em mente compreender como se dá a evolução científica e, para isso, desenvolveu levantamento dos eventos marcantes da história da ciência, tomando o cuidado de identificar tanto as alterações conceituais envolvidas como as circunstâncias que precederam e emolduraram cada caso.

O levantamento dos casos concretos revelou que o processo evolutivo da ciência comporta ou pode ser reduzido a apenas dois momentos distintos e bem caracterizados: um momento de estabilidade – designado pelo autor de ciência normal – e um momento de crise – designado de revolução científica. O momento revolucionário é caracterizado pela emergência de novidades subjetivas que alteram pressupostos tradicionalmente utilizados no labor científico, ensejando sempre ruptura com a tradição, em termos de enfoque, de objeto, de método ou de outro aspecto normativo que cumpra papel relevante na condução ou no direcionamento dos trabalhos. Tratando-se de pressupostos da atividade científica, essas novidades apenas são objeto de preocupação dos cientistas durante a fase revolucionária, isto é, enquanto a nova tese ainda procura se estabelecer. Depois de estabelecida e incorporada ao labor científico, apesar de continuar exercendo crucial papel normativo, a novidade desaparece do universo de preocupações dos cientistas e também dos discursos científicos, justamente em razão do caráter subliminar próprio dos pressupostos.

Ora, a palavra paradigma resulta ser sinônima da palavra modelo e, assim, contempla e privilegia tanto o sentido normativo como o sentido de pressuposto; daí a sua pertinência e adequação para indicar as novidades científicas percebidas por Kuhn. Com ela, o seu modelo organizativo da história, distinguindo dois momentos que se sucedem, ganha uma expressão econômica e elegante: a fase revolucionária contempla o momento de crise provocado pelo advento de um novo paradigma científico, e a fase normal representa o momento dedicado à exploração das potencialidades do novo paradigma. Com o conceito de paradigma, o modelo histórico de Kuhn consolida-se como convincente explicação do processo evolutivo da ciência e lhe permite concluir que o padrão usual de desenvolvimento da ciência amadurecida compreende a transição sucessiva de um paradigma para outro, por meio de revoluções científicas.

Apesar do destaque conferido à sucessão de paradigmas para a evolução da ciência, Kuhn não descuida de observar que a fase da ciência normal, na qual os cientistas inevitavelmente empregam a maior parte do seu tempo, é também a mais produtiva em termos de acumulação de resultados científicos objetivos, não apenas em razão do trabalho ser orientado por um paradigma, mas também em razão de envolver o maior número ou a grande maioria dos cientistas; ou seja, muito embora a revolução seja indispensável à evolução, o momento revolucionário constitui exceção.

A análise procedida por Kuhn afigura-se adequada e suficiente para justificar o uso do conceito de paradigma tanto na descrição da evolução experimentada pela ciência como na compreensão do processo de trabalho em ciência. Apesar disso, essa análise não realiza especificação completa e criteriosa condizente com as potencialidades significativas do conceito que faça jus ao seu potencial como ferramenta útil em outras esferas do conhecimento. Kuhn é um homem de ciências da natureza, que se desvia do leito natural da sua profissão para realizar um trabalho historiográfico. Em

razão disso, carrega consigo procedimentos e exigências lógicas próprios de uma ciência experimental objetiva e procura aplicá-los e preservá-los na consideração de fatos históricos que têm caráter subjetivo. Esse deslocamento enseja que a análise empreendida se mantenha em uma faixa de considerações ou em um nível de detalhamento que são próprios de uma ciência experimental tencionada pela bancada de testes, pela objetividade e pela aplicação prática. Com isso, captura apenas a parcela do conceito correspondente, deixando de lado aquelas nuances ou aqueles significados que invocam saberes situados na fronteira da atual demarcação científica, na qual a bancada de testes já não impera absoluta ou a certeza já não é tão evidente ou, ainda, a lógica das coisas pode ser outra.

Como exemplo elucidativo dessa faixa de considerações, podemos tomar os conceitos de paradigma expressos por Kuhn em dois momentos da obra. No prefácio de 1962 (KUNH, 1997, p. 13), ele define paradigma como sendo “as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência”. No posfácio de 1969, ele pronuncia-se nos seguintes termos:

Atualmente eu consideraria muitos dos atributos de uma ciência desenvolvida (que acima associei à obtenção de um paradigma) como consequência da aquisição de um tipo de paradigma que identifica os quebra-cabeças desafiadores, proporciona pistas para a sua solução e garante o sucesso do praticante realmente inteligente. (KUNH, 1997, p. 223).

O segundo texto, escrito sete anos depois do primeiro, testemunha com a palavra “tipo” a compreensão de que o termo evidencia abrangência mais ampla do que a inicialmente adotada e a expressão “proporciona pistas para a sua solução”, expressando valorização do caráter normativo próprio do conceito. Apesar disso, ambas as citações limitam o conceito à sua dimensão instrumental suficiente para indicar o papel que lhe é reservado nas ciências da natureza e na história da ciência.

Isso não significa que Kuhn não tenha percebido que o conceito tinha alcance maior, significa apenas que o seu projeto dispensava avançar por essas searas. Dado que a maioria dos paradigmas científicos citados por ele apresenta foco limitado, isto é, aplica-se apenas a certos setores da natureza, Kuhn menciona, textualmente, que o paradigma vai se somar às crenças do indivíduo: “crenças essas de composição e origem imponderáveis, que, em última instância e em conjunto, presidem a sua postura diante do mundo”. Essa citação, por si só, já indica que Kuhn aceitaria que o conceito de paradigma, no mínimo, abrange compromissos, implicações e significados imbricados na Psicologia, na Teoria do Conhecimento, na Filosofia, na Lógica, na Linguagem e na Sociologia, para mencionar as mais evidentes. Visto que navegar nessas áreas do saber demanda conhecimentos especializados, compreendemos que Kuhn tenha declinado de avançar por elas nesse trabalho que dispensava isso.

Por essa razão, também não encontramos, no texto, uma análise ontológica do conceito que pudesse revelar ordenadamente todos os seus componentes nem mesmo uma definição que seja mais abrangente. No sentido de melhor especificação do conceito, encontramos apenas uma passagem francamente construída com esse propósito. Na página 30, Kuhn menciona “a Física de Aristóteles, o Almagesto de Ptolomeu, os Principia e a Óptica de Newton, a Eletricidade de Franklin, a Química de Lavoisier e a Geologia de Leyell” como “trabalhos que serviram, por algum tempo, para definir implicitamente os problemas e métodos legítimos de um campo de pesquisa para as gerações posteriores de praticantes da ciência”, isto é, que, por algum tempo, desempenharam o papel de paradigma. Ao buscar as razões pelas quais esses trabalhos puderam cumprir tal papel, conclui que isso se deveu ao fato de todos eles compartilharem duas características essenciais: “foram suficientemente sem

precedentes para atrair um grupo duradouro de partidários, afastando-os de outras formas de atividade científica” e “eram suficientemente abertas para deixar toda a espécie de problemas para serem resolvidos pelo grupo redefinido de praticantes da ciência”.

Embora essas duas características sejam obviamente insuficientes para especificar apropriadamente o conceito e embora, também, obviamente a sua especificação precisa não tenha constituído preocupação do autor, em muitas outras passagens, encontramos menções a outros elementos ou atributos que uma análise ontológica revela serem igualmente constitutivos do conceito. Na página 45, por exemplo, a sentença “Ao concentrar a atenção numa faixa de problemas relativamente esotéricos, o paradigma força os cientistas a investigar alguma parcela da natureza com uma profundidade e de uma maneira tão detalhada que de outro modo seria inimagináveis”, em primeira instância, acusa tanto a presença de um objeto, um foco ou um âmbito bem iluminado da natureza quanto a presença de certo poder hipnótico que monopoliza a atenção. Em segunda instância, acusa, também, a pretensão de objetividade (esotérica) de uma ciência que pretende desvendar as leis que regem o funcionamento da natureza e, ainda, a presença de um limite além do qual o foco e, portanto, também o olhar não alcançam. O detalhe do limite de alcance do paradigma explica por que a comunidade de cientistas deixa de lado problemas sociais relevantes e, por vezes, urgentes: simplesmente porque não são contemplados pelo paradigma vigente e, assim, não são considerados problemas científicos.

Da mesma forma, na página 50, a declaração “De fato: a relação entre paradigma qualitativo e lei quantitativa é tão geral e tão estreita que, desde Galileu, essas leis com frequência têm sido corretamente adivinhadas com o auxílio de um paradigma, anos antes que um aparelho possa ser projetado para sua determinação experimental”, denuncia que os elementos componentes do paradigma precisam estar harmonicamente articulados para que tais deduções sejam possíveis e que, portanto, a articulação harmônica dos elementos destacados pelo paradigma constitui outra propriedade geral dos paradigmas.

As menções indiretas aos componentes ontológicos podem ser garimpadas em citações presentes ao longo do texto. Na página 30, a frase “O estudo dos paradigmas, muitos dos quais bem mais especializados do que os indicados acima, é o que prepara basicamente o estudante para ser membro da comunidade científica determinada na qual atuará mais tarde” contempla tanto a referência ao caráter maleável da amplitude do foco ou da amplitude da natureza que os paradigmas focalizam quanto ao caráter de pressuposto que precisa ser incorporado à bagagem de saberes do aluno, para que ele se habilite a exercer tal ciência ou se habilite a participar de tal comunidade científica. O primeiro aspecto – o da maleabilidade do foco – diz-nos da dificuldade de caracterizar e de bem definir o conceito e, até mesmo, da dificuldade de se encontrar exemplos que tenham validade geral. O segundo aspecto – o da bagagem necessária ou dos pressupostos demandados – remete-nos ao caráter subjetivo e subliminar, que vai situar ou localizar os paradigmas em planos inconscientes ou semiconscientes da mente humana, a partir de onde exercem sub-repticiamente o seu papel modelador. Vendo de outra forma, observe-se que, aqui, estão destacadas funções cognitivas dos paradigmas, enquanto que a instrumentalização profissional do aluno acima citada remete-nos às funções normativas deles.

Dessa combinação de funções cognitivas e de funções normativas, plenamente integradas e harmonizadas, segundo o índice representado pelo paradigma, resulta não apenas a forma segundo a qual a ciência é exercida, mas também, em boa medida, o próprio prestígio desfrutado pela ciência. Na mesma medida, fica evidenciado por que o

conceito de paradigma se encaixa com tanta precisão no âmbito da ciência. Podemos, portanto, entender que ciência é ciência, sobretudo ou em grande medida, em virtude da presença de paradigmas científicos.

A harmonização entre pensar e agir, entre funções cognitivas e exercício normatizado da ciência, ficaria capenga se não atingisse, também, a natureza objeto da ciência. Por isso, Kuhn introduz o capítulo no qual explora as implicações das revoluções na concepção de mundo, afirmando, na página 144: “Até aqui argumentei tão-somente no sentido de que os paradigmas são parte constitutiva da ciência. Desejo agora apresentar uma dimensão na qual eles são também constitutivos da natureza”.

Felizmente, a ciência tem ignorado olímpicamente a filosofia moderna, que denunciou a relação sujeito-objeto, e recusa a possibilidade de haver correspondência entre pensamento e pensado. A ciência continua com sua pretensão de objetividade e sua perspectiva “ontológica”, buscando revelar as leis que regem o funcionamento do mundo. Pode fazer isso amparada nos resultados tecnológicos que têm produzido e nas intervenções bem-sucedidas que têm realizado na natureza. Por isso, Kuhn nem mesmo sente necessidade de argumentar ou de justificar a extensão do conceito de paradigma à própria constituição da natureza. Também, por isso, no posfácio de 1969, contempla a evolução científica nos seguintes termos:

Em geral uma teoria científica é considerada superior as suas predecessoras não apenas porque é um instrumento mais adequado para descobrir e resolver quebra-cabeças, mas também porque, de algum modo, apresenta uma visão mais exata do que é realmente a natureza. (KOHN, 1997, p. 253).

Ou seja, na medida em que o paradigma lhe fornece uma visão de mundo e normatiza o seu trabalho de investigação e na medida em que os testes que realiza confirmam os pressupostos de que se utiliza e lhe faculta convincente compreensão sobre o funcionamento da natureza, o cientista despreza filigranas epistemológicas e assume ser a natureza de certa forma e simplifica tudo, aplicando o poder normativo do paradigma à própria constituição da natureza. Com isso, o modelo básico de interação entre mente (sujeito) e natureza (objeto), mediado por um método adequado que orienta o labor científico, fica estruturalmente harmonizado pela ação do paradigma.

O ajuste preciso do conceito de paradigma ao campo da ciência não implica, entretanto, que o conceito de paradigma apenas tenha aplicação restrita a esse campo. Nós, em particular, esposamos a tese de que nenhuma inteligência se torna possível sem a presença de um referencial subjetivo. Entendemos que o conhecimento constitui apenas interpretação no âmbito de uma cultura, mas entendemos, também, que o seu valor depende justamente da sustentabilidade de sua pretensão de corresponder à natureza que procura interpretar. Uma tese sem correspondência no mundo seria absolutamente inútil. Essa posição ampara na tese do logos normativo, defende que existe, sim, ponto de contato entre o objetivo e o subjetivo, mas, em lugar de tentar localizá-lo entre o discurso proferido e a natureza visada no discurso, assevera que se trata de um ponto único, localizado no homem, na consciência, mais precisamente, na relação entre cérebro e consciência. Com isso, a tese lança nova luz sobre a relação sujeito-objeto, esclarece as coisas e permite-nos ver melhor o que pertence a cada âmbito.

Uma das consequências desse esclarecimento é justamente elevar o referencial à condição de componente central de toda inteligência, isto é, de fator modelar, condicionante e determinante das interpretações que a mente humana realiza. Nesse contexto, o termo paradigma não inaugura uma classe autônoma e independente de conceitos, mas constitui elemento integrante da classe dos referenciais. Isso não significa depreciar o conceito, ao contrário, significa evitar a sua vulgarização e preservá-

lo para indicar aqueles casos nos quais o papel modelar e paradigmático seja predominante. Isso torna o paradigma o mais nobre dos referenciais e o preserva para indicar sistemas teóricos fundadores de concepções de mundo, não só dotadas de abrangência, mas também dotadas de forte papel organizador da realidade tanto no plano subjetivo quanto no plano objetivo. Não queremos, desse modo, defender que o conceito não possa ser usado para diferenciar a Física de Nilton da Física de Einstein ou para indicar o padrão ou o modo de ser de uma ciência ou um saber bem caracterizado, mas, ao menos, para indicar, como sua aplicação mais nobre, a indicação de uma concepção de mundo, preferencialmente, de abrangência cósmica, que nos forneça um mundo organizado para viver e que nos permita, em alguma medida, superar o caos mental próprio da ausência de paradigmas ou, mais precisamente, próprio da ausência de paradigmas formais conscientemente partilhados.

E, aqui, chegamos à nossa tese essencial sobre um uso nobre do conceito de paradigma: no limite, o estado de barbárie pode ser caracterizado pela completa ausência de referenciais formais, da mesma forma que o ideal civilizatório pode ser caracterizado pela comunhão, universal, consciente e consentida, de paradigmas formais. Entre esses dois extremos, inatingíveis na prática, podemos perceber possíveis diferentes estágios ou modelos civilizatórios, dependentes das propriedades estruturais dos paradigmas tanto em termos de organização da capacidade cognitiva quanto de normatização da ação coletiva e, naturalmente, também, em termos de iluminação e de revelação da natureza. Parece razoável vincular o modelo civilizatório às propriedades estruturais do paradigma e, em razão disso, esperar que seja possível resgatar os paradigmas que possibilitaram as realizações das civilizações antigas que deixaram marcas indelévels na história da humanidade. Parece, entretanto, menos promissor ou mais problemático ordenar tais modelos em uma escala de crescente civilidade, porque isso exigiria submeter os paradigmas a uma ordem qualquer, seja em complexidade, em capacidade heurística, em capacidade normativa, em capacidade de promover o bem-estar da população ou segundo outro critério qualquer. Essas dificuldades não estão presentes na caracterização dos dois extremos, porque o ideal civilizatório exige não só um paradigma que tenha idealmente abrangência cósmica e validade universal, mas também inclua plena consciência e pleno acordo da população sobre a sua vigência e sobre o seu cultivo – característica esta que situa o ideal civilizatório acima do modelo civilizatório da atualidade, no qual o paradigma opera subliminarmente sem consciência da população. Em face dessas dificuldades, somos levados a acompanhar Kuhn e declinar de conceituar paradigma em geral, o que não nos impede de conceituar a sua aplicação mais nobre. Essa aplicação mais nobre designamos de paradigma civilizatório, para tornar imediatamente evidente o seu objeto. Com isso, entendemos por paradigma civilizatório um princípio orientador, estruturador e modelador de um sistema teórico, que, usado coletivamente, alicerça, sustenta e produz, naturalmente, um padrão civilizatório.

A valorização do conceito de paradigma e a sua elevação à condição de paradigma civilizatório encontram também respaldo no plano da Psicologia. A experiência mostra-nos que o homem, qualquer que seja o seu nível cultural, interpreta o mundo e se expressa no mundo, tendo como base o que sabe e o que aprendeu pela vida, além da sua experiência pessoal de vida e do sistema de crenças que desenvolveu. Essa experiência lhe propicia um aprendizado e o mune de um acervo de conhecimentos a partir do qual ele interpreta e julga as coisas e as situações. Nem podia ser diferente. Caso o homem se pronunciasse em desacordo com a sua bagagem de conhecimento e em desacordo com o seu sistema de crenças, estaria configurada uma situação patológica de insanidade mental. Podemos, então, entender que essa bagagem de conhecimentos e de experiências constitui um referencial pessoal e difuso, com base no



qual o homem interpreta o mundo, e podemos, também, entender que essa situação se afigura perfeitamente adequada como posicionamento humano individual.

Quando falamos de civilização, porém, falamos de realizações coletivas, de ações protagonizadas por um grupo significativo de pessoas que, apesar do número de agentes e da diversidade de ações, contemplam um padrão laboral bem definido e, por isso, são capazes de gerar produtos culturais bem caracterizados e um modelo civilizatório dotado de identidade própria. Na consideração dos pressupostos usados pela razão, essa ação coletiva sintonizada nos impõe realizar, também, uma passagem do plano individual para o plano coletivo, tendo em vista que nenhuma bagagem pessoal e individual serve de índice e de referência para embasar ações realizadas coletivamente, pela simples razão de que essa bagagem individual não pode ser transmitida ou ser transferida para os demais.

Mesmo em agrupamentos sociais menores, como clubes ou condomínios, a ação coletiva já exige a substituição dos referenciais individuais, mediante a formalização de um projeto comum, coletivamente aceito e assumido. Esse projeto, mesmo em se tratando de um condomínio, não pode ser imposto ou corresponder apenas ao que pensa um dos seus membros, por mais brilhante que seja, caso sua execução exija a participação da coletividade. Para que a ação comunitária seja capaz de capitalizar a sinergia própria da ação grupal, é indispensável que os seus membros comunguem de pressupostos comuns, os quais, na sua expressão mais simples, podem ser representados por um projeto que seja reconhecido como legítimo e adequado e que, ainda, seja aceito por todos. Esse projeto ou esse referente necessariamente precisa ser formal, para que possa ser discutido, transmitido e compreendido por todos. Uma vez definido, estabelecido e modelado em projeto conveniente, o processo de aperfeiçoamento comunitário ou a evolução comunitária pode ter curso pela execução desse projeto.

Sendo essa formalização indispensável em um condomínio com número reduzido de membros, onde a execução do projeto eventualmente pode envolver um número ainda menor de participantes, torna-se impossível imaginar que uma nação ou um povo possa desenvolver uma civilização dotada de identidade, sem comungar um paradigma civilizatório, ainda que ele se apresente como mero sistema de crenças comuns e ainda que opere de modo inconsciente na população. Modelos de civilização bem caracterizados, como os incas, os astecas, os maias, o Egito Imperial, a Grécia Clássica e tantas outras que deixaram legados arqueológicos que são testemunhas incontestes de períodos civilizatórios de admirável esplendor, evidenciam também a presença de identidades civilizatórias inconfundíveis e, portanto, de paradigmas civilizatórios bem caracterizados. A julgar pela lição que Kuhn nos lega sobre a história da ciência, podemos inferir que, depois da crise de estabelecimento do paradigma, cada uma dessas civilizações desenvolveu um período de normalidade civilizatória, durante o qual a população conseguiu extrair e fazer florescer as potencialidades estruturais contidas no paradigma. Os resultados mais duradouros dessas construções coletivas respondem pela admiração que nos invade quando visitamos seus legados arqueológicos.

Quer nos parecer que essa argumentação seja suficiente para nos autorizar o uso do conceito de paradigma civilizatório, quando se tratar de indicar os pressupostos culturais ou o sistema de crenças e de valores que respondem pelos padrões ou pelos modelos factuais de civilização de que temos notícias. Temos consciência de que esse esforço conceitual é, também, um esforço de síntese, visando a disponibilizar ferramenta útil para efetiva intervenção na realidade objetiva. Para tanto, o conceito precisa não apenas ter uma sustentável pretensão de objetividade, como também admitir

formalização em grau que possibilite o seu trânsito, a sua discussão e o seu compartilhamento. Ora, avaliar se ele atende ou não a tais requisitos exige a consideração de casos concretos nos quais fique bem demonstrado o papel determinante do paradigma sobre o modelo realizado de civilização. Assim, em nome de economia e de objetividade, vamos buscar esse resultado no próximo capítulo, concomitantemente à leitura paradigmática do modelo ocidental de civilização e à caracterização da crise que o atinge.

### **CAPÍTULO 3 – O PARADIGMA DA CIVILIZAÇÃO OCIDENTAL**

Leitura paradigmática do modelo ocidental de civilização com destaque aos problemas estruturais que comprometem o futuro da humanidade. – Objetivo: demonstrar que a atual civilização ocidental constitui fruto de um paradigma formal claramente identificado.

Reduzir o padrão civilizatório vigente hoje, no planeta, ao que se convencionou chamar de civilização ocidental, implica certamente alguma simplificação, mas nos parece que as distorções provocadas por essa opção podem ser desprezadas, tanto em razão da penetração universal de alguns de seus valores centrais, como, por exemplo, o predomínio e a priorização da variável econômica, quanto em virtude da própria influência universal de um modo típico de fazer ciência, francamente globalizado, impactando de modo importante a vida e o destino de todas as nações. Assim, embora admitamos que a adaptação deste estudo a culturas orientais localizadas possa exigir ajustes, pensamos que o nosso foco na civilização ocidental se justifica por contemplar o padrão predominante.

Uma vez focada a civilização ocidental, basta dar uma passada de olhos na sua história para constatar que o padrão civilizatório atualmente vivenciado não estava presente quinhentos anos atrás. Da mesma forma, percebemos com facilidade que a cultura medieval que se consolida na segunda metade do primeiro milênio distingue-se, com igual intensidade, da cultura clássica antiga que experimentou seu apogeu à época dos grandes impérios persa, grego e romano. De um modo geral, a divisão oficial da história adotada nos manuais já registra essas diferenças, e os estudos disponíveis sobre o Iluminismo tanto elucidam, com riqueza de detalhes, como se deu a transição da Idade Média para a Idade Moderna quanto catalogam as ideias e as produções culturais que emergiram nesse período e deram corpo e alma ao mundo científico de nosso tempo.

O estudo do Iluminismo afigura-se, portanto, importante para nós, que estamos interessados em identificar os pressupostos, o paradigma ou o espírito da Idade Contemporânea. Nesse sentido, embora exista uma vasta literatura disponível, a obra Iluminismo radical, de Jonathan I. Israel, editada no Brasil, em 2009, pela Editora Madras, propicia um acesso econômico bem fundado e, para os nossos propósitos, suficiente ao período.

Esse autor não apenas vasculhou as principais bibliotecas públicas da Europa, mas também teve acesso a importantes bibliotecas universitárias e particulares e, com isso, conseguiu trazer à luz correspondências trocadas na época entre editores, autores, eruditos, livreiros, mercadores e gestores de bibliotecas, conseguindo, dessa maneira, retratar, de forma admirável, o clima de desconfiança, conspiração e perseguição que emoldurou aquela época.

A par disso, merece destaque o fato de a obra fugir da perspectiva que, normalmente, tem sido adotada na consideração desse movimento cultural. Como a modernidade, em termos culturais, caracteriza-se pela hegemonia absoluta do

pensamento científico, costuma-se tratar e destacar, no Iluminismo, os autores e as proposições que foram precursores do pensamento científico moderno, com destaque para Galileu, Copérnico, Newton, Descartes, Locke, Voltaire, Rousseau e todos os pensadores cujas ideias deram alma à modernidade bem como lhe conferiram as nuances que conhecemos. Ao contrário disso, na obra Iluminismo radical, o autor destaca aquelas produções e aqueles pensadores que atacaram e conseguiram destruir os alicerces conceituais que sustentavam o modo medieval de conduzir a vida e a sociedade. Por essa razão, ele focaliza os cem anos, que vão de 1650 até 1750, embora o movimento iluminista costume ser localizado no século XVIII, que corresponde ao seu apogeu. Os elementos corrosivos que começaram a debilitar as colunas de sustentação da sociedade medieval, porém, já tinham sido criados e lançados no século XVII. Seu mentor principal, o erudito dos Países Baixos, Bento Espinosa (1632-1677), foi quem logrou articular, em um sistema altamente consistente, um conjunto de ideias que não eram novas, já estavam presentes na tradição mística anterior ao cristianismo, e que se mantinham sorrateiras e marginalizadas em escritos, lendas e tradições deístas e naturalistas, transmitidas oralmente pela cultura popular, mas cujo fundo de verdades nunca deixou de impressionar os espíritos mais atentos.

Há, portanto, uma lição importante dessa obra que cabe, aqui, capitalizar. Ela nos mostra que, em se tratando de modelo civilizatório, a superação do espírito de uma época exige duas ações complementares: é preciso definir e criar um novo que se afigure melhor que o vigente, mas é, também, indispensável desacreditar o velho, demonstrando a falsidade, a fraqueza, a defasagem ou a inconsistência dos princípios que o fundamentam. Tanto é necessário construir o novo como é imperativo desconstruir o antigo, algo que Kuhn não identifica como revoluções científicas, porque, nesse caso, o advento de um novo paradigma científico, embora abra um novo espaço de evolução para a ciência, não elimina, necessariamente, a utilidade da ciência anterior que pode, perfeitamente, continuar a ser aplicada em casos específicos, como é o caso da Física de Newton frente à relatividade. Na hipótese de civilizações, ao contrário, a incompatibilidade se revela total, o que, certamente, revela ou prenuncia uma transição mais traumática.

Se o percurso histórico nos remete ao Iluminismo, o exame das obras e das ideias essenciais então produzidas, quando confrontadas com as crenças e os valores essenciais que compõem o espírito moderno, leva-nos, claramente, a René Descartes.

A busca retrospectiva de um paradigma civilizatório envolverá sempre mergulho ontológico no espírito de uma época, tendo como meta identificar a essencialidade primeira capaz de produzir os traços mais fortes do padrão civilizatório em questão. O ideal, em tese, seria que desse esforço resultasse um conceito geratriz único, de sorte que o processo de síntese fosse irreduzível. No presente caso da civilização ocidental, embora tenhamos chegado a um autor único, logramos identificar não um, mas dois conceitos geratrizes complementares, que se revelam igualmente essenciais na constituição do espírito da modernidade ocidental: o *cogito* e o sistema de coordenadas, ambos cartesianos.

Independentemente das intenções dos autores dessa época, tão difícil de avaliar em razão da influência repressora da Inquisição, parece seguro afirmar que Descartes se escandalizava com a pobreza metodológica da Escolástica e almejava trazer, para o âmbito da Metafísica e do confronto de ideias em geral, a precisão lógica e conceitual que constatava presente na Geometria. Já a sinceridade da sua tentativa de provar, racionalmente, a existência de Deus, embora central nas meditações, fica dependente de uma hipótese de que ele, até então, não tivesse compreendido as implicações

mediatas de suas propostas, o que nos parece ser, se não improvável, ao menos, curioso.

De qualquer forma, como acontece com inovadores importantes, a posteridade acolheu algumas sugestões e descartou outras, mas o que acolheu foi decisivo na redefinição do modelo civilizatório.

Quando surgiu, o sistema de coordenadas cartesianas podia parecer apenas um artifício engenhoso que permitia organizar o âmbito do espaço, de modo a permitir a sua ocupação racional e planejada, e, nesse sentido, representava apenas aperfeiçoamento das ferramentas geométricas que já estavam disponíveis desde a antiguidade. Em termos psicológicos, porém, a possibilidade de estender as coordenadas ao infinito permite igualmente estender a compreensão humana ao espaço cósmico e, assim, sancionando a percepção de mundo desde sempre sugerida pelos olhos orgânicos, viabilizar a indicação desse domínio com um modelo formal e, dessa forma, com naturalidade, derivar para a captura do Universo, no âmbito de um espaço uniforme e regular. Isaac Newton (1642-1727), que tinha oito anos quando Descartes morreu, capitaliza essa ideia de espaço regular e uniforme – em seus estudos que inauguram a ciência moderna – e gera o corpo de conhecimentos que se convencionou chamar de Física Clássica. Essa nova postura diante do conhecimento, além de capitalizar as preocupações metodológicas de Descartes, com sua dúvida metódica, assimila também as preocupações metodológicas de caráter experimental defendidas por Francis Bacon (1561-1626) e por Galileu Galilei (1564-1642), mas se não lhe damos o mesmo grau de importância é porque essas preocupações se inscrevem no mesmo modelo espacial de universo que ganha formalidade com o sistema de coordenadas de Descartes.

Embora a ideia de modelo de universo pertença a um tipo de ciência, a Cosmologia, que não estava presente na época de Descartes, e embora, ainda hoje, falar em modelo cartesiano de universo possa provocar estranheza, a presença indelével de uma concepção espacial de universo nos alicerces da ciência moderna não pode ser desconsiderada, e o próprio caráter velado dessa presença constitui indicativo de uma atuação discreta e subliminar que verificamos ser própria de pressupostos, referenciais e paradigmas. Apesar de essa presença poder não ser percebida, os seus efeitos na forma de ver e de entender o mundo não podem ser ignorados.

Quando o mundo é limitado ao espaço tridimensional, todo um vasto leque de consequências torna-se inevitável por mera decorrência estrutural, a começar pelo fato de a presença de manifestações existenciais nesse universo ficar também restrita àqueles fenômenos que, igualmente, possuem três dimensões, isto é, ficar limitada à matéria e à materialidade. Dado que os nossos olhos orgânicos e, em geral, todos os sentidos de percepção, limitam-se a perceber o que também possui compleição material, fica configurada situação verdadeiramente hipnótica, na qual os focos da atenção e da percepção humana, capturados pelo paradigma, ficam restritos à materialidade. Como bem nos ensina o Mito da Caverna de Platão, esse homem vai acreditar piamente que a matéria é tudo o que existe, vai apegar-se a bens materiais e dedicar seu principal esforço para o acúmulo de tais bens. Vai desenvolver conhecimento e ciência centrados na composição e nas propriedades da matéria bem como vai desenvolver tecnologia que lhe permita dominar a natureza, visando a satisfazer propósitos patrimoniais e de bem-estar. Assim, também o seu sistema produtivo e a sua indústria terão como objeto a produção de bens materiais, e todo o sistema midiático será capturado por tais interesses industriais e terá como propósito estratégico incutir e exacerbar na população o desejo de consumir. Em tal ambiente, as próprias medidas de aferição de bem-estar coletivo das nações constituem medidas de produção de bens de consumo, e o grau de consumo certamente também é tomado como determinante do grau de felicidade de cada povo ou

nação. Obviamente, as questões que a vida coloca a tal homem e a tais populações não se resumem a questões materiais, mas tudo aquilo que não possui exata compleição material vai parecer-lhes estranho, fantasmagórico e causar-lhes desconforto e desconfiança. O resultado é evidente: serão marginalizadas.

Tome-se, por exemplo, o tempo, que, não possuindo compleição material até hoje, não tem conceituação completamente pacificada. O tempo, de modo similar ao espaço, nasce uniforme, constante, universal e infinito com Newton. Ganha critérios de divisão e mensuração, tal como o espaço, mas, no espírito humano, nunca conquista o mesmo *status* ontológico do espaço e preserva certo grau de mistério, provavelmente, apenas por ser invisível aos olhos orgânicos, embora irrecusável aos olhos da mente.

Somente no início do século XX, Albert Einstein (1879-1955), com a Teoria da Relatividade, confere ao tempo papel central nos estudos de Física, equiparando-o, em importância, às três variáveis cartesianas do espaço: o tempo é o quarto número, afirma Einstein.

Na historiografia da ciência, o advento da relatividade é festejado como quebra do paradigma científico newtoniano, dado que tornava relativos tanto o espaço como o tempo: o que é hoje, em nosso planeta, pode ser ontem, em outro, e amanhã, em um terceiro, dependendo da posição do observador.

A relatividade defende que o mundo não é tridimensional, uma vez que há uma quarta dimensão do tempo. Esse conjunto estabelece uma instância espaço-temporal contínua, na qual espaço e tempo interagem, imprimindo curvatura a essa instância, de sorte que o deslocamento da matéria nesse âmbito, em lugar de se dar em linha reta, dá-se no sentido curvo de menor resistência, o que implica geometrizar a questão gravitacional. A relatividade apresenta muitas outras implicações, mas, aqui, basta registrar que estabelece a velocidade da luz com valor constante e como limite máximo de velocidade admitido nesse contínuo espaço-temporal.

De qualquer forma, ainda que o mundo de Einstein seja um mundo de quatro dimensões e não apenas de três, como é o mundo de Descartes, o fato de essa instância espaço-temporal constituir um contínuo irreduzível, em que o tempo pode ser considerado uma dimensão do espaço, assim como o espaço pode ser considerado uma dimensão do tempo, e, ainda, o fato tão ou mais relevante de essa instância assumir feição curva e, portanto, feição geométrica evidenciam que esse mundo relativo continua sendo predominantemente espacial e que, em assim sendo, continua mantido o foco humano nos conteúdos existenciais do espaço, isto é, na matéria. Ou seja, a relatividade pode ter mudado o paradigma da ciência, mas não mudou o paradigma civilizatório. O mundo de Einstein é o mesmo mundo de Descartes.

Quando amadurecem os estudos do interior do átomo, com a descoberta de uma miríade de partículas subatômicas, descortina-se um ambiente quântico enigmático, em que tempo e espaço se desestabilizam, a ação do observador, ostensivamente, altera o resultado observado e o comportamento sincronizado de partículas fisicamente separadas viola o limite da velocidade da luz, tornando necessário criar um conceito de "localidade", para indicar o âmbito relativista no qual o limite da velocidade da luz é respeitado, e um conceito de "não local", para indicar uma relação na qual essa limitação não se verifica. Quando, finalmente, é demonstrado que toda a Física Quântica afigura-se não local, fica também demonstrada a presença de um desconfortável paradoxo entre a mecânica quântica e a relatividade espacial, configurando uma das mais importantes pendências atuais da Física, ao lado, naturalmente, da Teoria do Campo Unificado, perseguida por Einstein, com o propósito de englobar todos os fenômenos gravitacionais e eletromagnéticos, em uma única estrutura lógica.

Independentemente das questões pendentes e do fato de a Física Quântica se revelar não local, não estão ainda presentes (e, virtualmente, nunca estarão) elementos suficientes para decretar o fracasso do caráter local do mundo relativista, de sorte que, mesmo para os físicos quânticos, o único universo acessível é esse que aí está e no qual eles produzem a sua ciência: um universo local. Portanto, também, aqui, embora a Física Quântica possa ter mudado o paradigma científico, manteve intocado o paradigma civilizatório com a consequência de o objeto da Física Quântica continuar sendo tridimensional, ainda que em estado ou em forma de onda e de energia.

Nessas condições, quer nos parecer que, apesar de a ciência ter evoluído pela sucessiva troca de paradigmas científicos, a visão de mundo que em toda a modernidade prevalece é a visão cartesiana de um universo contido no espaço. Tanto isso é verdade que, no geral, os cientistas comungam da crença em um princípio de imanência, segundo o qual tudo que se manifesta no mundo decorre de potencialidades imanentes à matéria ou de propriedades já contidas no mundo. Ora, essa crença apenas se justifica em um mundo contido em uma amplitude que também não ultrapassa a amplitude da matéria que contém essa imanência. Isso só se justifica em um universo tridimensional: é imanente justamente porque está contido no tridimensional, não existindo outra instância da qual possa provir. Dado que isso não se altera com a formação clássica, relativista ou quântica dos físicos, concluímos que a concepção básica de mundo utilizada pela Física Quântica continua sendo cartesiana.

A par desse alicerce objetivo patrocinado ou formalizado pelo sistema de coordenadas cartesianas, arrolamos também o *cogito, ergo sum* de Descartes como sendo o segundo elemento complementar na constituição do paradigma gerador da civilização ocidental.

Deixemos de lado a influência do *cogito* nos rumos idealistas seguidos pela Filosofia, o que, aqui, em particular, cumpre destacar, é a sua influência na formação psicológica do homem e no seu modo de pensar. O *cogito*, ao estabelecer a precedência da consciência, coloca o homem como centro interpretativo do universo e, em certa medida, restabelece a situação psicológica vigente antes de Nicolau Copérnico (1472-1543) tornar público o seu sistema heliocêntrico.

Como se sabe, antes de Copérnico, a teoria vigente era geocêntrica, segundo proposição de Ptolomeu (+-90-168 d.C.), em seu Almagesto. Essa ideia foi entusiasticamente adotada pelos teólogos medievais, posto que se ajustava como luva à estratégia de consolidação do modelo imperial e canônico assumido pela Igreja Católica, que emergiu do Concílio de Niceia (325 d.C.). Durante mais de mil anos, a catequese que emanava dos púlpitos que exerciam o monopólio do conhecimento rejeitava qualquer teoria que não conferisse à Terra o lugar de centro do universo, com o evidente efeito psicológico implícito de exacerbar o ego, o orgulho da espécie e a individualidade.

Basta imaginar-se em plena noite medieval, contemplando a Via Láctea, convencido de que a Terra estava estoicamente parada e de que toda aquela grandiosidade celeste circulava em reverência ao redor dela, para dar-se conta do tamanho da presunção e do egocentrismo lentamente inculcado no espírito humano, ao ponto de levá-lo a entender Deus como divindade privativa da espécie humana. A ancestralidade animal e os próprios instintos básicos frente às restrições e aos desafios naturais, já colocavam a individualidade e o egoísmo como posturas naturais, em face das inóspitas e injustas condições da vida medieval, de sorte que a tese geocêntrica encontrou não apenas condições políticas favoráveis para prevalecer, mas também um estado de ânimo favorável à sedimentação do egoísmo e do individualismo,

principalmente, nas classes dominantes que, em todos os tempos, servem de modelo ao povo.

O resultado desse processo pode ser verificado, inicialmente, na presença do egoísmo e do individualismo em todos os setores da vida moderna, mas, historicamente, esses sentimentos ficam evidentes nas reações geradas pela tese copernicana, que não apenas retirava uma posição privilegiada do planeta, mas também denunciava o egocentrismo tanto do clero como dos príncipes. Quando surge o *cogito*, o individualismo, que perdeu espaço com a teoria heliocêntrica, ganha novo fôlego, manifesto em teorias liberais e democráticas que tomam conta da modernidade. Não é mais o planeta o centro geográfico do universo, mas é o homem o seu centro interpretativo.

Quando se juntam as implicações estruturais de um universo espacial, necessariamente materialista, com o padrão comportamental próprio de um espírito individualista forjado no egoísmo, temos dadas as condições determinantes do padrão ocidental de civilização, em que a competição prevalece, o consumismo é uma febre endêmica e o obsoletismo é programado, a esperteza e a enganação predominam, a razão é sempre provinciana, as instituições públicas são meras ferramentas a serviço de um sistema de controle social, a conquista de patrimônio material constitui a medida de aferição de sucesso ou de fracasso, tudo tem preço e pode ser comprado, o ter dispensa ou eclipsa o ser. Enfim, temos um mundo no qual o espiritual é desdenhado pelo erudito e atribuído a pobres de espírito e a sonhadores que se preocupam com questões éticas e são incapazes de perceber as vantagens evidentes do pragmatismo econômico.

Poderíamos nos estender nessa coleção de exemplos, mas acreditamos que o exposto seja suficiente para sustentar a nossa tese de que, quando este período se encerrar, o que hoje chamamos de civilização ocidental poderá receber, com justiça, o nome de civilização cartesiana, em razão do seu paradigma civilizatório geratriz.

Obviamente, a redução a um paradigma civilizatório envolve sempre um esforço de síntese fenomenológica e, sendo a percepção humana tipicamente diversificada, sempre será possível encontrar outros aspectos essenciais importantes, igualmente presentes no espírito desses tempos. De qualquer forma, parece inegável que, diante da dualidade cartesiana corpo e alma e da dualidade epistemológica sujeito e objeto, também típicas dessa época, egocentrismo e materialismo cobrem justamente esses dois aspectos e explicam a maior parte das consequências.

Na consideração apropriada da ação normativa de um paradigma civilizatório, sobre uma população contendo grandes contingentes sequer capazes de perceber o papel dos referenciais, cumpre considerar as lições de Giorgio Agamben (2009). Esse pensador italiano capitaliza, no conceito de dispositivos, percepções que remontam a Foucault, a Hegel e a Heidegger, para indicar os artifícios de toda espécie que, na prática, possibilitam o controle social e mantêm os processos de subjetivação em conformidade com o modelo civilizatório. Textualmente, Agamben (2009) define dispositivos como “qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes” e se estende dando exemplos que vão de manicômios, escolas, fábricas, normas, leis, instituições até, por fim, incluir a própria linguagem. Com isso, Agamben nos mostra como um paradigma civilizatório cria os “soldados” (dispositivos), que vão realizar o trabalho miúdo de campo.

Agamben percebe que o surgimento de dispositivos não foi um acidente com o qual os homens depararam por mero acaso, mas resultou em ocorrências estruturais implícitas no processo de humanização “que tornou humanos os animais que

classificamos sob a rubrica *homo sapiens*". Na busca de antecedentes explicativos, Agamben se depara com o termo *oikonomia*, que, em grego, significa administração da casa e que se situa como práxis correspondente a uma pura teoria, isto é, corresponde à dimensão operativa do puramente teórico. Para explicar o conceito, recupera embate ocorrido no interior da Igreja Católica nascente, quando *oikonomia* foi instrumento de convencimento utilizado para vencer as resistências que se ofereciam ao estabelecimento da trindade de Deus, alegando possível repique politeísta. A tese vencedora defendeu que o conceito abstrato de Deus teria dificuldade de ser assimilado pelo povo, mas que sua manifestação operativa como Pai, Filho e Espírito Santo facultaria compreensão mais amigável.

A criação de dispositivos como artifícios operacionais de um conceito puro que demanda capacidade intelectual mais desenvolvida também é encontrada em outro absoluto, no conceito de eterno, tornado bem mais acessível quando decodificado como trilogia temporal – passado, presente e futuro –, quando, então, como tempo congelado, como tempo circular ou como tempo que não se esgota, embora conceitos simplórios, tornam-se humanamente compreensíveis, superando as dificuldades de apreensão presentes no conceito geratriz unitário.

Agamben não deixa de notar que, com essa solução, os padres separaram o ser Deus da ação divina, de sorte que toda a ação futura, seja ela econômica, política ou social, fica divorciada se não dispensada de um fundamento no ser. Com essa constatação, ele textualmente sentencia: "esta é a esquizofrenia que a doutrina teológica da *oikonomia* deixa como herança à cultura ocidental" (AGAMBEN, 2009, p. 37).

Observe-se que, nessa constatação, Agamben nos fornece um belo antecedente do esquecimento do ser que será exacerbado pelo paradigma cartesiano ao privilegiar e priorizar o ter. Cumpre observar, ainda, que esse esquecimento do ser também representa essencialidade presente no inconsciente da mentalidade ocidental moderna, condição na qual poderia também cumprir ou reivindicar papel paradigmático. Não obstante, parece que lhe falta a condição de causa primeira presente no paradigma cartesiano, pois admite perfeitamente uma pergunta sobre a causa desse esquecimento, o que nos remeteria a um plano mais essencial em que surgem todas as dicotomias e, virtualmente, as estruturas operativas da mente que não são mais meras opções culturais, mas condições estruturais de toda inteligência.

Assim, o conceito de dispositivos de Agamben ajuda a esclarecer como o paradigma civilizatório se impõe na prática e por que a população, mesmo não tendo consciência do paradigma que lhe determina o padrão civilizatório, limita-se a repetir os comportamentos correspondentes e, ainda, imagina desfrutar da mais plena liberdade e livre arbítrio, quando, na verdade, está completamente capturada pelos dispositivos que tentam manter a casa em ordem. Impossível, porém, desconhecer que o descuido com as questões espirituais e éticas, manifesto claramente na corrupção política, no desrespeito de alunos a professores, na precariedade da segurança pública, na degradação dos costumes, na desvalorização da vida, na persistência de miséria e de fome, em vastos contingentes populacionais, e em uma lista interminável de vergonhosas chagas planetárias, que deporiam contundentemente contra a espécie humana em qualquer tribunal cósmico.

O padrão cartesiano de civilização centrado no materialismo e em uma individualidade dissociada da natureza, que mal consegue tolerar o outro, tem estreito horizonte de sobrevivência, pelo simples fato de a matéria que tanto aguça o desejo humano constituir uma das ocorrências mais escassas do universo, enquanto o modelo civilizatório nos impinge um consumismo crescente, cuja síntese dialética resulta no uso predatório da natureza. Isso, claramente, não vai dar certo, como tem sido



insistentemente advertido por intelectuais das mais diversas procedências. O próprio Agamben, após criticar a proliferação de dispositivos biométricos na Europa, mesmo quando se constata “o corpo social mais dócil produzido na história”, em face de um governo mecânico que somente sabe preservar-se, não tem dúvidas em concluir:

No lugar do anunciado fim da história, assiste-se, com efeito, ao incessante girar em vão da máquina, que, numa espécie de desmedida paródia da *oikonomia* teológica, assumiu sobre si a herança de um governo providencial do mundo que, ao invés de salvá-lo, o conduz – fiel, nisso, à originária vocação escatológica da providência – à catástrofe. (AGAMBEN, 2009, p. 50).

Poderíamos, ainda, arrolar muitas outras características presentes no modelo civilizatório ocidental, da mesma forma que seria ainda possível identificar muitos outros pressupostos cognitivos, operando e sustentando, subliminarmente, o modelo, mas, em termos de paradigma civilizatório, dotado do requisito de constituir um princípio primeiro, estruturador e modelador de um padrão civilizatório que, portanto, não pode remeter a uma questão ainda mais fundamental, pensamos que o par conceitual “*cogito, ergo sum* e coordenadas do espaço” cumpre, adequadamente, esse papel. O *cogito* foi justamente formulado por Descartes, como primeira certeza autoevidente: “penso, logo existo”. Embora o “logo existo” possa sofrer ataques, o “penso” resulta inquestionável como demonstração da presença de uma consciência ativa. Não há, aqui, como ir além. Já o sistema de coordenadas vem apenas formalizar a percepção que sempre foi evidente aos olhos orgânicos do homem: o mundo está contido no espaço. Essa percepção representa limite perceptivo do sensor ótico de que somos organicamente dotados. Para ir além, seria necessário abandonar o sensor ótico orgânico e adotar recurso de percepção de natureza superior, como pensamos ser o caso da consciência. Dado que a evolução do pensamento científico em toda a modernidade, apesar da inclusão do tempo, tem se dado pelo aporte de instrumentos que, principalmente, ampliam a capacidade perceptiva dos nossos sensores orgânicos, pensamos que a visão de mundo continua limitada à tridimensionalidade do espaço, que encontra sua melhor formalização no sistema de coordenadas.

Mário Ferreira dos Santos, em seu estudo sobre o um e o múltiplo em Platão (SANTOS, 2001), embora centrado no propósito de demonstrar o caráter fragmentador do espírito científico da modernidade, em termos platônicos, voltado para o todo que é múltiplo, registra também entendimento do papel paradigmático exercido pelo cartesianismo em nosso tempo. Ele afirma textualmente: “O racionalismo cartesiano e as filosofias decorrentes valorizam a parte em detrimento do todo. Descartes divide o objeto em quantas partes forem necessárias para melhor conhecê-lo. O paradigma cartesiano se caracteriza como o da divisão e da análise (separação). Há, portanto, uma valorização do múltiplo e do objeto em si mesmo e não importam as relações do objeto com o seu redor. Dessa concepção surge a tendência de privilegiar o especialista em detrimento do universalista. O múltiplo em sua particularidade torna-se mais relevante do que o um em sua universalidade”. Como se observa, embora Santos destaque o caráter fragmentador e analítico da ciência moderna, com o objetivo de mostrar o esquecimento da unidade e, portanto, do ser dos fenômenos, fica claro que ele caracteriza essa perspectiva como sendo cartesiana e aporta, com a fragmentação, contribuição adicional à caracterização da modernidade em que estamos empenhados. Quando examinarmos o paradigma capaz de superar o cartesianismo, veremos que, não por acaso, ele também supera a fragmentação que Santos evidencia nesse texto.

Dessa forma, consideramos coletados elementos suficientes para considerar atingido o propósito deste capítulo de identificar o paradigma civilizatório gerador do modelo ocidental de civilização, da mesma forma que consideramos justificado identificar o período civilizatório que sucede a Idade Média, como modernidade cartesiana. Na

mesma medida, pensamos que também fica claro que o próximo período civilizatório, caso represente evolução, terá, necessariamente, de superar o paradigma cartesiano.

Finalmente, considerando o papel essencial e determinante que o individualismo e o materialismo cumprem na configuração do mundo ocidental, condicionando as mentes e as atitudes humanas em todos os setores e em todos os momentos da vida, parece justificado atribuir ao *cogito* e ao sistema de coordenadas cartesianas o papel paradigmático predominante na configuração desse modelo.

## **CAPÍTULO 4 – AS ADVERTÊNCIAS DO MITO DA CAVERNA**

Uso do Mito da Caverna de Platão – Objetivos: tipificar a mentalidade predominante no mundo ocidental e identificar as condições gerais de contorno que terão de ser consideradas em virtual projeto de intervenção social.

### **PRIMEIRA PARTE**

#### **4.1 Contextualização**

O Mito da Caverna representa um momento de esplendor da inteligência humana e explica, em boa medida, por que Platão ocupa posição proeminente no panteão da Filosofia e por que a lembrança dele se apresenta sempre que, a sério, falamos de Filosofia. Na alegoria da caverna, Platão não apenas indica sua concepção filosófica básica como também mapeia e circunscreve o núcleo central de problemas que têm catalisado e tipificado a Filosofia como desafio intelectual superior da espécie. Daí a recorrência constante a Platão desde o Iluminismo, menos em razão de virtual genialidade literária e mais pelo fato de explicitar o âmago das questões filosóficas as quais, até hoje, angustiam o homem e, ainda, esperam solução. O que Platão nos lega, como veremos, é a indicação clara da imperiosa necessidade de conquistar competência mental e autonomia perceptiva, caso almejemos levar o projeto humano à maturidade.

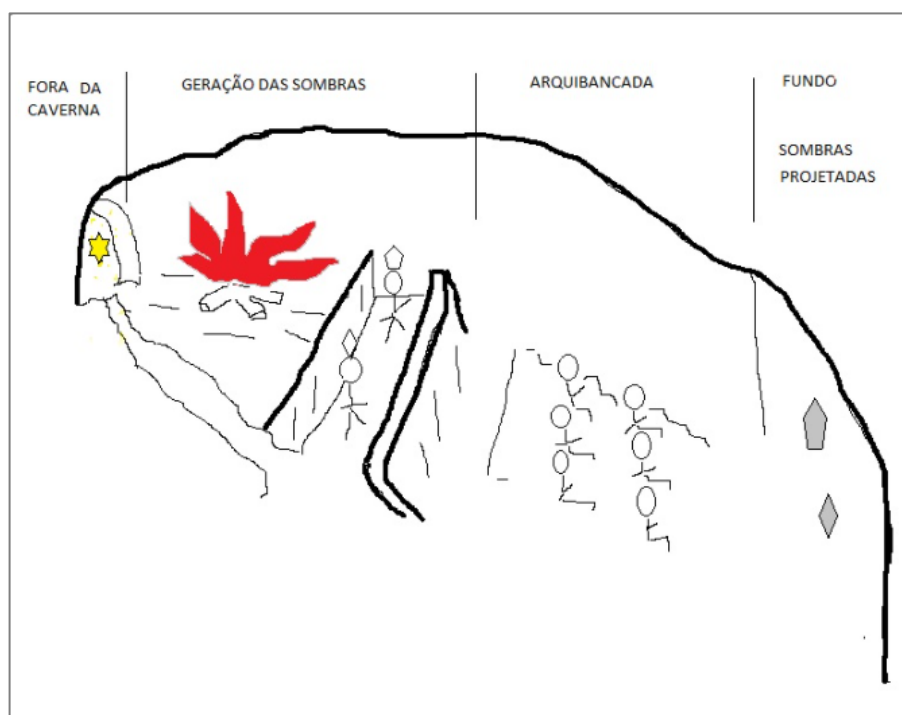
Para compreender o Mito da Caverna, temos de considerar que essa alegoria consta do capítulo VII da sua obra principal – A República –, dedicada a especificar, em forma de diálogo, como deveria ser a cidade ideal, capaz de propiciar aos homens existência plena e vida segura. A linha geral da obra contempla, portanto, a organização do Estado e da Sociedade, embora se tratasse de cidades-estados e não do Estado como hoje o conhecemos. Platão entendia que esse Estado ideal devesse ser gerido por filósofos ou que seus gestores tivessem sólida formação filosófica, usando, em boa medida, a alegoria da caverna para justificar isso.

Além do mais, é preciso considerar que Platão, à semelhança de boa parte dos gregos clássicos, adota perspectiva filosófica específica, que, hoje, geralmente, designamos de Metafísica. Isso leva Platão a entender que tudo o que existe contempla essência que é determinante e condicionante daquela forma específica de ser. Segundo ele, para além daquilo que se oferece à nossa visão, há uma essência em cada coisa e é ela que determina o que a coisa é. Para caracterizar bem essa indispensável distinção entre essência e aparência, Platão usa a seguinte expressão: “as coisas que são vistas não são pensadas, enquanto as essências são pensadas, mas não podem ser vistas”. Muitas correntes de pensamento de todos os tempos, em particular as religiões, adotam a mesma perspectiva quando afirmam a precedência do espírito sobre a matéria. A Metafísica busca encontrar, nos alicerces da matéria e do mundo visível, as leis invariantes responsáveis pelo advento e pela compleição do Universo, projeto

semelhante ao próprio projeto das ciências modernas, em busca das leis que regem a compleição e o funcionamento da natureza.

#### 4.2 Descrição da caverna alegórica

Na alegoria da caverna, os homens estão acorrentados dentro dela, de modo que somente podem olhar para a parede situada no fundo. Próximo à entrada, há uma fogueira, e, entre ela e os homens, existe uma passarela ladeada por muro. Nessa passarela, pessoas carregam sobre a cabeça esculturas de todas as coisas do mundo, em silêncio ou conversando. Como o muro cobre as pessoas que passam, a luz da fogueira projeta apenas a sombra das esculturas na parede do fundo da caverna, formando as únicas imagens vistas pelas pessoas acorrentadas. Dado que as pessoas nascem, crescem e morrem nessa situação, essas sombras são as únicas coisas que elas enxergam; por isso, acreditam que se trata da única realidade existente. Em consequência, a vida delas se limita a identificar e a comentar as diferentes imagens que se oferecem.



Assim sendo, Platão passa a explorar o que aconteceria se uma das pessoas, de índole mais inquieta, olhando para trás, pudesse libertar-se das correntes, percebesse o clarão vermelho da fogueira e, apesar das dificuldades, conseguisse arrastar-se até a parte superior. Veria primeiro um grupo de pessoas não totalmente imobilizadas, responsáveis pela manutenção da fogueira e pela programação do trabalho dos carregadores, e entenderia que as imagens projetadas na parede do fundo não são a realidade, mas a projeção das peças carregadas. De repente, ela se daria conta de como funcionavam as coisas na caverna, mas não ainda de que se tratava de uma caverna. Então, diz Platão, após acostumar-se com a claridade da fogueira, a pessoa perceberia um clarão ainda mais forte, de uma luz amarelada. Apesar do desconforto e da dor nos olhos que aquela luz provoca, decide para lá encaminhar-se e, ao ultrapassar o umbral, vê-se diante da luminosidade intensa e ofuscante do Sol, sendo forçada a fechar os olhos. Mas logo descobre que pode abri-los lentamente e, aos poucos, vai descortinando: primeiro, vultos envoltos em névoa; depois, paulatinamente, o contorno e a forma de todas as coisas; finalmente, as cores – a profusão e a beleza das cores. Descobre toda a magnitude da natureza planetária e à noite, vê as estrelas no

firmamento. Finalmente, com os olhos ajustados à luz matinal, consegue fixar o próprio Sol e percebe que é ele, o Sol, o responsável pela vida e pela natureza exuberante que o cerca.

Ele se dá conta de que vivera numa caverna escura, sem cor, e, ao lembrar-se dos amigos ainda presos lá dentro, volta para libertá-los. Ao entrar na caverna, enfrenta a transição: precisa acostumar novamente seus olhos à escuridão, mas só o consegue em parte; nunca mais terá a mesma eficiência de antes, quando no escuro. Conta aos amigos o que descobriu e convida-os a sair, garantindo conhecer o caminho. Qual a reação deles? – pergunta Platão. Eles o criticariam, porque perdeu visão e habilidades, porque quer acabar com a felicidade que desfrutavam e, ainda por cima, por lhes fazer proposta de passar por sofrimentos. Não demora a ser tachado de louco ou a ser morto para que deixe de importunar.

Este, em resumo, é o relato que Platão faz do Mito da Caverna.

### 4.3 Interpretação

Para entender por que Platão afirma que os homens estão acorrentados, é preciso esclarecer que, para ele, o conhecimento admite graus distintos de efetividade. Ele identifica quatro níveis diferentes do conhecer, que vão da mais completa ignorância até a plena sabedoria. No nível inferior, situa os homens que não sabem nada, não querem saber e têm raiva de quem sabe. É o plano dos marionetes e das mulheres. Não duvidam nem questionam coisa alguma, apenas imitam e repetem o que ouvem.

No segundo nível, estão as pessoas que sabem um pouquinho, mas pensam que sabem muito. São pessoas que externam opinião sobre tudo. Se alguém está com dor de cabeça, receitam logo analgésico, sem nunca ter estudado medicina e sem qualquer preocupação com as causas da dor. São viciadas na expressão “eu acho que...”. São capazes de escalar o time muito melhor do que o técnico. Têm ideias infalíveis para resolver os problemas econômicos ou para conduzir melhor as relações exteriores do país, sem nunca ter cursado economia ou estudado relações internacionais. Platão chama esses dois níveis inferiores de plano da opinião, que reúne a maioria da população. Nesse plano, não há predomínio da razão e, sim, da opinião!

O terceiro plano do conhecimento é ocupado pelos buscadores do conhecimento. Estes, antes de falarem sobre algo, vão atrás e se apropriam do conhecimento da tradição sobre o assunto. Depois de dominarem tal conhecimento, passam a tratar das questões, como fazem engenheiros, médicos, biólogos, entre outros.

No quarto nível do conhecimento, Platão situa aqueles buscadores do saber que, depois de recolherem todo o conhecimento da tradição, com auxílio de longa prática e aplicação das teorias em casos concretos, adquirem a capacidade de ler diretamente na natureza, quando ampliam o próprio acervo de conhecimentos da humanidade. Assim, ele caracteriza esse quarto nível como o nível dos que, sem intermediários, conseguem ler diretamente na natureza. Isso somente é possível para quem tenha saído da caverna, porque é ali, fora dela, que a natureza se situa.<sup>(\*)</sup>

Embora de forma indireta, Platão ainda fala no que seria um quinto nível superior do conhecimento, correspondente àqueles que verdadeiramente alcançam a condição de filósofos. O filósofo para Platão é aquele que aprecia o espetáculo da verdade, é aquele que capta a essência e, por isso, conquista conhecimento verdadeiro. Para tanto, a educação do filósofo deve ser programada e começar na infância, com o trato do corpo e da sensibilidade, com a percepção da beleza e com a superação dos instintos, a fim de estabelecer a precedência da razão, do bem e da justiça. Depois, deve estender-se até a maturidade com o domínio do conhecimento da tradição das ciências gerais: da

Retórica, da Matemática, da Geometria, da Música, das Artes Marciais e da Astronomia. Finalmente, para ser um verdadeiro filósofo, precisa, ainda, tornar-se um dialético, e esse é um detalhe fundamental, particularmente importante.

Para Platão, a palavra dialética não tem o mesmo significado que, modernamente, damos a ela, o de contraposição de tese e antítese sobre a linha do tempo, descortinando o processo histórico. Para ele, dialético é aquele que deixou de ser sectário, porque logrou visualizar a totalidade. O termo sectário, por sua vez, não tem a conotação fundamentalista moderna, mas indica qualquer privilégio indevido da parte sobre o todo. Um médico pode ter reunido todo o conhecimento médico da tradição. Mesmo assim, esse conhecimento é parcial, constitui recorte bem limitado que não representa o todo universal. Caso esse médico pretenda ler a natureza diretamente, apenas baseado nesse recorte, produzirá conhecimento distorcido; nos termos de Platão, sectário. Para ler com competência a natureza, precisa estar munido de visão totalizante da natureza e do mundo. A conquista de visão que contemple a totalidade Platão designa dialética. Duas citações extraídas do nosso texto básico de referência (PERINE, 2002) testemunham isso.

1. “Ninguém pode ser chamado de dialético se não consegue captar a essência das coisas.” (p. 91);
2. “...quem sabe ver o todo é dialético, quem não sabe não é.” (p. 92).

Ou seja, é sectário quem toma a parte como referência nos seus julgamentos; é dialético quem toma o todo como referência. Amparado na tese de que somente a visão do todo possibilita a verdadeira justiça, Platão entende que somente filósofos podem, legitimamente, estar à frente do mais perfeito modelo de governo possível, o qual chama de aristocracia. Nele, a missão essencial do governante é retirar a população da caverna. Como? Pela educação verdadeira, afirma ele. Pela educação que conduz ao uso consciente, autônomo e competente da razão.

Ora, isso nos coloca diante de um impasse. Antes foi dito que, quando o sujeito que conseguiu sair da caverna volta e conta aos amigos o que viu, ele é desacreditado, chamado de chato, de estraga-prazeres, até mesmo, de louco. Como educar gente assim? Principalmente porque não se trata de colocar simplesmente conhecimentos dentro da cabeça, não se trata de educação distorcida, que informa sem educar, mas de fazer o aluno elaborar a própria independência intelectual. Algo que só pode ocorrer de dentro para fora, nunca de fora para dentro. A maioria das pessoas de dentro da caverna sequer prioriza o conhecimento. Como fazê-las pensar?

É em razão desse impasse estrutural que o outro texto de referência que adotamos – a palestra do professor Luis Carlos Marques, da Associação Cultural Nova Acrópole de Brasília – cuida de destacar a crítica de Platão à democracia.

Platão diz que existem cinco formas possíveis de governo: a aristocracia, quando a cidade é governada pelos melhores e mais bem preparados dos seus cidadãos; a timocracia, em que predomina o gosto por honrarias; a oligarquia, em que mandam os mais ricos; a democracia, quando o governo é dirigido pela maioria da população; e a tirania, que costuma ser o governo de um só.

Segundo Platão, somente a tirania é pior do que a democracia, o que ele justifica com a alegoria da caverna. Nesse caso, o governo está representado pelos que cuidam da fogueira e planejam a geração das imagens refletidas no fundo da caverna: os formadores de opinião. Qual é o objetivo desses governantes? Naturalmente, serem benquistos pela população que vota e decide quem deve ocupar o poder. O objetivo principal de tais governantes é manter-se no poder. Como conseguem isso? Gerando

imagens que agradem à população. Pois, quando as imagens lhe desagradam, ela costuma, pelo voto, democraticamente, trocar os mandatários.

Naturalmente, esses governantes não estão interessados em educar a população nem mesmo têm habilidades para tanto. Como a maioria da população não considera o conhecimento importante, mas apenas cultiva seus instintos, o que lhe agrada mesmo é o jogo das paixões, as novelas, o futebol, as páginas policiais. Por isso, tais imagens são geradas em profusão, e a situação geral da caverna nunca se altera. Pode, entretanto, ficar pior, quando a corrupção e a necessidade de preservar força política ensejam a criação incessante de cargos públicos para atender aos novos e aos velhos aliados. Na sequência do crescimento da máquina pública, crescem também os impostos, e a situação geral da população se deteriora. Finalmente, como canalha não consegue confiar em canalha, a população se vê cada vez mais explorada, começa a desejar a vinda de um salvador da pátria, que, finalmente, aparece e se estabelece com truculência. Oficialmente, para eliminar os corruptos, mas, de fato, para eliminar os adversários. Procede a uma limpa no governo, eliminando todos os possíveis concorrentes e os que não se submetem à sua vontade. Assim, concentra poder inusitado: eis claramente formulada a figura plena do tirano.

Para a população, ele posa de bonzinho, porém, nos bastidores, exerce truculência com mão de ferro, pois pretende ficar no poder o resto da vida. Um dia poderá ser assassinado e, provavelmente, será substituído por outro pior. Esta, segundo Platão, é a ordem e o destino da democracia. Esta também é a razão pela qual Platão entende que o governo precise ser exercido por filósofos, por dialéticos, que conheçam a natureza em sua totalidade, que, em razão disso, tenham superado seus instintos e que sejam conhecedores do bem, da beleza e da justiça, porque isso os fará dedicar-se não a interesses pessoais mesquinhos ou a agrados à população – que despreza o conhecimento e desconhece a razão –, mas ao resgate dos homens do interior da caverna, ainda que isso tenha de ser feito contra a “opinião” da maioria.

#### **4.4 Existe saída ao impasse platônico?**

Este estudo objetiva justamente responder a essa questão. Quando examinamos os habitantes da caverna, constatamos que a maioria da população não usava a razão. Tinha, entretanto, opinião sobre tudo. Afinal de contas, a cultura predominante na caverna entendia que a realidade era as sombras projetadas no fundo. Ora, a mente humana, por mais ingênua e despreparada que seja, por compleição estrutural, exige, no mínimo, coerência entre o que a pessoa sabe e as suas interpretações. Mesmo se tratando de mera opinião, sem fundamento, resulta de experiência de vida, que representa a bagagem a partir da qual ela opina. Essa experiência, como a alegoria esclarece, é limitada, estreita; nos termos de Platão, sectária: as sombras projetadas são aceitas como se fossem a realidade. O sujeito passou a vida toda a ver aquelas sombras – e somente elas – portanto, nada mais natural do que pensar que aquelas sombras sejam a única realidade existente. Trazendo essa alegoria para a nossa situação atual, temos de convir que também somos sectários, uma vez que também somos desprovidos de compreensão da totalidade universal.

Olhamos para o mundo, vemos a sua materialidade e acreditamos que ele se reduza à materialidade observada. Por que isso nos parece coerente? Porque a bagagem que usamos para julgar e entender o mundo nos diz que essa compreensão é adequada. Conforme já discutimos nos capítulos anteriores, o nosso modo de pensar está sempre confinado e condicionado por paradigma e por seus dispositivos, de sorte que a única maneira de fazer uma verdadeira revolução no modo de pensar é mudar de referencial.

O paradigma que sustenta o mundo moderno ocidental, como também já vimos, pode ser chamado de cartesiano, porque é baseado nas formulações essenciais de René Descartes, as quais constituíram elementos cruciais de superação da mentalidade medieval e de estabelecimento da mentalidade científica, tipificadora da modernidade ocidental. Naturalmente, a superação da mentalidade medieval não se deveu exclusivamente a Descartes, e estender o mérito a Copérnico, Galileu, Newton, Bacon e Espinosa, os mais citados, não nos livra de cometer injustiças e esquecimentos. Trata-se, entretanto, de contemplar as contribuições de cada um deles, destacando aquelas que mais profundamente moldaram o paradigma que preside a civilização ocidental como alicerce condicionante de toda a percepção cognitiva do homem de nosso tempo. A palavra paradigma, como aqui a empregamos, indica pressupostos culturais que, geralmente, não são citados nos discursos, embora estejam sempre presentes, condicionando e determinando-os de forma velada. Algumas expressões, como inconsciente coletivo, espírito do tempo ou espírito de uma época, constituem tentativas de indicar aproximadamente o que designamos por paradigma civilizatório.

No sentido de ser formadora do espírito de uma época, a obra de Descartes se destaca. Ele descobriu principalmente que o espaço comporta três dimensões: altura, largura e profundidade. Como essas três dimensões viabilizam o espaço, com amplitude para comportá-lo – e é essa realidade do espaço que se oferece a todos os nossos sentidos orgânicos –, acreditamos que o mundo todo esteja contido no espaço. Só acreditamos no que manifestamente se mostre presente no espaço, isto é, aquilo que também possua três dimensões: a matéria.

Tanto é verdade que a ciência não se pergunta mais sobre o que os fenômenos são, como no tempo de Platão, mas apenas se interessa pela constituição e pelo funcionamento da matéria, na única intenção de descobrir qual utilidade ela pode ter para atender aos nossos interesses possessivos e de bem-estar. Coisificamos todos os fenômenos e olvidamos o ser que os constitui; atemo-nos a sua utilidade para satisfazer os nossos desejos. Daí o consumismo, a superficialidade, o egoísmo, a competição, a pouca ética, enfim, o modelo ocidental de civilização. Em resumo, podemos afirmar que nós, ocidentais, vivemos dentro de uma caverna: a caverna do mundo ocidental.

Podemos sair disso? Podemos sair da caverna? O advento do conceito de paradigma civilizatório indica que talvez isso seja possível, porque, ainda que a maioria da população apenas tenha opinião e não conhecimento embasado, sendo maria vai com as outras, basta ensinar-lhe a pensar segundo outro modelo – um paradigma que mostre não o interior da caverna ocidental, mas a natureza existente fora de todas as cavernas; um paradigma que exponha claramente a presença da totalidade, da interdependência universal, que nos vincula, e a prevalência do ser, viabilizando, naturalmente, uma justiça de validade universal/cósmica. Com isso, em lugar de tentar retirar da caverna as pessoas, que lá estão desde criancinhas, a estratégia mais promissora se afigura em as novas gerações nascerem já do lado de fora, à plena luz do Sol.

Usamos o Mito da Caverna para contextualizar o problema prático que se oferece em face da índole predominante de populações que tomam as decisões em ambientes democráticos e para sustentar a conclusão de que é a educação das novas gerações, a partir de outro paradigma, que se apresenta como opção mais promissora e eficaz de superação de um modelo de civilização estruturalmente destinado à catástrofe. Não significa entender que a instrução e o esclarecimento dos adultos da caverna sejam desnecessários ou inúteis. Apesar da previsível pouca efetividade no resgate dos já deformados para o novo paradigma, a disseminação das ideias também para os adultos revela-se indispensável tanto para tornar o processo consciente, e em alguma medida

consentido, como para a amenização do conflito de gerações, que, inexoravelmente, advirá com a transferência facilitada do poder à nova cultura, quando chegar a hora.

Em termos de implementação, considerando a hipótese de que um novo modelo suficientemente convincente esteja disponível, parece, em princípio, indispensável o papel do Estado, pelo fato de o paradigma da totalidade requerer ação de abrangência planetária. Nesse sentido, os grandes agentes seriam os professores, desafiados a dominar o novo paradigma, apesar da sua formação cartesiana. Então, pensamos indicar os dois pontos críticos do processo. De um lado, o Estado e os governantes admitem a urgência e ser capazes de deflagrar movimento planetário de propósito cultural, sem se aproveitar da oportunidade, para tentar engendrar novas formas de concentração de poder. De outro lado, os educadores serem capazes de mudar suas estruturas perceptivas e de conquistar o domínio da nova ferramenta, de sorte a se tornarem aptos a realizar a disseminação dela. Ambos os desafios são radicalmente dependentes do poder de convencimento do novo paradigma e das esperanças que ele for capaz de despertar.

Trataremos de especificar esse paradigma no próximo capítulo, mas, desde já, o espírito nos impõe, como essencial, a pergunta sobre como saber se ele resolve o problema. Se o processo interpretativo exige sempre referencial, a troca de referencial não nos colocaria dentro de outra caverna? Como saber se esse novo paradigma nos situaria fora de todas as cavernas, isto é, nos colocaria realmente em presença da natureza?

A resposta é simples: avaliando se ele, efetivamente, atende aos requisitos estruturais pretendidos. Ainda, segundo o que Platão nos ensina na República, uma das características do verdadeiro filósofo é ser dialético, não sectário, isto é, ser dotado de visão de totalidade da natureza. Como homem algum jamais conseguirá conhecer extensivamente toda a natureza, reunir todo o conhecimento da tradição sobre a natureza, a saída consiste em conhecer as leis básicas comuns a tudo o que existe; ou seja, conhecer a essência ontológica do existente, o logos ou o verbo, segundo o qual tudo se dá: as leis constitutivas do Universo, bem nos moldes do que já pensava Pitágoras, que foi referência tanto de Sócrates como de Platão.

Pitágoras já conhecia o modelo capaz de resolver a questão, assim como os sacerdotes do antigo Egito. Aquelas concepções eram, respectivamente, versões matemática e geométrica do paradigma, que, hoje, tal como moedas antigas, já não possuem mais valor de curso. Agora, como veremos, a nova versão do logos acrescenta a Lógica à Geometria e à Matemática, gerando um modelo adaptado às exigências e às condições da cultura científica moderna; afinal, trata-se de convencer mentes científicas. Portanto, sem mais delongas, tratemos de especificar esse modelo lógico e de verificar as suas potencialidades.

## **Comentário**

Rubi Rodrigues disse:

26/7/2020, às 14h55

(\*) No subitem 4.3 – Interpretação – deste texto, indiquei que o quarto modo de pensar catalogado por Platão – os buscadores de conhecimento que aprenderam a ler diretamente na natureza e se empenham em ampliar o conhecimento humano e que correspondem aos atuais cientistas – estaria localizado fora da caverna alegórica. Isso precisa ser corrigido: o quarto modo de pensar ainda pertence ao interior da caverna, dentro da qual a natureza também está presente. O texto foi escrito em 2008/2009 e, naquela ocasião, assim o entendíamos. Hoje, em 2020, estamos realizando uma terceira leitura do mito e demonstrando que o exterior da caverna somente pode ser acessado por dialéticos



que conseguem vislumbrar e pensar a totalidade. Os nossos atuais cientistas limitam-se a fazer ciência no contínuo espaço-tempo, isto é, na terceira e na quarta dimensões, logo, no interior da caverna.

## SEGUNDA PARTE

### Contextualização

Três anos depois de publicada a primeira parte das advertências do Mito da Caverna, em razão do interesse despertado pelo texto – que tem sido consultado por internautas de diversas partes do mundo – e tendo em vista que Platão estende as suas considerações até a primeira instância da existência, estamos oferecendo aos leitores a segunda parte do texto, que pretende focalizar o ponto mais elevado da doutrina platônica. Cumpre, porém, advertir que essa parte, para aqueles que lograrem entendê-la, significará tomar a pílula vermelha, que, no filme Matrix, Morpheus oferece a Neo, para sair do mundo da ilusão e entrar no mundo real. Dado que também, aqui, trata-se de um caminho sem volta, recomenda-se seguir adiante apenas quem estiver disposto a pagar o preço – em responsabilidade – implícito no conhecimento da verdade.

### 1 – Justificativa

Na primeira parte deste trabalho, depois de apresentar a alegoria de Platão, discutir as dificuldades envolvidas no processo de saída da caverna, para a luz do dia, e constatar que os regimes democráticos modernos não mudaram as condições culturais essenciais da população – que continuam a ser as mesmas dos habitantes da caverna de Platão –, deparamo-nos com o fato incontestável de a nossa faculdade de pensar depender, irrecusavelmente, de referencial ou de paradigma interpretativo. Esse paradigma, ao mesmo tempo em que viabiliza a cognição, também modela e determina o tipo de interpretação, de sorte que a mudança de paradigma por si só não garante a superação de todas as cavernas e pode, simplesmente, representar a passagem de uma caverna para outra, tal como, agora, surpreendemo-nos aprisionados na caverna da civilização ocidental. Sobre como enfrentar esse problema, na primeira parte do texto, limitamo-nos a dizer que a solução proposta por Platão consistia em aprender a pensar dialeticamente, significando isso, para ele, ser capaz de vislumbrar a totalidade e de orientar o raciocínio por ela.

Embora isso seja verdade e tenhamos mencionado que Platão se valia da *dédaca* sagrada de Pitágoras como referencial interpretativo e, ainda, que o próximo capítulo deste projeto tem como propósito discutir a versão científica desse modelo interpretativo – que contempla a totalidade –, Platão, ele mesmo, praticamente não menciona esse referencial em seus escritos nem mesmo confessa, textualmente, em sua obra, que se utilizava do modelo de Pitágoras. As razões desse procedimento têm recebido crescente atenção de estudiosos e de pesquisadores da obra platônica e se insinuam como indicações fundamentais tanto para o desvelamento do referencial que instrumentalizava Platão quanto para a correta interpretação do seu pensamento<sup>1</sup>.

O que tem sido constatado é que Platão somente discorria sobre esse núcleo central de sua doutrina, em ocasiões reservadas, para plateias cuidadosamente selecionadas e de modo exclusivamente oral, tendo se recusado expressamente a escrever a respeito disso na Carta VII. Apesar disso, em algumas ocasiões, ele fornece indicações cifradas sobre esse núcleo doutrinário, em torno do qual gravita o que tem recebido modernamente a designação de “doutrinas não escritas de Platão”. Uma dessas ocasiões é o texto que antecede a apresentação da alegoria da caverna, quando

---

<sup>1</sup> Nossos estudos a respeito podem ser encontrados na sessão de estudos platônicos do *site* [www.segundasfilosoficas.org](http://www.segundasfilosoficas.org).

Gláucon pede para Platão falar do bem em si – um convite ao qual o mestre recusa, em virtude de dificuldades que não esclarece, mas que acaba compensando, ao falar do filho do bem, que resulta ser o Sol. Um olhar mais atento percebe que se trata de mais uma recusa de escrever sobre certos assuntos que Platão decidira tratar apenas na oralidade. Tratar-se, porém, de um texto preparatório fundamental para o completo entendimento da alegoria da caverna, por meio do qual, de certa maneira, Platão atende ao que Gláucon pede, mas o faz de forma velada, valendo-se de símbolos e metáforas. De certo modo, ao afirmar que não podia falar sobre o bem em si na ocasião, tal como fazem os ilusionistas, ele desvia a atenção do leitor para o Sol. Entretanto, para olhos iniciados, ele traça um quadro referencial que, posicionando precisamente o bem em si, abre uma lacuna conceitual que requisitará o paradigma pitagórico de que se utilizava, como tentaremos demonstrar.

Analisar esse texto introdutório constitui, portanto, o objetivo principal da segunda parte deste estudo, na expectativa de facultar ao leitor atento acesso aos pressupostos de que Platão se valeu para produzir a sua admirável obra. Compreenda-se que, ao revelar aspectos centrais dessa doutrina não escrita, não se estará cometendo algum sacrilégio ou indiscrição, mas apenas prestando esclarecimentos sobre os quais o próprio Platão gostaria de ter prestado, mas que não pôde fazê-lo, principalmente em razão da presença de lacunas conceituais que impediam, na oportunidade, explanação dotada do mesmo grau de consistência presente nas suas demais proposições. Nos demais capítulos deste texto, o leitor encontrará uma análise mais detida dessas razões bem como indicações das conquistas conceituais modernas que permitiram superar aquelas limitações.

## **2 – A recusa e o desvio do pai para o filho**

O diálogo da República transcorre em Pireu, localidade rural nas cercanias de Atenas, na casa de Céfalos, um próspero fabricante de escudos, por convite do filho Polemarco, que reunira um grupo de amigos para ouvir Platão. Depois de uma extensa discussão sobre justiça, para a qual não encontra suporte lógico convincente no plano individual, Platão passa a examinar o plano coletivo, na expectativa de, ali, encontrar motivos suficientes para justificar a prevalência da justiça; daí a conversa encaminhar-se para o projeto de uma cidade ideal, onde os homens pudessem viver em paz e em segurança. O texto que nos interessa se desenvolve no final do capítulo VI, quando o personagem Gláucon cobra do personagem Sócrates explicações sobre o bem em si. A recusa de Sócrates revela-se significativa, tendo assumido os seguintes termos:

Mas, meus caros, vamos deixar por agora a questão de saber o que é o bem em si; parece-me grandioso demais para, com o impulso que presentemente levamos, poder atingir, por agora, o meu pensamento acerca dele. O que eu quero é expor-vos o que me parece ser o filho do bem e muito semelhante a ele, se tal vos apraz; caso contrário, deixemos isso. (506e)

Cumprido notar que a justificativa para a recusa é precária, mas a recusa é peremptória, de sorte a valorizar a alternativa-desvio de contemplar o filho do bem. Na sequência, Gláucon concorda registrando a dívida: “[...] outra vez pagarás a explicação que nos deves acerca do pai”, ao que Sócrates responde: “– Tomara que eu pudesse pagar e vós recebê-la, e não como agora, dar-vos só os juros. Recebi, portanto, este juro e este filho do bem em si”.

Observe-se que a dificuldade não era apenas a de Sócrates conseguir uma formulação adequada da explicação do bem em si, mas também de os ouvintes serem capazes de entendê-lo: “Tomara que eu pudesse pagar e vós (tivésseis condições de) recebê-la”. De qualquer modo, além de ficar claro que havia um conhecimento sobre o

qual ele não queria falar, fica suficientemente induzido que se falará do filho e não do pai. Tendo em conta, por último, que é Platão quem escreve, e poderia colocar o que quisesse na boca dos seus personagens, fica evidente que o tema do bem em si diz respeito ao que Platão, em razão das dificuldades envolvidas, resolvera não escrever. Parece também possível inferir, com o auxílio de outros textos, que ele gostaria de falar a respeito, mas encontrava dificuldades para formular a questão em termos conceituais lógicos e racionais, o que, evidentemente, implicaria dificuldades correspondentes de entendimento aos ouvintes. Qual a solução temporizadora? Lançar mão de metáforas para, ao menos, dar o sentido geral, como se verá adiante.

### **3 – A razão áurea de Platão**

Sócrates inicia a discussão, invocando a teoria das ideias de Platão, segundo a qual, para um correto entendimento, impõe-se distinguir, nas coisas existentes, componentes visíveis – substanciais – e componentes inteligíveis – essenciais e correspondentes às ideias. Em termos ainda aproximativos, podemos entender essa proposição platônica, no sentido de que todos os fenômenos objetivos existentes apresentam conteúdo e forma. A ciência moderna demonstrou que, em última instância, o que entendemos por matéria constitui energia condensada e organizada de certa maneira. Isso torna evidente que todos os fenômenos são constituídos de energia convenientemente organizada, resultando ser perfeitamente adequado distinguir, nos fenômenos, o que é substancial – a energia – do que organiza e molda o fenômeno – a inteligência organizativa. Preferimos essa designação em lugar de ideia e de forma, usadas por Platão, tendo em vista que inteligência organizativa evidencia, de modo mais claro, para mentes modernas, que os fenômenos, por mais simples que sejam, resultam não do ajuntamento aleatório de componentes, mas da inteligente articulação de energias, de átomos e de moléculas, em unidades complexas perfeitamente organizadas. Considerando que, como seres dotados de capacidade intelectual, somente temos acesso à inteligência organizativa constituinte dos fenômenos, parece adequado designar essa essencialidade constituinte de inteligência organizativa. É para operar inteligência organizativa que a nossa espécie foi provida de cérebro e de mente. Pensar significa, portanto, segundo visão atualizada da teoria das ideias de Platão, operar a inteligência organizativa que é constituinte dos fenômenos e edificadora do mundo.

Sócrates mostra-se didático ao justificar a distinção entre os aspectos sensíveis e os inteligíveis – “aqueles são visíveis, mas não inteligíveis, ao passo que as ideias são inteligíveis, mas não visíveis” – e, com isso, coloca a teoria das ideias ao alcance de todos.

Posta essa base, o diálogo vai identificar os condicionantes estruturais que viabilizam, de um lado, a percepção do sensível e, de outro, a compreensão do inteligível. A tese é meridianamente clara: nós vemos, com o concurso de olhos providos de capacidade de ver, e os objetos e as cores são visíveis porque apresentam a faculdade de mostrar-se à visão. Nada disso pode ocorrer na completa escuridão, na ausência de luz, portanto, é a luz que viabiliza que o mundo sensível seja visto. Dado que, em nosso mundo, quem fornece a luz é o Sol, conclui-se que é ele, o Sol, que nos concede a dádiva de ver e é ele, também, que concede aos objetos e as cores a propriedade de serem vistos.

Observe-se que, à medida que o Sol se ausenta e a noite cai, a visão se turva, enfraquece, e a nitidez se perde até desaparecer por completo. Quando o dia amanhece, o processo se inverte, até que, à plena luz do Sol, as coisas se tornam completamente claras. Sócrates destaca também que nem o olho que vê nem o objeto da visão captada

confundem-se com o Sol, que é um terceiro elemento. É, porém, o Sol que concede ao olho o poder de ver, segundo o texto, por transbordamento, ressaltando, assim, o fato de esse poder ser conferido sem que o Sol saia do seu lugar. Ora, nós, modernos, sabemos, hoje, que a própria faculdade de ver dos animais se desenvolveu em face da presença da luz e que tudo, neste planeta, origina-se e é sustentado pelo Sol. Foi o Sol que cuspiu os planetas, é o Sol que mantém os planetas em órbitas estáveis, é o Sol que provê a energia e o calor que sustentam a natureza em nosso planeta, e continua sendo o Sol que fornece a energia vital que alimenta todos os seres vivos. De sorte que se afigura perfeitamente justificada a observação de Sócrates, indicando que o Sol não apenas possibilita a visão, mas também gera e sustenta tanto o olho como os objetos sensíveis, cuja forma e cores são vistas e percebidas.

Nessas condições, justifica-se plenamente o *status* divino que a mitologia grega conferia ao Sol, a mais evidente fonte criadora de tudo o que existe na Terra. Ocorre porém, que Platão, em face do que ensina a teoria das ideias, percebe que o Sol integra o mundo sensível e que este resulta da ação da inteligência organizativa que pertence ao mundo inteligível; portanto, o Sol não pode ser mais do que um filho dileto do verdadeiro princípio criador. A esse princípio criador Platão designa de o bem em si, que, em outras ocasiões, identifica como sendo também a beleza em si. Com isso, o discurso de Sócrates transita do mundo visível para o mundo inteligível e vai defender que o bem em si atua sobre a mente, sobre as ideias e sobre o conhecimento, da mesma forma que o Sol atua sobre o olho, os objetos e a visão: gerando-os, alimentando-os e sustentando-os.

No caso do mundo inteligível, não é o olho que atua, mas a mente. O que é visado, nessa atuação, não é um objeto e suas cores, mas as ideias ou a inteligência organizativa. O produto da ação perceptiva não é uma visão, mas uma compreensão, um entendimento, um conhecimento. Similarmente, assim como no caso do mundo sensível, é a luz gerada pelo Sol que ilumina os objetos e as suas cores, fornecendo ao olho a capacidade de ver e às cores a capacidade de serem vistas. Do mesmo modo, no caso do mundo inteligível, não é o bem em si que possibilita a compreensão e o conhecimento, mas, sim, segundo Platão, o ser e a verdade que transbordam dele: instrumentalizando a mente e “iluminando” as ideias ou a inteligência organizativa constituinte do mundo inteligível.

Neste ponto de nossa análise, posicionamo-nos para a fase delicada da cirurgia que determinará se a pílula vermelha vai ou não fazer efeito. Avancemos, pois, com cautela, consolidando primeiro o percurso já cumprido. Observe-se que Platão nos propõe, em síntese, uma razão áurea similar à proporção áurea – 1,618 – identificada na natureza. A razão áurea é estrutural à perspectiva que Platão propõe para olhar o mundo e a natureza de forma ordenada, metódica e direta, superando, assim, as ilusões próprias das cavernas, e pode ser formulada nos seguintes termos: o Sol está para o mundo visível, assim como o bem em si está para o mundo inteligível. O esquema, a seguir, consolida a estrutura referencial a partir da qual Platão lança o seu olhar sobre o mundo.

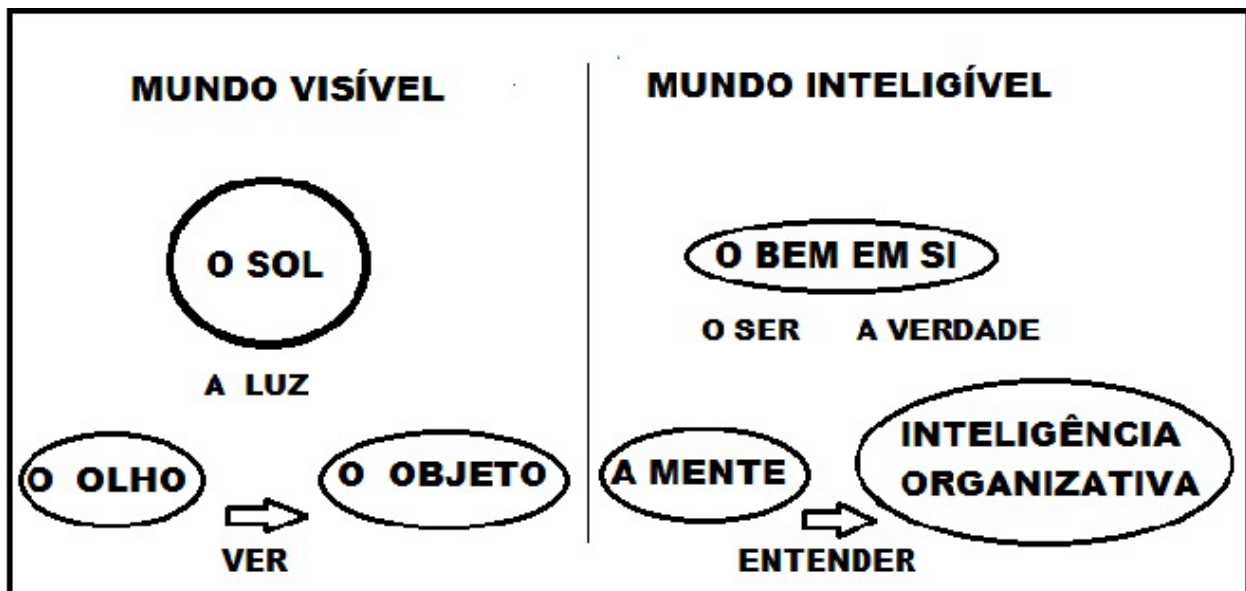


Figura 1: Modo platônico de ver o mundo.

Antes de tudo, convém esclarecer que se trata de um olhar metafísico, que busca descortinar a constituição ontológica do mundo e que, absolutamente, não pode ser confundido com o olhar epistemológico moderno, que contrapõe o objetivo ao subjetivo, na busca de uma teoria do conhecimento. O visado é a constituição da realidade e não as condições viabilizadoras do pensamento. Assim, o mundo inteligível precisa ser entendido, segundo os termos platônicos, como provedor da essência, constitutiva, edificadora e sustentadora do mundo visível. Portanto, ontologicamente, o mundo inteligível antecede ao mundo visível, ainda que, temporalmente, sejam simultâneos e copartícipes dos fenômenos.

Isso posto, o que ainda resulta obscuro nesse esquema interpretativo de Platão? A explicitação do mundo visível parece suficientemente realizada em face da consistência interna dos elementos destacados e da nossa experiência visual com o mundo material e sensível que se oferece à nossa percepção. A substituição do termo ideias por inteligência organizativa – que é a única mudança que realizamos relativamente ao texto – não oferece dificuldades. Como é que se constrói um edifício? Primeiramente, engenheiros e arquitetos elaboram um projeto que especifica a obra. Esse projeto indica a inteligência organizativa segundo a qual os materiais que serão utilizados na construção deverão ser reunidos, combinados, articulados, misturados e ordenados, de tal sorte que o resultado final do esforço seja o edifício pretendido. Observe-se que a construção se realiza obedecendo às especificações constantes do projeto de maneira que, na medida em que a construção avança, a inteligência organizativa descrita no projeto vai sendo incorporada à obra e, no final, o edifício constitui uma unidade e uma totalidade determinada justamente pelas especificações do projeto, isto é, uma totalidade determinada pela inteligência organizativa incorporada. Eventuais aprofundamentos na questão podem ser obtidos nos já citados estudos platônicos. Nesses mesmos estudos poderá ser encontrada uma discussão mais detida do fato bastante evidente de a mente operar justamente a inteligência organizativa constituinte dos fenômenos. Resta, então, contemplar o bem em si e as suas duas emanções: o ser e a verdade.

Todos temos experiências introspectivas reveladoras de que a operação da mente exige um operador, um operador inteligente, que podemos designar de intelecto e que, em nossos momentos introspectivos, identificamos com o nosso ser, com o ser que somos no mais profundo do complexo que nos constitui. O que Platão afirma é que

esse ser constitui uma emanção do bem em si, uma emanção segundo o termo que usa, por transbordamento. Modernamente, estudos não ortodoxos de lógica identificaram um padrão de movimento inferencial que obedece a uma lógica transcendental e que tem a propriedade de explicar o surgimento de uma totalidade que transcende à soma de suas partes<sup>2</sup>. Com isso, hoje, seria mais adequado dizer que o ser emana do bem em si, por transcendência, posto que essa lógica explica como algo antes não existente pode emergir em dado plano existencial. Não há, aqui, qualquer mistério. Caso o leitor consiga reunir dois átomos de hidrogênio com um átomo de oxigênio, em condições apropriadas, terá criado uma molécula de água que, antes, não existia na comunidade das moléculas. Essa molécula terá propriedades que não estavam presentes nem no átomo de oxigênio nem nos átomos de hidrogênio; logo, constitui uma totalidade que se situa para além da mera soma das partes. Assim, embora Platão não explique como ou por que essa emanção acontece, não resta dúvida de que, técnica e logicamente, esse movimento criativo não envolve dificuldades.

Também não parece razoável que alguém recuse a presença de um ser na raiz de seus pensamentos, de sorte que admitir a presença desse ser como intelecto operador da mente parece questão pacificada. Da mesma forma, admitir o surgimento do ser ou de qualquer outro fenômeno por transcendência sequer oferece as dificuldades que virtualmente estariam presentes com o uso de outra expressão, tal como transbordamento. Em Física Quântica, constata-se que elétrons negociam – recebem e devolvem – *quantum* de energia com o vácuo cósmico, ao mudarem de órbita no átomo. Embora esse vácuo cósmico ainda não esteja completamente esclarecido, apresenta-se como sério candidato a situar-se fora do espaço-tempo que delimita a localidade na qual a ciência, desde Einstein, opera. Dessa forma, usar o conceito de transcendência afigura-se não apenas possível, mas também conveniente para a própria ciência, que, desde Newton, optou pelo conceito de imanência. Este, encontra-se na berlinda com a crise do conceito científico de localidade ou com o advento do conceito de não localidade, em Mecânica Quântica. Da mesma maneira, em princípio, não se vislumbra dificuldades à tese platônica de advento do ser por transcendência.

#### **4 – O bem em si e a emanção da verdade**

A questão da verdade já não é tão simples e exige explanação mais detida. As expressões o bem em si, o belo em si e a verdade constituem conceitos interdependentes, vinculados ao culto grego da beleza e da perfeição. Talvez a expressão mais clara dessa valorização da beleza que chegou até nossos dias seja o prestígio das esculturas gregas, esmeradas em representar a perfeição do organismo humano. Elogia-se, até hoje, a beleza de uma mulher, dizendo-se que se trata de uma escultura grega. Nessa perspectiva, o conceito de beleza está vinculado ao conceito de medida certa que é também medida adequada, e a beleza manifesta do mundo resulta de participações de fenômenos em uma beleza em si divinizada. A beleza em si ou o bem em si é posto no esquema platônico, na posição de princípio primeiro do mundo inteligível, de acordo com a teoria das ideias e a perspectiva metafísica adotada. Em diversos outros diálogos, Platão se refere a esse princípio como sendo o uno, o qual é definido como princípio da unidade, absolutamente simples e indivisível, que não chega a ser número porque antecede ao próprio número. As religiões modernas identificam esse uno com Deus, e a Metafísica, com princípio primeiro de natureza absoluta.

---

<sup>2</sup> Ver estudos de lógica disponível na sessão de saberes correlatos do *site*.

Ora, na perspectiva metafísica adotada por Platão, o uno representa o ponto radical de origem, o vértice a partir do qual a realidade do mundo se edifica. Edifica-se aleatoriamente? Não! Edifica-se em cosmos, plenamente organizado e integrado em uma totalidade irreduzível. O universo grego é cosmos e não caos. Para que seja cosmos e não seja caos, impõe-se que a criação seja regulada por leis universais inescapáveis e imutáveis. Tais leis emanam do uno e configuram aquilo que Platão designa de princípios primeiros, os quais, ontologicamente, antecedem as próprias ideias. Em algumas ocasiões conceituais esparsas, Platão aporta lampejos a respeito desses princípios. Uma delas é relatada por Aristóteles, ao discutir o uno e a díada do grande e do pequeno – na sua *Metafísica* –, outra, quando Platão – no *Parmênides* – discute o um indivisível da mais extrema simplicidade, frente ao um da totalidade, sabidamente composta de partes. Um terceiro momento, entre outros, apresenta-se – no *Sofista* –, com a proposição de cinco gêneros supremos. Contemplando esses momentos conceituais à luz do que Platão afirma sobre as matemáticas, na metáfora da segunda navegação – no *Feridon* –, consegue-se entender o sentido geral subjacente à tese platônica sobre a constituição do mundo inteligível bem como o sentido específico que o termo verdade adquire nesse contexto.

Observe-se que o projeto do edifício citado, ou, mais especificamente, a inteligência organizativa que os engenheiros e os arquitetos projetaram e registraram nas plantas e nas descrições do edifício, precisa obedecer às leis da Geometria, da Lógica e da Matemática, que são, respectivamente, as ciências da forma, do movimento e da quantidade, indispensáveis para conferir estabilidade, permanência e funcionalidade ao edifício em construção. Essas três ciências, como se sabe, constituem alicerce das demais ciências físicas, e os gregos antigos, tendo consciência desse papel básico, indicavam-nas, de modo geral, como ciências matemáticas<sup>3</sup>. Daí entenderem que os próprios deuses construtores do universo tiveram de obedecer às ciências matemáticas, para que o universo constituísse um cosmos e não um caos. É, pois, em razão de obedecer às ciências matemáticas, que algo era considerado belo e bom pelos gregos. Daí também toda a obra dos deuses, na criação e na gestão do universo, ser considerada obra do bem em si ou do belo em si e constituir-se sempre em coisas boas. Nesse sentido, o universo e a natureza existentes representam realidades boas e belas, porquanto sancionadas pelas matemáticas, sendo ilógico e irracional pretender fazer ou esperar que os deuses façam ou construam algo à margem dessas leis. Aliás, os estudos que realizamos a respeito indicam que tanto o relativo como o absoluto implicam naturezas determinadas e próprias aos seus termos, isto é, uma natureza absoluta e uma natureza relativa, ambas inescapáveis, de sorte que o advento do relativo a partir do absoluto somente pode dar-se de modo plenamente normatizado, implicando um modo relativo determinado e também inescapável de existir. Este é o sentido profundo do termo verdade empregado por Platão, para caracterizar as formas ou as ideias – a inteligência organizativa –, gerada e sustentada pelo bem em si e que são as ocorrências objetiváveis do mundo inteligível. A verdade “que ilumina” o mundo inteligível revela o alicerce lógico, geométrico e matemático necessariamente presente em toda inteligência organizativa naturalmente engendrada. Dado ser essa a mesma verdade constituinte da mente, nada mais natural do que a operação da mente reconhecer a presença da verdade nas ideias e, assim, admiti-las como conhecimento.

Observe-se adicionalmente, porém, que a inteligência organizativa contida no projeto do edifício serve apenas para organizar o edifício em uma unidade estável – durante certo tempo, ao menos – e constitui o conhecimento que podemos adquirir sobre

---

<sup>3</sup> Os gregos, que ainda não conheciam a ciência Lógica, entendiam a Astronomia como ciência do movimento.

o edifício objetivamente construído, mas não contempla registro da inteligência criativa que os projetistas usaram na concepção do edifício. As plantas do edifício não indicam a inteligência criativa ou os conhecimentos que os engenheiros e os arquitetos usaram para projetar o edifício. Da mesma forma, a inteligência organizativa natural que sustenta uma árvore, embora muito mais sofisticada do que a de um edifício, de vez que preconiza a própria reprodução da árvore, não explica a inteligência criativa que a natureza utilizou para produzir a inteligência organizativa da árvore ou para fazer a primeira de todas as árvores. Portanto, no esquema do mundo inteligível de Platão, sintetizado na figura, falta indicar a inteligência criativa, que liga a elipse do bem em si com a elipse da inteligência organizativa. Falta indicar os princípios primeiros que são geradores da existência relativa, que são geradores de todas as inteligências organizativas dos fenômenos existentes e, por conseguinte, falta indicar os princípios construtores da complexidade universal.

## **5 – A inteligência criativa**

No modo platônico de ver o mundo, sintetizado na figura, constata-se uma lacuna conceitual. Falta indicar como o ser e a verdade que “transbordam” do bem em si criam e constituem tanto a mente como a inteligência organizativa do mundo. Essa lacuna conceitual indica justamente a parcela doutrinária sobre a qual Platão deixou de escrever e que os estudiosos modernos estão designando de doutrinas não escritas.

Embora Platão não tenha legado à posteridade um texto descritivo a respeito da inteligência criativa, e o próximo capítulo do projeto no qual este texto se inscreve objetive justamente descrever – ainda que em linguagem moderna – um modelo de logos normativo correspondente ao adotado tanto por Pitágoras como por Platão, cumpre antecipar, aqui, as percepções que derivam do modo platônico de ver o mundo. Este, como já demonstramos, exige a presença da inteligência criativa como complemento necessário para fechar o modelo. Na verdade, no esquema interpretativo de Platão, o próprio posicionamento estrutural da inteligência criativa, somado ao caráter metafísico da perspectiva e, também, ao conceito de verdade matematicamente condicionado, praticamente estabelece premissas suficientes para viabilizar a dedução lógica do modelo subjacente. Procedamos, então, a uma descrição mínima que seja suficiente para esta ocasião.

Podemos começar colocando a questão da inteligência criativa em termos ajustados ao modo platônico de ver o mundo, conforme já discutido: de que forma o ser cria e institui uma existência relativa, valendo-se apenas de si mesmo e da verdade? Ou, então, de que forma o ser, amparado somente pela Geometria, pela Lógica e pela Matemática, consegue criar e estabilizar uma presença qualquer no mundo relativo? A resposta a essa questão é, necessariamente, única, uma vez que o universo somente pode admitir um modo existencial que, sendo compatível com a sua natureza, evite comprometer a sua ordem interna, de sorte que possa continuar a ser cosmos e não se transforme em caos. Por mais surpreendente que pareça, essa resposta já era conhecida e fornecida por Pitágoras, com a famosa *dédaca* sagrada, sobre a qual os pitagóricos juravam fidelidade à ordem místico-filosófica, que ministrava tais ensinamentos, e que era representada pela seguinte singela equação:  $1 + 2 + 3 + 4 = 10$ .

A simplicidade desse modelo chega a ser desconcertante para a complicada cabeça do homem moderno, embora, mais esclarecida, a comunidade dos físicos sempre tenha entendido que, no alicerce do universo, deve predominar a simplicidade. A essa altura, o leitor deve estar se perguntando: se essa equação revela o modo segundo o qual os fenômenos se estabelecem na existência e já era conhecida antes de Platão nascer, por que até hoje a ciência não a menciona e não a leva em consideração?



Responder a essa pergunta com segurança talvez seja mais difícil do que explicar o significado e o funcionamento da equação. Nesse contexto, estamos falando de uma inteligência criativa que se manifestou, pela primeira vez, quando surgiu a primeira partícula atômica no âmbito relativo, pois, sem ela, essa partícula não teria surgido.

Observe-se que isso se deu antes de se estabelecerem as condições que possibilitaram e deflagraram o Big Bang gerador do universo. Antes, portanto, de surgirem espaço e tempo. Acrescente-se que a nossa ciência atual opera dentro do âmbito delimitado pelo espaço e pelo tempo e que, a partir disso, começa-se a perceber a extensão das implicações dessa concepção. Ela desafia a ciência a operar também fora do espaço e do tempo, problema que, aliás, os físicos quânticos já vêm enfrentando nas últimas décadas, talvez até sem dar-se completamente conta disso. Além do mais, a inteligência criativa tem sido usada pelas religiões como fundamento das teses criacionistas. O verbo, que era no princípio, conforme nos fala João, no primeiro versículo do seu Evangelho, é apenas outro nome dado a essa inteligência criativa “que se faz carne e habita entre nós” e “segundo o qual tudo se fez”. Também parece relevante, por um terceiro lado, levar em consideração que a universalização desse conhecimento torna virtualmente impossível a exploração do homem pelo homem, em razão da lucidez e do entendimento propiciado. Portanto, não há dúvidas de que interesses poderosos – e egoístas – fazem-se presentes na questão.

Apesar disso, quer nos parecer que a dificuldade maior resultava de carências conceituais que impediam a formalização metódica e racional de um saber de origem mitológica, o qual convencia, apesar de ser amparado essencialmente na intuição. Pitágoras, provavelmente, foi o autor da equação, mas, certamente, não fora o autor da concepção. Esta, ele recolheu nos templos do Egito, em meio a um conhecimento milenar que tem registro expresso da questão datado em torno de 1760 a.C., mas cuja origem efetiva ninguém conhece<sup>4</sup>. No Egito, esse conhecimento se traduzia em ciência – situação testemunhada pelas obras faraônicas –, mas a tradução para a cultura grega implicou uma conversão para “matemáticas” as quais não dispunham de elementos conceituais suficientes que permitissem uma tradução precisa dos conceitos importados. A solução foi utilizar números, ressaltando que não se tratavam de meros números quantitativos, mas de números ideais que não admitiam ser somados ou operados uns com os outros, sendo que cada número da *dédaca* inaugurava uma série quantitativa e qualitativa distinta das demais e que apenas se complementavam na composição dos fenômenos realizados.

Posto nesses termos, convenhamos, fica tudo muito obscuro e indefinido. Chega a ser emocionante o esforço de Aristóteles para tentar, sem sucesso, entender esse núcleo central da doutrina de Platão. Todas as 363 páginas da sua *Metafísica* giram em torno da teoria das ideias, ora contestando, ora buscando alternativas, mas sempre procurando compreender algo que talvez até lhe tenha sido intencionalmente sonegado, deixando, nas entrelinhas, um fio de esperança de encontrar razões que validassem a teoria. Aristóteles não consegue entender o significado dos números ideais e, conseqüentemente, tampouco consegue sancionar a teoria das ideias. Nem mesmo os estudiosos que se seguiram na História focalizando a questão – os neoplatônicos – lograram iluminar convenientemente esse mistério, que só agora se resolve. Resolve-se como?

Do modo mais simples possível, em razão das conquistas conceituais da modernidade. Os números da *dédaca* sagrada indicam instâncias constituintes da existência relativa, que se diferenciam entre si por contemplarem amplitudes existenciais

---

<sup>4</sup> Consulte-se a respeito o artigo “As origens egípcias das doutrinas não escritas de Platão”, disponível no *site* e em RODRIGUES (2018) – O modo de pensar de Platão, em três estudos da obra.

diferenciadas. Pitágoras focaliza a existência procurando identificar o que a normatiza. Identifica e estabelece dois princípios básicos: o ilimitado e o limitante. O ilimitado Platão vai chamar de uno e defini-lo como simplicidade máxima indivisível. A religião vai chamá-lo de Deus, e a Metafísica, de princípio absoluto necessário. O limitante define o lócus da existência relativa, que Pitágoras vai especificar com a equação  $1 + 2 + 3 + 4 = 10$ . Platão vai chamá-lo ora de princípios primeiros, ora de díade do grande e do pequeno e, na Carta VII, vai indicá-lo com os ordinais 1º, 2º, 3º, 4º, e 5º. A religião vai designar o limitante de verbo, que era no princípio. O logos normativo que adotamos como paradigma geometrizava esses princípios e define o lócus do ilimitado como âmbito adimensional e o lócus do limitante como âmbito da existência relativa, dimensionalmente organizado. Os números 1, 2, 3 e 4 da dédaca correspondem, respectivamente, à primeira, à segunda, à terceira e à quarta dimensões da realidade, e o número 10, à totalidade da realidade, seja ela uma partícula atômica, um átomo, uma molécula, um organismo, um planeta, uma galáxia ou o próprio universo.

O que o logos normativo esclarece é que a realidade relativa se edifica a partir da primeira dimensão mediante a transcendência do ser a partir do uno que é a origem necessária. Esse uno é ilimitado e, portanto, absoluto, de sorte que atribuir-lhe a instância adimensional como lócus resulta perfeitamente adequado, posto que apenas uma instância adimensional “comporta” atributos absolutos. O ser que emerge no âmbito relativo por transcendência diferencia-se do adimensional apenas por estar em movimento ao contrário do uno ilimitado que é, necessariamente, imóvel, em razão do seu caráter absoluto. O ser que transcende traz consigo a carga de potencialidades que é própria do absoluto, mas, ao mover-se, é determinado pela amplitude de uma dimensão que lhe faculta o movimento e lhe estabelece o primeiro limite. Dado, porém, que esse ser está imbuído de um impulso absoluto para o movimento existencial, vence a resistência oferecida pelo limite da amplitude unidimensional e desdobra a segunda dimensão que lhe faculta um âmbito infinitamente maior. Disponibilizada a amplitude de duas dimensões, abre-se espaço para o outro e para a diferença e, com a diferença, estabelece-se a simetria, e o impulso absoluto para a existência revela-se impulso para a complexidade. Da mesma forma, são desdobradas tanto a terceira e a quarta dimensões quanto a instância de totalidade, sempre na busca de amplitude maior que viabilize mais complexidade. A totalidade surge como momento de repouso evolutivo e como estágio de completude fenomênica capaz de propiciar ao fenômeno assento estável na existência relativa onde desfrutará de certa permanência. Dado que a toda totalidade corresponde uma inteligência organizativa própria, constata-se que as cinco instâncias dimensionais descritas pelo logos normativo explicam todo o percurso ontológico cumprido pelo ser na geração dos fenômenos existentes.

Não cabe, aqui, entrar em detalhes sobre o modelo do logos normativo, isso será visto no capítulo seguinte. Nesta ocasião, parece suficiente mostrar que o modelo da dédaca sagrada é consistente como modelo que pretende explicar de que forma fenômenos se estabelecem na existência. Essa compreensão torna-se, agora, possível porque, atualmente, dispõe-se de uma geometria dimensional que se situa para além das geometrias não euclidianas e, também, de uma ciência multilógica que se situa para além da monológica clássica aristotélica. Além disso, o modelo está evidenciando a necessidade de uma matemática capaz de contemplar múltiplos graus de infinidade, já que um universo concebido em dimensões preconiza horizontes infinitos diferenciados na segunda, terceira e quarta dimensões. Esta constitui uma situação radicalmente distinta daquela que emoldurava as “matemáticas” na Grécia Clássica e que obrigou a Pitágoras e a Platão lançarem mão do conceito de números ideais. Euclides, que formalizou a geometria plana, viveu depois de Platão e, mesmo hoje, tanto uma métrica da amplitude dimensional quanto uma ciência do movimento lógico e, também, uma

matemática de múltiplos infinitos ainda não passam de proposições carentes de formalização completa, embora se apresentem como exigências irrecusáveis. Portanto, ficam plenamente justificados a recusa de Platão escrever sobre certas coisas bem como o fato de o significado profundo da *dédaca* sagrada ter permanecido velado por vinte e cinco séculos.

Esclarecido que o ser gera a inteligência organizativa como consequência natural, isto é, conforme possibilidades geométricas, lógicas e matemáticas, que são estruturais ao âmbito relativo, pela ação do impulso para a complexidade que o constitui, e segundo uma inteligência criativa que capitaliza as amplitudes crescentes que o desdobramento dimensional faculta, adquirimos pleno domínio sobre a nossa mente, que não apenas é constituída da mesma forma, como também opera de acordo com os padrões de movimento que são específicos de cada instância dimensional. Este é o motivo pelo qual somos capazes de acessar os conteúdos respectivos e entender a inteligência criativa correspondente a cada instância. Tanto a nossa mente no ato de pensar quanto a instância visada em seu ato de ser operam no mesmo padrão de movimento, razão pela qual a sintonia se estabelece e o conhecimento se viabiliza. A esse padrão de movimento chamamos lógica, e é por isso que são cinco as lógicas fundamentais: cada lógica corresponde a um padrão de movimento e a um modo do existir, implicando que, no conjunto, o logos normativo define a inteligência criativa e a lógica geral da existência.

## **6 – Conclusão: à luz da verdade**

Em face do exposto, parece possível tirar algumas conclusões. Em primeiro lugar, evidenciamos que a compreensão detalhada do modo platônico de ver o mundo demonstra que a faculdade de a mente operar e de compreender a inteligência constitutiva do universo representa, de longe, a maior dádiva que a natureza pode conceder a uma espécie viva, nesta ou em qualquer galáxia. A espécie humana foi privilegiada ao receber esse dom, e o homem simboliza a conclusão de uma fase evolutiva da obra universal promovida pelo ser. Na espécie humana, o ser ultima e disponibiliza o *hardware* de que necessita para poder operar ativa e conscientemente no universo. No homem, atualiza-se a potencialidade de pensar do ser.

Em segundo lugar, podemos concluir que, apenas na hipótese de o universo todo ser constituído por uma mesma inteligência criativa suportada por leis imutáveis, justifica-se que seres inteligentes localizados em um planeta qualquer sejam capazes de compreender o universo dentro do qual não passam de uma ocorrência entre outras. Dessa segunda conclusão, derivam outras, das quais destaca-se apenas o fato de que não parece razoável esperar que o ser tenha apostado todas as suas fichas na espécie humana, sendo muito mais provável que a geração de vida dotada de mente pelo ser se faça em todos os contextos em que a Geometria, a Lógica e a Matemática o facultarem.

Em terceiro lugar, verifica-se que o esquema de Platão distingue três modos básicos de ver o mundo, que predominam em cada ser humano, segundo a evolução do seu discernimento. Cada um deles implica uma postura mental diante da vida. Todos os seres humanos cumprem uma ontogênese, aperfeiçoam o seu organismo e adestram a sua mente para pensamentos crescentemente complexos. Nesse processo, cada homem desenvolve uma personalidade humana particular que é forjada em virtude das experiências que vai tendo pela vida, as quais ocorrem no âmbito do espaço e do tempo – devir – que compõem a realidade mutável apresentada pelos sentidos orgânicos de percepção que dispõe. Uma vez que essa relação dialética com as circunstâncias apenas encontra momentos fortuitos de estabilidade, com o tempo, o homem começa a perceber que existem coisas estáveis no universo e se abre à busca de leis permanentes

e imutáveis que possam lhe fornecer um contexto cultural estável e livre das mudanças constantes do devir.

Dado, porém, que a personalidade humana foi instruída na dinâmica mutável do espaço-tempo, tem apenas destreza no uso das leis correspondentes e, à medida que procura leis permanentes, abre espaço para o pronunciamento do seu ser constitutivo, que, até então, dormitara no seu interior e que é quem conhece e pode operar leis permanentes. Com o despertar do eu interior e em face da excelência do saber que propicia, algumas personalidades humanas se retraem intencionalmente e cedem espaço para que o ser assuma as operações da mente, com evidentes modificações no comportamento e na vida desse ser humano bem como na sociedade. Certamente, podemos concluir que perceber e compreender o mundo inteligível de que nos fala Platão requer um ser desperto.

Verificando o comportamento dos homens na sociedade, não é difícil perceber aqueles que vislumbram apenas o mundo sensível e limitam-se a discutir e pensar as circunstâncias humanas no fluxo do tempo. Acreditam que o universo está contido no espaço e que a vida se resume ao percurso entre nascimento e morte, no qual predomina o egoísmo e o confronto dialético de cada um com as suas circunstâncias. Esses homens enfrentam um problema sério no seu esforço para desenvolver conhecimento porque, como vimos, o que é visível não pode ser pensado. O objeto da mente é o inteligível e não o visível, do mesmo modo que o objeto dos olhos é o visível e não o inteligível; daí resultar uma mente desafiada a realizar uma tarefa para a qual não tem habilitação, de sorte que enfrenta dificuldades semelhantes a de um ouvido tentando ver, um olho tentando cheirar ou do tato tentando compreender. Dado que a mente desses homens não encontra o que lhe é próprio, isto é, a inteligência constitutiva do mundo inteligível, tampouco realiza compreensão amparada na identificação da verdade. Dessa forma, permanece uma mente adormecida para a verdade que apenas se limita a repetir o que houve, foi desenvolvido por outros e lhe pareceu razoável. Algum desses homens poderá, até mesmo, ser um cientista capaz de ampliar o conhecimento já estabelecido, mas apenas acidentalmente será capaz de criar algo realmente novo.

Há, por outro lado, homens que reconhecem tanto a inteligência constitutiva do mundo como a habilitação da mente para operá-la, os quais podem ser divididos em dois grupos. Uns, que podemos designar de cientistas verdadeiros, dedicam-se a estudar a inteligência organizativa que molda e sustenta os fenômenos, tornando-se aptos para ampliar o conhecimento e o domínio humano da natureza. Eles não se atêm à aparência das coisas e sabem que o olhar apenas vislumbra a aparência, exigindo conhecer a essência na qual é possível reconhecer a verdade. O outro tipo de homens dedica-se a estudar a inteligência criativa que explica o processo de criação de todas as coisas, define as condições da existência e situa a espécie humana no universo. Essas mentes contam com um ser francamente desperto, que adota o modelo criativo como referência, assume a perspectiva da criação que lhe é própria e se engaja, como operador consciente, no projeto cósmico de desenvolver capacidade cognitiva e ajudar a espécie humana a realizar suas mais nobres potencialidades, em termos de civilidade e de maturidade cognitiva. A esses seres podemos com justiça designar de sacerdotes, tanto porque se dedicam ao aperfeiçoamento da espécie quanto porque, ao assumirem a perspectiva criativa, o logos ou o verbo, silenciam a opinante personalidade humana forjada nas lides do espaço e do tempo e passam a manifestar a perspectiva “divina” do ser que os gerou.

O leitor que nos seguiu até aqui poderá consultar o seu espírito e identificar em qual das três áreas situa-se a sua zona de conforto. Uma vez identificada a posição em que se sinta confortável, poderá empenhar-se em desenvolver o conhecimento e as

possibilidades inerentes, de sorte a sentir-se de bem com a vida escolhida. É inútil, aqui, tentar enganar-se, pois não se trata de um concurso, mas de um processo evolutivo que exige o cumprimento de cada etapa. A boa notícia para quem se entender adormecido é que, daqui a alguns anos, uma releitura poderá ensejar outro resultado. O importante, porém, é a consciência do processo e a sua indicação de que livrar-se de todas as cavernas constitui prerrogativa de sacerdotes e de que todo ser dotado de mente almeja e pode despertar e, assim, viabilizar uma civilização de seres conscientes capazes de instaurar uma nova fase evolutiva do universo.

Essa nova fase inexoravelmente dar-se-á, mesmo que poucos cientistas e sacerdotes tenham de prorrogar a vida humana, por quinhentos anos, para possibilitar que um maior número de seres desperte.

Brasília, abril/2014.

## **CAPÍTULO 5 – O LOGOS: A ESPECIFICAÇÃO DO PARADIGMA**

O modelo do logos normativo da racionalidade, como descrição ontológica da existência.  
– Objetivos: axiomatizar, justificar e descrever o modelo.

### **Apresentação**

Depois de três publicações dedicadas à especificação do logos normativo, a primeira em linguagem metodológica (1999), a segunda em perspectiva filosófica (2011) e a terceira de orientação metafísica (2016), todas tencionadas por preocupações didáticas, vamos, agora, tentar descrever esse paradigma de forma axiomática, procurando não apenas gerar a cadeia de “teoremas” logicamente sustentável implícita no modelo, mas também posicionar claramente as crenças básicas e as definições assumidas, de sorte a deixar, dentro do possível, tudo formalmente explicitado.

Ao leitor rigoroso, de formação científica, cumpre observar que a tese do logos normativo se inscreve tanto como paradigma civilizatório alternativo quanto como proposta de um novo paradigma científico, de maneira que se afigura supérfluo rebater o modelo com base em pressupostos da ciência atualmente vigente. Em particular, para ter acesso aos significados da tese, será necessário colocar de lado não a perspectiva de viés ontológico ou essencialista das ciências da natureza ou suas pretensões de rigor lógico e de objetividade, mas a crença no princípio da imanência, dado que esse princípio está baseado em concepção de mundo que limita o universo ao contido no espaço e, portanto, a uma instância existencial de amplitude tridimensional. Sendo essa limitação ao contido no espaço cartesiano ou ao contido no espaço-tempo da relatividade justamente o que o novo paradigma recusa e quer superar, não cabe, aqui, invocar uma suposta imanência ao mundo material.

Ao contrário, será necessário admitir um princípio formal e lógico de transcendência, que será formalmente especificado, em procedimento que esperamos realizar com sucesso no curso da axiomatização. A experiência nos mostra que são grandes as dificuldades envolvidas no reposicionamento mental que permite admitir o princípio de transcendência, particularmente para quem sempre tenha operado um princípio de imanência. Fosse fácil, os físicos já teriam encontrado a solução que propomos há muito tempo atrás. Para ajudar, acenamos com a possibilidade de superação dos paradoxos identificados pelos estudos quânticos do século XX. O modelo do logos que propomos deve solucionar tais paradoxos, preservando a mecânica quântica e a relatividade especial, sem abrir mão da objetividade tão cara à Física.

Esperamos, ainda, que ele encaminhe solução para a teoria geral do campo unificado, tão sonhada por Einstein.

Apesar do atrativo dessas promessas, reconhecemos que esse reposicionamento mental não constitui uma operação trivial. Kuhn já alertou, em 1962, sobre as dificuldades de encontrar um cientista convertido a um novo paradigma, mas hoje, de modo diferente, contamos com a explicitação precisa do desafio envolvido. Estamos habituados a uma ciência que apenas pergunta pela composição e pelo funcionamento da matéria, e o logos agora nos convida a dar um passo atrás, descer um nível no sentido da precedência do mundo e das coisas e perguntar sobre as condições existenciais dos fenômenos. Perguntar sobre o que pode ser entendido logicamente por existir neste universo bem como perguntar sobre virtuais modos de manifestação existencial admitidos neste universo e, eventualmente, sobre razões, limites, sentidos e negação do ato ou do fato de existir. Somente depois de esclarecer a condição existencial dos fenômenos, poderemos, eventualmente, abordar a questão da materialidade deles, esperando que, então, possamos fazê-lo com mais acuidade.

Compreendemos o logos normativo como sendo o conjunto das leis universais que regulam a existência neste universo – um universo relativo dentro do qual se constata a presença da espécie humana como fenômeno objetivo. Nessa concepção, o logos normativo, como esquema mental, representa a estrutura ontológica de toda a existência dotada de compleição relativa e, como objetividade extraconsciência, determina as condições segundo as quais a existência pode ocorrer neste universo.

Em razão desse papel normativo entendemos que o estudo do logos normativo constitui o objeto próprio e pertinente da Ontologia, bem de acordo com a percepção de René Guénon. Na verdade, o logos, como estrutura básica do existente, permite-nos também organizar os saberes que, historicamente, inauguram a árvore do conhecimento e que compreendem, normalmente, a Metafísica, a Ontologia e a Teologia. Dado que vamos tratar do logos neste capítulo, começamos organizando esse âmbito do saber.

O modelo do logos, ao preservar diferenças entre o objetivo e o subjetivo, adota dois sentidos de redução em busca das essencialidades primeiras. De um lado, trata-se de mergulho ontológico à procura do alicerce transcendental do ser, o que nos leva a distinguir e a conjugar, harmonicamente, o ser relativo com o “ser absoluto”. De outro lado, trata-se de distinguir entre aquilo que é pura possibilidade, por ser lógica e ontologicamente coerente, e aquilo que é efetiva realidade, por integrar as estruturas objetivas do existente. A Filosofia criou dois termos técnicos para indicar essa diferença: noético e eidético. Noético indica o que pertence ao plano da racionalidade humana e aos seus esquemas interpretativos e que, como tal, basta que seja meramente possível. Eidético, por sua vez, indica essencialidades pertencentes à estrutura objetiva do existente que, como tal, ultrapassam a mera possibilidade para integrar o efetivamente realizado no âmbito da existência. Por essa razão, a figura da árvore do conhecimento, incluída na p. 39 da obra *Filosofia: a arte de pensar* (RODRIGUES, 2011), aponta que a Metafísica comporta, como ramos derivados, a Ontologia e a Teologia, conforme já defendido por Heidegger. Mas isso apenas organiza o sentido ontológico, separando o que objetiva o ser relativo do que objetiva o ser absoluto. No outro sentido indicado, é preciso concordar com René Guénon, que, além de entender que a palavra metafísica serve apenas precariamente para designar esse âmbito do conhecimento, entende também que lhe basta o caráter de pura possibilidade para discorrer sobre seus objetos.

Assim, a organização conferida pelo logos à Filosofia sugere que a Ontologia deve tratar, precípuo e eideticamente, das leis que regem a existência do ser relativo, e a Teologia deve tratar, também eideticamente, das condições existenciais do ser absoluto. Como resultado, a Metafísica propriamente dita pode constituir-se em

conhecimento meramente noético, e o conjunto todo ficar organizado com critérios claros.

O ganho imediato dessa organização criteriosa consiste em permitir localizar precisamente referências históricas a esse âmbito, tais como os *arithmoi arkhai* de Pitágoras, as formas puras de Platão, as ideias exemplares de Santo Agostinho, os *paradeigmata* do neoplatonismo, as ideias universais de Husserl ou o contexto de *mathésis magiste* de Mario Ferreira dos Santos.

Com isso, também a Ontologia fica bem definida tendo o logos normativo como objeto e fica também claramente localizada na fronteira entre a Metafísica e a Cosmologia, entendendo-se que esta última abarca todos os saberes inerentes aos fenômenos reais integrantes do mundo relativo e que, hoje, indicamos genericamente como ciências especializadas, da natureza, sociais e do homem. É, portanto, da Ontologia que vamos tratar, ao tentar formalizar axiomas da existência.

Como última nota sobre essa organização conquistada, cumpre observar que a posição conferida à Ontologia, por si só, justifica o papel paradigmático que conferimos ao logos normativo, na contemplação do mundo realizado e de tudo que existe nesse mundo.

### **Axiomas da existência(\*)**

1. Esta axiomatização é prova de que, neste universo, a inexistência absoluta é uma impossibilidade, logo, neste universo, a existência é, necessariamente, um fato.
2. A existência pode ser real ou potencial e permanente ou temporária. A existência real é, necessariamente, temporária; a existência permanente é, necessariamente, potencial. O potencial pode ser permanente ou temporário.
  - 2.1 O permanente é absoluto, e o temporário é relativo; o potencial pode ser absoluto ou relativo; o absoluto é, necessariamente, adimensional; o relativo possui, no mínimo, uma dimensão; logo, a existência pode ser tanto adimensional quanto dimensional.
  - 2.2 Tendo a existência instância relativa e instância absoluta e tendo em vista que contemplar simultaneamente tais instâncias, separando e distinguindo uma da outra, constitui propriedade métrica da geometria dimensional, configura-se justificado utilizar a geometria dimensional como referência para organizar e descrever o âmbito da existência.
3. A natureza do potencial é tornar-se real. A natureza do potencial absoluto é, necessariamente, tornar-se real. A passagem do potencial para o real implica limitação, portanto, em última instância, a existência real temporária deriva da existência potencial absoluta.
4. Epistemologicamente, a realidade pode ser objetiva ou subjetiva. A realidade objetiva compreende tudo o que tem existência real. A realidade subjetiva é interpretação humana da existência, que também tem existência, porém de caráter virtual. Portanto, a palavra mundo é epistemológica e designa toda a realidade, isto é, contempla tanto a realidade objetiva quanto a realidade subjetiva.
5. A palavra universo designa o conjunto dotado de existência real. O universo manifesta unidade, diversidade e organização. O universo é uma totalidade

manifesta em diversidade fenomênica, e cada fenômeno compreende solução organizativa própria e demanda um campo existencial privativo.

5.1 Complexidade significa organização crescentemente complexa. Tendo origem no adimensional, a existência real se estrutura do simples para o complexo, a partir de uma instância unidimensional. Complexidade crescente demanda amplitude existencial crescente como suporte, portanto, é indispensável o desdobramento reiterado de dimensões, para disponibilizar, no plano da existência real, a amplitude existencial exigida pela complexidade universal manifesta. A existência real não cabe em universo de menos dimensões.

6. A passagem do absoluto para o relativo ou a passagem do adimensional para o dimensional implica transcendência e limitação. Ao tornar-se existência real, o fenômeno desdobra e ocupa seu campo existencial, o qual se estende dimensionalmente até disponibilizar amplitude que comporte a complexidade factual do fenômeno. Sendo esse campo existencial dimensionalmente organizado, comporta cinco instâncias dimensionais complementares e irreduzíveis, que, em conjunto, definem o âmbito existencial do fenômeno e se revelam suficientes para viabilizar a complexidade e a diversidade manifestas.

6.1 Designa-se transcendência a um movimento no âmbito existencial, no qual estão presentes três efeitos: ocorre uma mudança de natureza, a transcendência faz surgir o que, até então, não existia em dado plano de existência, e o movimento institui sempre uma unidade.

6.2 Na transcendência do adimensional para o unidimensional, a natureza passa de potencial para real, surge uma presença ontológica real que não existia, e essa mesma presença denuncia um ser, necessariamente unitário.

6.3 O desdobramento de cada uma das cinco instâncias dimensionais do campo existencial amplia possibilidades de complexificação do real. Em contrapartida e em consequência, cada instância implica e impõe limitação à livre manifestação do ser existente: na primeira dimensão, o absolutamente indiviso perde essa condição para dar lugar à individualidade do ser, que, assim, pode tornar-se real e manifesto. Na segunda dimensão, as infinitas alternativas potenciais de organização e de complexificação cedem lugar para uma estrutura específica, determinante e delimitante de espaços próprios de complexificação organizativa do fenômeno emergente. Na terceira dimensão, o existente adquire massa e sofre delimitação espacial. Na quarta dimensão, o existente sofre limitação temporal. Na instância de totalidade, o ser real sofre limitação existencial, de sorte a viabilizar a diversidade fenomênica universal.

6.4 Cada uma das instâncias do campo existencial faculta ao existente certos conteúdos existenciais específicos e privativos, de maneira que a definição do campo existencial também pode ser feita pela análise das amplitudes dimensionais dos conteúdos que integram um fenômeno real qualquer. Essa análise exige que o campo existencial dimensionalmente concebido contemple uma instância relativa à totalidade fenomênica e acuse conteúdos específicos apenas nas quatro primeiras instâncias dimensionais. Com isso, o modelo descritivo do campo existencial contempla as quatro primeiras instâncias, obtidas por reiterado



desdobramento dimensional, mas, em lugar de desdobrar o que seria uma quinta dimensão, sofre descontinuidade e manifesta-se apenas como instância de totalidade fenomênica. Isso porque não se detectou conteúdo existencial algum dotado de amplitude pentadimensional, embora tenham sido detectados conteúdos próprios da totalidade.

6.4.1 A descontinuidade entre a quarta dimensão e a totalidade do fenômeno contempla também um salto transcendental, porque atende a todas as condições exigidas de um movimento transcendental. Dado que essa segunda transcendência presente no modelo configura uma transcendência entre as partes constitutivas e a totalidade do fenômeno, dado que a totalidade representa horizonte de evolução da parte e dado que a totalidade configura-se maior do que a soma das partes<sup>(1)</sup>, torna-se evidente a presença de um impulso para a complexidade, permeando toda a estrutura como forma de justificar esse salto transcendental.

6.4.1.1 O reiterado desdobramento de dimensões para viabilizar amplitudes existenciais crescentes bem como a transcendência do adimensional para o unidimensional também denunciam a presença de um impulso para a complexidade, estruturalmente embutido na configuração do campo existencial dimensionalmente concebido.

6.4.2 O impulso para a complexidade, ao fazer parte da estrutura constitutiva da existência real, estará também presente em todos os fenômenos reais, quaisquer que sejam seus estágios de complexificação, tencionando sempre o fenômeno a transcender o seu estado atual e buscar uma complexidade superior<sup>(2)</sup>.

6.5 O campo existencial assim especificado constitui modelo geométrico-dimensional aplicável a tudo que tem existência real. Nesse sentido, representa o único modo de manifestação existencial admitido no universo. Por isso, o modelo do campo existencial dimensionalmente organizado ganha foros de modelo e de linguagem inescapáveis.

7. O modelo do campo existencial, ao ser dimensionalmente organizado, capitaliza o aspecto formal e estático da Geometria e define o âmbito que o fenômeno ocupa no plano da existência real. Faz isso distinguindo cinco instâncias existenciais, cada uma delas dotada de amplitude privativa. Dado que o modelo é perpassado por um impulso para a complexidade, que “inunda” cada instância com um padrão de movimento típico decorrente e determinado pela amplitude ali vigente, em consonância com o fato de não se constatar no universo condição estática, cumpre definir a existência relativa como manifestação e, portanto, como movimento, e, assim, podemos conceituar existência real como manifestação/movimento presente no âmbito do universo.

7.1 Sendo o campo existencial constituído de cinco instâncias distintas e complementares, cada uma delas dotada de amplitude privativa, sendo a existência manifestação, isto é, movimento, e tendo ainda em conta que cada instância dimensional, em razão da amplitude ali vigente, comporta um padrão específico e inconfundível de movimento, resulta que todo fenômeno presente no universo existe segundo cinco padrões ou modos existenciais distintos e complementares.

7.2 Sendo os padrões de movimento, em cada instância, determinados pela amplitude ali disponível e dado que a Geometria disponibiliza entes geométricos correspondentes e representativos das cinco amplitudes presentes no modelo, podemos compreender o padrão de movimento de cada instância, examinando as figuras geométricas correspondentes.

7.2.1 A reta ideal apresenta amplitude unidimensional. A reta resulta do deslocamento de um ponto em um mesmo sentido. Dado que o ponto é definido como um lugar no espaço desprovido de dimensão, fica clara a amplitude criada com esse deslocamento. Nessa amplitude, somente é possível um padrão de movimento, que comporta três momentos: no primeiro, o movimento surge; no segundo, o movimento se estende e persiste por algum tempo; e, no terceiro, o movimento cessa. Na amplitude unidimensional, nada mais é possível, além desse movimento de surgir/persistir/cessar.

7.2.1.1 O que no universo se comporta segundo o padrão de movimento de surgir de repente na existência, manifestar-se presente durante algum tempo e, depois, deixar de estar presente? O que se comporta assim é o ser dos fenômenos, um ser que, no caso do fenômeno humano, percebemos não estar mais presente quando velamos o corpo de um amigo, mas que pode ser estendido para o ser de qualquer coisa que seja relativa. Somente um absoluto está livre de comportar-se assim.

7.2.1.2 Dada a amplitude da instância unidimensional evidenciada pelo ponto, resulta necessário que, sendo estático ou potencial, o ser tem apenas amplitude adimensional, sendo unidimensional somente quando manifestação existencial real.

7.2.2 O plano ideal tem amplitude bidimensional. Podemos vislumbrar a amplitude presente no plano, imaginando uma reta ideal vertical à nossa frente, desdobrando-se para os dois lados, como um leque se abrindo. O próprio movimento de um leque se abrindo evidencia o padrão de movimento diversificador viabilizado e evidencia também a presença da simetria com um componente estrutural do plano, já que o que se oferece à direita admite também um correspondente à esquerda. Com isso, surge a diferença, e a amplitude disponível viabiliza o advento de estrutura determinante. O código genético e o modelo dimensional do campo existencial são exemplos de estruturas determinantes justamente recepcionadas em amplitude de duas dimensões.

7.2.3 O cubo se presta bem para indicar a tridimensionalidade, a qual envolve largura, altura e profundidade, como bem nos ensinou Platão antes e, depois, Descartes. A instância de três dimensões viabiliza, como movimento próprio, um movimento circular esférico de desempenho tipicamente sistêmico, tal como aqueles encontrados nos organismos vivos e nas máquinas. A tridimensionalidade viabiliza o espaço e a matéria, e o movimento típico da instância se presta bem para indicar as interações de matéria com matéria, sob a lógica aristotélica do terceiro excluído.

- 7.2.4 A instância de quatro dimensões encontra sua melhor representação no cone espiralado. A quarta dimensão viabiliza o advento do tempo que, agindo sobre o movimento sistêmico da tridimensionalidade, não permite que o ciclo do sistema retorne ao ponto de partida, mas o recoloca em um ponto correspondente situado no futuro; daí a escolha do cone espiralado para representar o movimento típico da quarta dimensão. Esse padrão de movimento é tipicamente dialético, tendo em vista que relaciona tese e antítese na construção de uma síntese, a qual sempre se revela no tempo, permitindo assim a construção de uma história.
- 7.2.5 Escolhemos a figura geométrica da superfície da esfera para indicar a instância de totalidade, levando-se em conta que essa forma indica não apenas que o fenômeno atingiu completude, mas também que foi reestabelecida a unidade perdida no curso da busca por complexidade, com o movimento dispersivo da segunda dimensão. O padrão de movimento presente na superfície da esfera é de padrão integrador, unificador e complementar, ao contrário dos demais movimentos que são todos de padrão dicotômico. Na instância unitária da totalidade, não existe dicotomia, e o movimento que predomina é de padrão complementar.
- 7.2.5.1 A totalidade é sempre maior do que a soma das partes. Toda totalidade apresenta propriedades que não estão presentes nas partes, como, por exemplo, o avião voar e o automóvel transportar pessoas. Por isso, no caminho da complexidade, a passagem da quarta dimensão para a totalidade somente pode ser explicada pela presença de um salto transcendental. A instância de totalidade confere completude ao ser, por isso, na espécie humana, a totalidade responde pelo advento da consciência e justifica por que as suas propriedades não estão presentes nas partes constituintes, isto é, nas quatro dimensões de base do humano.
- 7.2.5.2 Surgindo a consciência como produto de um ato transcendental, fica esclarecido por que ela tem natureza distinta do organismo biológico que também faz parte do fenômeno humano, fica esclarecido que a consciência transcende o organismo biológico e se situa para além dele no caminho da complexidade e fica esclarecido, também, que é na relação transcendental entre cérebro e consciência que se situa o único ponto de contato entre o mundo objetivo e o mundo subjetivo.
- 7.3 Em resumo, o modelo dimensional do campo existencial apresenta as seguintes características estruturais: compreende cinco instâncias diferenciadas em amplitude e em movimento existencial, ordenadas no sentido de complexidade crescente, a saber – uma instância de uma dimensão, uma instância de duas dimensões, uma instância de três dimensões, uma instância de quatro dimensões e uma instância de totalidade; toda a estrutura se alicerça em uma instância adimensional – embora a estrutura seja fechada, como sugere a figura da superfície da

esfera usada para indicar a instância de totalidade, o modelo comporta três aberturas ou três pontos de relacionamento com o que lhe é exterior: a primeira dimensão admite uma relação transcendental com a instância adimensional que a precede no caminho da complexidade fenomênica, a quarta dimensão admite relações dialéticas de um fenômeno com seus pares (com quem compartilha o mesmo plano de existência) e, no topo da estrutura, a totalidade institui, por transcendência, uma existência de complexidade superior ao contido até a quarta dimensão.

- 7.4 Tendo em vista que os padrões de movimento vigentes em cada instância determinam manifestações existenciais próprias e diferenciadas, configura-se lícito concluir que o modelo de campo existencial descrito não apenas descreve, mas também normatiza a manifestação existencial no universo.
8. Na condição de modelo normativo universal, esse modelo precisa explicar tanto a organização do mundo objetivo quanto a organização do mundo subjetivo.
  - 8.1 No plano subjetivo, o modelo dimensional do campo existencial vai manifestar-se como logos normativo da racionalidade humana e definir os padrões de pensamento facultados à espécie<sup>(3)</sup>.
  - 8.2 No plano objetivo, o modelo dimensional do campo existencial vai superar o substrato de espaço-tempo proposto pela relatividade e disponibilizar um modelo metafísico de universo, composto de cinco instâncias dimensionais ordenadas no sentido de crescente amplitude.
    - 8.2.1 Ao definir como se dá a existência real neste universo, o modelo dimensional precisa explicar como se constrói a complexidade universal objetiva já detectada. Para tanto, a mesma estrutura precisa combinar-se consigo mesmo, para gerar potencialidades e ensejar o surgimento de complexidade organizativa superior, no mesmo formato da estrutura original<sup>(4)</sup>.

Consideremos o plano subatômico:

- 8.2.2 No modelo metafísico de universo, a existência real brota a partir de instância adimensional de potencialidade absoluta, mediante movimento de padrão transcendental patrocinado por necessidade estrutural de ser, manifesta como impulso para a complexidade. O que emerge tem, inicialmente, apenas uma dimensão; ao desdobrar a segunda, adquire certa estrutura; na terceira, adquire a compleição de partícula, virtualmente na forma de energia; e, apenas na quarta dimensão, conquista tempo, isto é, estabilidade organizativa. Segundo sugere o modelo, na fase inicial, predomina a instabilidade, posto que a condição de existencial estável somente será alcançada com a segunda transcendência e o atingimento da totalidade.
  - 8.2.2.1 Deixando de lado os quantas, com sua instabilidade, e também o vácuo do espaço, com sua virtual carga infinita de energia (KAFATOS; KAFATOU, 1994), tomemos os *quarks* e os léptons como entidades elementares do universo e vejamos como o modelo dimensional do campo as recebe ou se ajusta a elas.

- 8.2.3 Segundo o modelo, *quarks* e léptons, em razão de serem partículas estáveis, teriam sido criados a partir de elementos mais simples, talvez quantas, mediante atos transcendentais de segunda ordem. Uma vez estabilizadas na existência, por força do impulso para a complexidade, tais partículas interagiriam dialeticamente entre si, segundo as propriedades disponibilizadas em sua quarta dimensão, virtualmente experimentando arranjos organizacionais tentativos, distintos, até viabilizarem, por transcendência, as complexidades superiores conhecidas por prótons e nêutrons. Com isso, fica criado um novo patamar de complexidade no plano da existência real.
- 8.2.3.1 Dado que prótons e nêutrons foram gerados por transcendência, fica explicado por que possuem propriedades que não estão presentes nos *quarks* e nos léptons.
- 8.2.4 Prótons e nêutrons, por sua vez, tendo a mesma configuração existencial dos seus antecessores na escala de complexidade, interagirão também com os seus pares de mesmo nível, entre os quais destacam-se os elétrons, e, sob influência do mesmo impulso para a complexidade, experimentarão arranjos organizacionais distintos até viabilizar os átomos e instituir um novo patamar de complexidade.
- 8.2.4.1 Dados que os átomos também foram criados por transcendência das partes para o todo, fica igualmente justificado por que têm propriedades que não estão presentes nas suas partes ou partículas constitutivas.
- 8.2.5 Com os exemplos precedentes, fica claro que a estrutura dá conta de explicar os níveis superiores de complexidade conhecidos, passando pela molécula e pelas ocorrências próprias dos reinos mineral, vegetal e animal, até chegar ao homem, e o despertar da consciência que potencializa o mundo subjetivo.
- 8.3 Convém observar, entretanto, que o percurso de crescente complexidade acima indicado pressupõe que a complexidade da instância material dos fenômenos e, em particular, os organismos dos seres vivos testemunhem ou espelhem a complexidade dos seres que se valem desses organismos, para lograr permanecer no âmbito da existência real. Essa valorização dos conteúdos próprios da terceira dimensão é própria da concepção cartesiana ou espaço-temporal de universo. Com o modelo dimensional do campo existencial, o fenômeno que participa da existência real dotado de vida é, sobretudo, um ser, cuja existência se estende por cinco irreduzíveis instâncias dimensionais, das quais apenas uma possui amplitude tridimensional e comporta certa materialidade. Nesse universo, o verdadeiramente importante é o ser, a consciência e o mundo subjetivo que se oferece como horizonte de complexificação do ser, sendo as ocorrências da instância material apenas meios de sustentação e de suprimento de percepções para as operações da consciência.
- 8.3.1 Nessas condições, a solução orgânica viabilizada configura-se meramente circunstancial, decorrente das particulares condições ambientais nas quais a vida gesta e se manifesta.

### 8.3.1.1 Neste planeta, com a feição orgânica conhecida, em razão de uma química do carbono, mas alhures de compleição imponderável.

- \* Em termos gerais, cumpre registrar que nos demos conta de que esse esforço de axiomatização, por vezes, abandonou o curso que tecnicamente lhe seria recomendado e enveredou por detalhes e esclarecimentos complementares e, até mesmo, por simples exemplos. Embora isso não tenha ferido a lógica de sustentação do modelo, naturalmente, comprometeu o rigor metodológico do processo. Quando, porém, propusemo-nos eliminar esses desvios, percebemos que as dificuldades de entendimento cresciam na mesma medida em que esses complementos eram excluídos. No final, resolvemos deixar assim mesmo em nome da comunicação e inscrever desafio para que um matemático metafísico futuro proceda a limpeza e resgate o rigor que a Matemática preconiza.

#### **Notas sobre a axiomatização**

- 1 A expressão “maior do que a soma das partes” procura capitalizar uma expressão amplamente disseminada do senso comum. Invocamos com ela um sentido não meramente quantitativo, para expressar o surgimento de um qualitativo que, apesar disso, não deixa de ampliar o existente.
- 2 No plano de complexidade no qual se inscreve o humano, esse impulso para a complexidade vai manifestar-se como intencionalidade da consciência, como desejo de saber mais, como impulso civilizatório, como desejo de progresso etc.
- 3 Dado que a publicação de 2011 focaliza o plano subjetivo, deixamos de desdobrar, aqui, os padrões de pensamento potencializados pelas cinco amplitudes presentes no modelo.
- 4 Essa característica de a mesma estrutura ser capaz de combinar-se consigo mesma e gerar um resultado de mesmo formato, conforme exigido para explicar a escala de crescente complexidade conhecida – partículas do mundo quântico – átomos – moléculas – matérias – organismos – consciência – tribo – nação – humanidade etc. –, por si só, impõe a qualquer modelo que pretenda explicar a existência ser dotado de capacidade de transcender, para assim ser capaz de conectar os sucessivos estágios de complexidade.

#### **Síntese – Modelo resultante da axiomatização**

Como vimos, uma concepção de universo embasada em um modelo formal de caráter geométrico apresenta, necessariamente, compleição dimensional, dado que apenas a geometria dimensional disponibiliza instâncias capazes de recepcionar e de distinguir, adequadamente, atributos absolutos e relativos, em uma mesma estrutura lógica. Nessa estrutura, os atributos absolutos têm caráter potencial e são recepcionados em uma instância desprovida de dimensão: em uma instância adimensional. Nesse modelo, a existência real ocupa instâncias providas de dimensão que são em número de cinco e se estendem da primeira dimensão à totalidade fenomênica. Em consequência, esse modelo revela um mundo que tem origem em uma instância adimensional de potencialidades absolutas e se desdobra em instâncias dimensionais de amplitudes crescentes, possibilitando que a existência real tanto se estruture em instâncias de complexidade crescente quanto imprima a todo existente um impulso estrutural que o impele, necessariamente, à conquista de uma complexidade sempre maior.

Esse modelo formal estabelece o lócus da existência, na medida em que define, ordenadamente, o âmbito no qual a existência se dá e, tratando-se de uma estrutura, pode ser representado adequadamente em diagrama, no plano como exposto na figura a seguir.

ESTRUTURA DO CAMPO		COMPLETUDE DO CAMPO
N	Dimensões desconhecidas	
4	Quarta dimensão	
3	Terceira dimensão	
2	Segunda dimensão	
1	Primeira dimensão	

Figura 1: Modelo dimensional do campo existencial.

A Figura 1 é a expressão mais sintética que conseguimos do modelo de campo existencial preconizado na tese do logos normativo e indica o lugar geométrico de ocorrência dos fenômenos no plano da existência relativa. Em cada instância dimensional destacada, em razão de amplitude privativa e, também, em razão da presença geral, na estrutura, de um impulso para a complexidade, fica determinado padrão próprio e exclusivo de movimento. Em consequência, as cinco instâncias diferenciadas do campo determinam os modos de manifestação existencial admitidos pelo modelo, e fica mapeada a composição ontológica comum de todos os fenômenos que se manifestam na existência relativa.

Dado, por outro lado, que nos referimos ao mundo usando os produtos da nossa ação subjetiva e dado que os padrões de movimento identificados no campo determinam também os padrões de inferência facultados aos homens, identificamos esses padrões de movimento no plano subjetivo como padrões lógicos e, assim, definimos o logos segundo o qual o pensamento e o entendimento humano podem ocorrer. O resultado é uma estrutura de pura lógica simétrica à estrutura geométrica do campo que admite também ser expressa em uma figura no plano como indicado a seguir.

ESTRUTURA DO LOGOS		COMPLETUDE DO LOGOS
N	Lógicas desconhecidas	
4	Lógica da temporalidade	
3	Lógica da funcionalidade	
2	Lógica da diferença	
1	Lógica transcendental	

10 Lógica da totalidade

Figura 2: Modelo representativo do logos normativo da racionalidade humana.

A Figura 2 sintetiza o logos normativo da racionalidade humana e configura o paradigma civilizatório que preconizamos capaz de nos munir com uma visão mais fiel da natureza e do mundo, ampliando nossa capacidade e nossa acuidade interpretativa.

Com essa especificação gráfica do campo existencial e do logos normativo, esperamos ter concluído a apresentação do paradigma e superado eventuais deficiências do nosso esforço de axiomatização do modelo.

## **A questão da existência de um ser absoluto**

A axiomatização desenvolvida parte da constatação de a condição ontológica designada por nada absoluto ser impossível neste universo – uma vez que nós mesmos existimos – e, sem quaisquer delongas, estende-se na configuração ontológica do existente dotado de compleição relativa. Procede, assim, porque o modelo pretendido objetiva justamente especificar a constituição ontológica de tais fenômenos e porque o caráter geométrico-dimensional lhe impõe, estruturalmente, uma instância adimensional como alicerce transcendental necessário. Dado que essa instância adimensional é a única instância geométrica capaz de receber atributos absolutos, entendeu-se justificado considerá-la fonte transcendental de todos os fenômenos reais, posto que não se pode colocar objeções lógicas à possibilidade de o absoluto gerar o relativo. Com esse alicerce, o modelo pode ser desdobrado até atingir completude formal e evidenciar o seu potencial paradigmático.

Apesar da opção objetiva, visando à construção do modelo, não desconhecemos que a Metafísica, tradicionalmente, já contempla a presença de um ser absoluto como sendo a origem necessária do mundo relativo e do ser contingente, exatamente do mesmo modo que o modelo o faz com o designado por instância adimensional. O modelo do logos, na verdade, geometriza a perspectiva ontológica adotada pela Metafísica, de sorte que adimensional e ser absoluto são apenas diferentes designações referentes ao fenômeno que as religiões, colorindo cada uma à sua maneira, designam por Deus, mas que, em Metafísica, tem o sentido de princípio primeiro.

Inicialmente, pensamos que o plano da obra nos dispensaria de contemplar a questão da existência do ser absoluto, tendo principalmente em conta que o paradigma perseguido constitui um esquema mental e que a história da polêmica sobre a existência ou não desse ser não registra qualquer dúvida sobre a sua existência na mente humana, mas apenas contestações à sua existência extraconsciência. Olhando, porém, a questão mais detidamente, verificou-se, de um lado, que, embora o modelo seja interpretativo, apresenta forte pretensão de objetividade e, portanto, sentido eidético e, de outro, que as resistências ao modelo, em face da sua consistente simetria estrutural, tenderão a fixar-se nos seus fundamentos – o primeiro deles a ser virtualmente atacado há de ser a existência real de um adimensional capaz de originar a realidade contingente, nos mesmos termos em que se contesta à Metafísica, ainda que, indevidamente, segundo entendemos, a existência real de um ser absoluto extramente.

Em razão dessas considerações, resolvemos fazer um parêntesis, abandonar o plano de cruzeiro da obra e dar um mergulho nessa questão, na expectativa de evitar desnecessários mal-entendidos e, quem sabe, ampliar o alicerce de sustentação da tese.

Não vamos repetir, aqui, a análise detida da questão que Mário Ferreira dos Santos realiza com competência, em sua obra *Filosofia concreta* (SANTOS, 2009), que pode ser consultada por aqueles que desejarem uma visão geral dos principais questionamentos levantados desde a antiguidade. Vamos nos ater e partir já das considerações que levaram Santos a entender como suficiente e absolutamente rigorosa a prova ontológica oferecida por Santo Anselmo e que sanciona, de um modo geral, a tese clássica de um ser necessário, na linha do apregoado por Duns Scot, Tomás de Aquino e Descartes, embora seguindo vias demonstrativas próprias e oferecendo críticas às posições e às razões originalmente esgrimidas.

No nosso entender, a percepção essencial que permitiu a Santos esclarecer a questão foi constatar e demonstrar a diferença que existe entre o que é lógico e o que é ontológico. Com isso, logrou evidenciar e superar as confusões cometidas no uso do par



conceitual “possível” e “necessário” que, historicamente, tem sido usado na análise da questão.

Visando a facilitar a compreensão por parte dos não iniciados em Metafísica, vamos utilizar esquemas gráficos para evidenciar as diferenças que Santos identifica entre o que é lógico e o que é ontológico, usando, desde já, o que nos sugere o modelo geométrico do logos, o qual Santos não conhecia quando desenvolveu o seu arrazoado, mas que nos permite esclarecer de forma ainda mais clara a questão.

Quando Santos fala de lógica, está se referindo à lógica clássica aristotélica, presidida pelo princípio do terceiro excluído, que ele percebe ser insuficiente para explicar o mundo, tanto assim que contrapõe a dialética como sendo uma inferência complementar indispensável para que se possa explicar adequadamente o mundo real. Não encontramos, porém, em sua obra, indicação de que tenha percebido a pluralidade lógica que o logos preconiza, embora tenha percebido claramente que não é com a lógica clássica que se deve considerar a existência ou não do ser absoluto, fato que evidencia bem a sua agudeza perceptiva.

Uma das frases que utiliza para expressar essa compreensão é a seguinte: “O verdadeiro conceito ontológico de possível é o que pode ser, e não o que pode ser e pode não ser.” Dessa maneira, Santos procura destacar que, apenas em sentido lógico, o conceito de possível exige que se considere a impossibilidade como alternativa, fato que não se verifica quando o sentido é ontológico. Vejamos, esquematicamente, as duas situações.

#### 1. Em sentido lógico:

O SER RELATIVO	IMPOSSÍVEL	NÃO REALIZADO	
	POSSÍVEL	REALIZADO	POR ACIDENTE NECESSARIAMENTE

Observe-se que o ser relativo ou contingente contempla possíveis e impossíveis bem como realizados e não realizados/atualizados.

Fica igualmente claro que, nesse caso:

Nem todo possível é necessário,

Todo necessário é possível, e

O necessário se realiza, necessariamente.\*)

#### 2. Em sentido ontológico:

	IMPOSSÍVEL	O QUE CONTRARIA O SER: NÃO SER OU DEIXAR DE SER
O SER ABSOLUTO	TUDO É POSSÍVEL	É, E SENDO, EXISTE NECESSÁRIAMENTE

(\*) Necessário ou necessariamente é usado, aqui, em sentido lógico de um acontecer que não pode deixar de ocorrer (ação obrigatória) e em sentido ontológico de indicar o que não pode ser diferente (em ato).

Observe-se que o ser absoluto, no sentido ontológico, é ou existe, porque sua positividade se estabelece em virtude de o nada absoluto ser impossível, e, sendo, esse ser comporta atributos absolutos, pois o nada, como tal, não apresenta nem comporta qualquer atributo, muito menos propriedade capaz de estabelecer limites ao ser. Esse ser é absoluto porque se trata de uma positividade ôntica livre de qualquer limitação. Observe-se, também, que essa perspectiva é diferente da perspectiva lógica que exige sempre um fundo de referência para receber uma positividade. No caso ontológico, inaugural, o ser constitui a única presença, dado que o nada não comporta a propriedade de oferecer-lhe um contraponto de qualquer ordem. Ontologicamente, o ser absoluto é positividade que exclui o não ser ou o nada absoluto que o negaria. Nessas condições, a realidade do ser absoluto é ser, ou seja, ele se realiza sendo, isto é, existindo. Ontologicamente, quem não existe é o nada absoluto.

Não sofrendo limitações de qualquer espécie, o ser absoluto não comporta sequer impossibilidades, de sorte que apenas logicamente seria impossível ao ser absoluto não ser ou deixar de ser, razão pela qual incluímos, em linhas tracejadas, essa falsa possibilidade no esquema correspondente. Na verdade, essa impossibilidade não pertence ao ser, mas apenas aos nossos esquemas interpretativos baseados na lógica aristotélica. Nesse sentido, o modelo do logos que especifica a configuração ontológica do ser relativo evidencia, com clareza, que a existência dos entes, no mundo relativo, emerge nesse mundo mediante a transcendência do ser, a partir de instância adimensional de potencialidades absolutas, e ganha complexidade mediante o sucessivo desdobramento de dimensões, cada uma delas impondo uma nova limitação à livre manifestação existencial do ser. O modelo nos informa adicionalmente que, em cada instância dimensional desdobrada, vigora padrão de movimento que configura um padrão lógico específico. Apenas na terceira dimensão, viabiliza-se o padrão de movimento correspondente à lógica do terceiro excluído. Portanto, na medida em que lógica corresponde a movimento, e a própria existência real neste universo relativo é entendida como movimento existencial, não cabe absolutamente aplicar nem as leis dos movimentos nem a mesma conceituação de existência que, ali, vigoram, a um ser absoluto ou ao conteúdo presente em uma instância desprovida de dimensão, que transcende a esse mundo. Além do mais, sendo o mundo relativo palco do movimento, o adimensional insinua-se claramente como sendo estático.

Precisamos compreender que ser é um fato ôntico e não uma operação lógica e que o ser absoluto é segundo uma “natureza própria” que transcende a natureza dentro da qual existimos como seres relativos e pensamos segundo esquemas interpretativos compatíveis com essa natureza relativa. De sorte que, ao pretendermos analisar ou compreender um ser de compleição absoluta, que transcende o mundo relativo que nos fornece os dados de nossa inteligibilidade, precisamos ser cautelosos. É em face desse

entendimento que se pode compreender porque Santos conclui que a prova de Santo Anselmo é absolutamente rigorosa. Devemos a Santo Anselmo a percepção de que é possível ao ser absoluto tudo o que não contraria o ser. Embora Santo Anselmo adotasse perspectiva ontológica, essa sentença é lógica, razão pela qual utilizamos sua negação no segundo esquema, vinculada à questão lógica incabível no caso. Constituindo a existência do ser não uma operação lógica, mas um fato ôntico e tratando-se de um ser absoluto que não sofre limitação, precisamos concluir que tudo o que não contraria o ser não apenas é possível, mas também o é ou existe necessariamente, como fato ôntico. Assim, o ser absoluto existe na mente humana como operação lógica e também existe em instância que nos é transcendental, nos seus próprios termos, como fato ôntico, porque, nesse caso, ser exclui a não existência ou o nada absoluto.

Somente podemos compreender isso sendo capazes de realizar inferências lógicas e inferências ontológicas ou, mais precisamente, sendo capazes de operar mentalmente tanto a lógica clássica quanto a lógica transcendental. Esta última é responsável por viabilizar as inferências que nos permitem perceber a emersão e a saída dos seres do plano da existência relativa. Em complemento, para evitar as habituais confusões, precisamos estar munidos de esquemas interpretativos que contemplem tanto o âmbito dos seres relativos como o âmbito do ser absoluto, tal como o modelo do logos permite. Nesse sentido, quando nos referimos ao adimensional como ser de pura potência, não estamos negando que o ser absoluto seja também em ato segundo sua própria natureza transcendente, mas apenas privilegiando a perspectiva que nos é própria como seres contingentes, condição na qual demandamos, lógica e ontologicamente, uma causa primeira dotada de potencialidades absolutas.

Não se inscreve em nossos objetivos desenvolver uma Teologia a qual compete, no nosso entender, tratar em sentido eidético, das condições existenciais do ser absoluto. Apenas enfrentamos esse problema para não deixar um ponto importante da tese a descoberto. Pensamos, porém, que falar do que transcende ao mundo no qual estamos emersos afigura-se extremamente problemático e, além disso, virtualmente dispensável, mormente quando ainda sequer conhecemos completamente o ser que somos e as potencialidades que o projeto humano comporta. Nesse sentido, quando o modelo do logos caracteriza a instância absoluta como sendo adimensional, isso nos sugere logicamente uma posição estática, que se contrapõe, de modo coerente, à existência relativa caracterizada como movimento. Mas será que podemos consequentemente fazer essa inferência? Da mesma forma, a nossa condição contingente que demanda uma causa primeira originária, que o modelo situa em instância desprovida de dimensão, leva-nos a caracterizá-la como sendo de pura potência, embora, como vimos, não possamos, ontologicamente, negar que o ser absoluto o seja também em ato.

Todas essas percepções sobre o que transcende o nosso plano existencial precisam ser tomadas com muita cautela, em face dos limites perceptivos que a nossa condição existencial nos impõe, posto que sequer comporta recursos mentais capazes de predicá-lo.

Assim, também deveriam proceder os monológicos, que, sem distinguir o lógico do ontológico, exigem à Metafísica comprovação lógica da existência do ser absoluto, quando lhe cabe apenas demonstrar a sua possibilidade lógica. Sem entender que a questão da existência do ser absoluto compete à Teologia, não percebem as dificuldades que eles mesmos enfrentariam para provar que o ser contingente se basta a si mesmo para existir, visto que isso exige a comprovação de que o nada absoluto seja capaz de produzir algo. Quando a Metafísica retrocede para além do Big Ben e se posiciona antes do surgimento do primeiro *quantum* de energia no universo, perguntando se, então,

existe algo ou não existe nada, procura um ponto arquimédico, um fundamento seguro para embasar o edifício do conhecimento. Ali, antes da manifestação do primeiro elemento relativo, somente cabem duas alternativas: ou existe algo ou não existe nada. Dado que nós próprios existimos e dado que o nada absoluto, isto é, a completa ausência não pode gerar alguma coisa, pois se configura absurdo esperar que isso aconteça, conclui-se pela existência de algo que, nessas condições, afigura-se infinito e eterno: o ser absoluto.

A Metafísica adota a alternativa do ser absoluto, porque adotar a outra opção, a do nada absoluto, implicaria assentar o conhecimento sobre uma base absurda e também porque a opção do ser absoluto permite que se explique o desdobramento existencial do universo, de forma coerente, ainda que não tenhamos compreensão clara da natureza desse ser absoluto. No ponto de partida, o ser se revela absoluto porque o nada não pode oferecer-lhe um limite de qualquer ordem, portanto, é ilimitado e infinito e, conseqüentemente, absoluto, assim como o próprio nada nessa situação também precisa ser compreendido, mesmo em tese, como nada absoluto. Uma vez admitido o ser absoluto, o desdobramento do universo pode ser explicado pacífica e ordenadamente sem muitos problemas. Na perspectiva relativa, essa fonte original assume foros de ser necessário, e o edifício do conhecimento pode ser erguido sobre um alicerce consistente.

A alternativa representada pela perspectiva imanente que defende a tese de um universo material eterno em que a própria natureza já contempla as potencialidades que se atualizam não resiste a uma análise mais detida. A ideia de átomo como menor partícula da matéria já não pode mais ser invocada da mesma forma que a eternidade dos átomos não resistiu à fissão nuclear. Resta a figura difusa de natureza como algo que, em conjunto e na sua totalidade, seja eterna e capaz de ensejar as atualizações de toda ordem, que se verificam historicamente. Nesse caso, temos duas alternativas: ou essas atualizações decorrem de potencialidades que já fazem parte da natureza e, assim, essa natureza relativa configura-se com potencialidades absolutas e desaguamos no mesmo ser absoluto, ou essas atualizações constituem acréscimos que extrapolam a constituição da natureza relativa e, assim, surgem do nada, e caímos no absurdo já demonstrado.

Por último, cumpre lembrar, mais uma vez, que o logos representa uma proposta de paradigma, uma proposta de referencial subjetivo, que visa a organizar e a tornar metódico o ato de pensar e a função cognitiva em geral. Contempla visão de mundo, porque isso é indispensável para que se consiga realizar inferências coerentes e bem fundamentadas. Com o logos, espera-se que a competência interpretativa do homem se aperfeiçoe e, assim, virtualmente no futuro, ele consiga elaborar visões de mundo ainda melhores e mais aderentes. O que francamente não tem mais sentido é persistir na estreita visão cartesiana de um mundo contido no espaço.

### **Comentários**

Luiz Aires disse:

20/11/2011, às 13h30

Artigo muito bem elaborado. Meus parabéns.

Carlos Leão disse:

26/9/2012, às 00h26

Não tendo lido todos os livros, permita-me uma pergunta: “impulso para a complexidade” poderia ser igualado a “in-formação” explicitado por Ervin Laszlo, em “A Ciência e o Campo Akáshico” – Ed. Cultrix, 2008?

Rubi Rodrigues disse:

7/11/2012 às 14:02

Caro Carlos Leão,

Desculpe-me pela demora, o livreiro de SP demorou doze dias para entregar o livro.

Não conhecíamos a tese do Ervin Laszlo, e a primeira leitura já nos mostrou muita coisa interessante, a começar pelo fato de ele aprofundar um aspecto do logos normativo – os conteúdos da 2ª dimensão, que estavam nos encucando, justamente por indicarem uma virtual integração cósmica da informação e sugerirem algo do tipo “alma do mundo” de Platão. O campo Akáshico de Laszlo, com sua in-formação, corresponde exatamente ao conceito de “inteligência organizativa”, que define os conteúdos da 2ª dimensão do logos normativo. Ali, está, por exemplo, o código genético que determina a compleição dos organismos dos seres vivos. Quanto ao impulso para a complexidade contido na estrutura do logos, a menção mais próxima que Laszlo faz é quando ele trata do despertar de um novo universo, indicando que a calmira do campo A seria perturbada pelo advento de um raio de luz, gerando bolhas de energia que resultariam em átomos, estrelas e novas galáxias. Esse raio de luz, provocador do despertar de um novo universo, corresponde a um impulso para a complexidade, na medida em que provoca organizações energéticas crescentemente complexas. No logos, ele está presente em todo fenômeno, conferindo-lhe um ímpeto no sentido de crescente complexidade.

De toda forma, a sua questão nos ajudou muito, porque Laszlo justifica muito melhor do que nós a existência de muitas experiências de laboratório, mostrando ocorrências que exigem o conceito de “não local” como justificativa. O uso do conceito de não localidade é o ponto mais fraco da tese do campo A e, de um modo geral, de todos os esforços científicos contemporâneos em busca de um novo paradigma científico. Ele pressupõe a existência de um universo paralelo ou, ao menos, de um universo outro distinto deste que é tido como universo local. Isso se deve à crença de que o nosso universo se esgota no âmbito do espaço-tempo de Einstein. O logos normativo sugere que nosso universo é mais amplo e contempla cinco instâncias dimensionais distintas, cada uma delas viabilizando conteúdos existenciais próprios. Na terceira dimensão, o espaço e a matéria, e na quarta, o tempo. Nesse esquema, o campo A seria ocorrência da 2ª dimensão e pode perfeitamente compreender inteligência organizativa ou in-formação registrada de modo holográfico. Estando a 2ª dimensão em instância menos complexa e distinta da 3ª e da 4ª dimensões, onde se localizam espaço e tempo, fica justificado por que nela não vigoram as leis que são próprias do espaço e do tempo. Um trabalho mostrando a fragilidade do conceito de não localidade pode ser muito interessante. Obrigado, Carlos, seja bem-vindo ao grupo e continue contribuindo. Rubi Rodrigues.

Rubi Rodrigues disse:

27/2/2016, às 20h52

Paul Tillich, em sua obra História do pensamento cristão (Tradução Jaci Maraschin. 5. ed. São Paulo: Aste, 2015, p. 172), recusa parte do argumento ontológico de Anselmo, por considerar absolutamente válido argumento de Kant – na linha de Duns Escoto e Tomás de Aquino –, segundo o qual a existência não deriva do conceito. Para Tillich, o argumento ontológico de Anselmo é uma descrição fenomenológica da mente humana (p. 171) da qual não se pode concluir pela existência de um ser separado da consciência. Observe-se que, embora verdadeira, essa sentença não impediu a prevalência do penso logo existo de Descartes, que moldou a civilização ocidental durante toda a modernidade, até nossos dias, não obstante, curiosamente, nos mesmos círculos científicos, tenha sido suficiente para contestar a existência de Deus. Também aceitamos a sentença de Kant, porém entendemos que a proposta ontológica de Anselmo, como Santos percebeu, tem sentido ôntico dentro de uma perspectiva metafísica e não sentido gnosiológico tal como entendido por Kant. Na perspectiva do logos normativo, a existência de um princípio absoluto é indescartável para uma compreensão racional do universo, mas também não fornece amparo para uma predicação objetiva desse princípio, posto que ele se encontra em instância situada fora do alcance da racionalidade humana; daí nem mesmo considerá-lo um ser e apenas admitir a expressão ser absoluto como forma comunicativa de expressão.

## **CAPÍTULO 6 – O PODER HEURÍSTICO DO LOGOS**

Demonstração do poder heurístico do modelo do logos normativo da racionalidade. –  
Objetivo: dar credibilidade ao modelo.

O modelo dimensional do campo existencial desafia o paradigma científico vigente, tem implicações epistemológicas devastadoras – que não serão tratadas, aqui, porque já foram contempladas na publicação de 2011 – e, em sentido objetivo, pretende tanto resolver algumas perplexidades que emergiram dos estudos quânticos do século XX quanto preservar as principais conquistas da relatividade especial e da mecânica quântica, viabilizando solução alternativa àquelas descortinadas pelo teorema de Bell, segundo o qual seria inevitável o fracasso de, pelo menos, uma das seguintes teses fundamentais da Física: a mecânica quântica, a objetividade ou a localidade.

Embora nos sintamos desconfortáveis para tratar de uma ciência complexa como a Física, tão distante de nossa formação básica, julgamos que os físicos são, hoje, os detentores da credibilidade humana, de sorte a pensarmos que apenas eles têm prestígio para viabilizar uma evolução de paradigma. Por isso, apesar do desconforto, vamos registrar algumas percepções nessa ceara, esperando que seja levado em conta que nossa habilitação é relativa ao modelo interpretativo e não à Física Quântica.

Consideremos primeiro o efeito ERP – paradoxo de Einstein-Podolsky-Rosen – que enseja a conclusão de que o mundo quântico era não local.

Em um universo dotado de cinco instâncias dimensionais distintas, a presença da matéria, da energia corpuscular, da luz – como partícula – e do próprio espaço cósmico são ocorrências restritas à terceira dimensão. São manifestações do ser que apenas surgem na terceira dimensão, não estando presentes nem antes nem depois disso. Trata-se, portanto, não apenas, mas também, justamente, do modo tridimensional de manifestação do ser. Nessa instância, a relatividade especial informa vigorar a limitação da velocidade da luz e, quanto a isso, o modelo do logos nada tem a contestar.

Nesse modelo, a conformação da matéria, ou a organização da energia na densidade que denominamos de matéria, é determinada pela estrutura presente na segunda dimensão, e duas partículas que tenham sido reunidas fisicamente e tenham se ajustado como par devem ter se harmonizado em todas as instâncias, dado que existe sintonia de padrão de movimento, instância por instância, e que a instância mais complexa tem determinantes nas instâncias mais simples. No caso, na terceira dimensão, essa sintonia se expressa na complementaridade do *spin*, mas, como a situação na terceira dimensão decorre da estrutura determinante presente na segunda, parece justo entender que suas estruturas necessariamente também se ajustaram. Quando essas partículas são fisicamente afastadas, não parece existir razão para que suas estruturas se alterem e percam a sintonia estabelecida, de sorte que, independentemente da distância que separem suas instâncias materiais, a sintonia estrutural permanece ativa. Assim, quando a direção do *spin* de uma das partículas é forçada a mudar de sentido, isso apenas torna-se possível mudando de forma correspondente a estrutura da partícula. Com isso, fica compreensível que a outra partícula se ajuste instantaneamente sem qualquer comunicação no âmbito tridimensional.

Na medida em que matéria constitui ocorrência inerente à instância de três dimensões e a Física Quântica visa a um mundo anterior ao plano de complexidade organizativa correspondente aos átomos, segundo o modelo do logos normativo, os objetos da Física Quântica constituem ocorrências integrantes da terceira dimensão, quando eles se apresentam na forma de partículas, mas podem também ser elementos de duas dimensões, quando na forma de ondas. Segundo o modelo, o que antecede a partícula é a onda.

O modelo indica que a segunda dimensão é reduto da simetria e que nela ainda não existem espaço nem tempo, que são ocorrências que apenas vão surgir,

respectivamente, na terceira e na quarta dimensões. Portanto, não se deve estranhar que, ali, não vigorem as leis que são regulares no espaço e no tempo. Tanto na primeira quanto na segunda dimensão, estão presentes certas amplitudes próprias de cada uma das instâncias, mas essas amplitudes também não podem ser confundidas com o espaço que somente está presente na terceira. Da mesma forma, a ideia de simetria pressupõe simultaneidade que remete à ideia de tempo, tanto quanto o ato transcendental que inaugura a primeira dimensão invoca psicologicamente um tempo que se inaugura e uma diferença do absoluto para o relativo. É evidente, porém, que nem diferença está presente na primeira dimensão, pois somente surge na segunda, e em nenhuma delas, nem mesmo na terceira, o tempo realmente se faz presente, uma vez que ele surge apenas na quarta dimensão. Esses fenômenos indicam que, de algum modo, tudo já está presente nas instâncias inferiores de um modo virtual, muito antes de se tornar efetivamente real, deixando evidente o que uma estrutura orientada para a complexidade supõe: que tudo o que vai se revelar nas instâncias mais complexas, de alguma forma potencial, precisa já estar presente no ser unidimensional que inaugura a existência.

Embora esse ambiente quântico nos seja desconhecido, o modelo sanciona a ideia de a Mecânica Quântica ser não local, ao menos quando ela extrapola a terceira dimensão e mergulha nas instâncias mais elementares da existência. Apesar disso, o modelo dimensional de realidade dispensa que se recorra à figura de universos paralelos para justificar essa não localidade. O universo dimensionalmente concebido admite tanto a objetividade quanto a localidade e recepção também, sem problemas, o efeito ERP. Já quanto a Física Quântica, sequer nos arriscamos a palpitar sobre o que acontecerá com a virtual inclusão do conceito de transcendência, conforme definido no capítulo anterior. O que nos parece claro é a elegância com que o conceito de transcendência explica a sucessão de estágios no caminho da complexidade e a emergência, em cada um deles, de propriedades privativas inusitadas. Não conseguimos imaginar como esse efeito poderia ser explicado sem o concurso de um salto transcendental da parte para o todo, o que nos leva a especular se essa questão não teria possivelmente passado despercebida até agora.

Quanto à localização das quatro interações elementares encontradas na natureza – interações forte e fraca, eletromagnética e gravitacional –, o modelo do logos indica não quatro, mas cinco instâncias diferenciadas em amplitude, que abrigam cinco padrões de movimento diferentes entre si, que desempenham papel normativo determinando padrões existenciais e, portanto, modos de interação. A pergunta imediata suscitada pelo modelo diz respeito à existência de alguma relação entre essas cinco instâncias e as quatro interações conhecidas e se existe alguma relação entre padrão de movimento e tipo de força.

Sabemos que as interações forte e fraca são interiores aos átomos e, em assim sendo, são pré-materiais no caminho da complexidade ou, ao menos, são situadas no limiar inferior onde a matéria surge. O modelo do logos preconiza duas instâncias pré-materiais: a primeira e a segunda dimensões, mas está além do nosso conhecimento indicar os efeitos e as consequências disso na Física e na Mecânica Quântica.

A interação eletromagnética parece operar no espaço e, conseqüentemente, deve pertencer à terceira dimensão, da mesma forma que a ação gravitacional parece operar de forma semelhante à relação dialética própria da quarta dimensão, como evidencia o movimento orbital dos planetas.

O modelo ainda preconiza uma quinta instância correspondente à totalidade fenomênica, na qual predomina um movimento de padrão complementar diferente dos outros quatro padrões que são dicotômicos. Também se encontra além das nossas possibilidades questionar uma eventual quinta interação, embora tenhamos notícias

sobre uma misteriosa energia escura envolvendo as galáxias e percebamos que a instância de totalidade estabiliza os fenômenos na existência, preservando a unidade do ente.

A esperança de que virtualmente o modelo do logos normativo pudesse nos aproximar da tão almejada teoria de campo unificado surgiu com a leitura da obra *Mundos paralelos*, de Michio Kaku, publicada, no Brasil, em 2007. Na ocasião, realizamos estudo criterioso desse trabalho, adotando a sistemática de que nos valem os estudos, a qual consiste em extrair um extrato das principais ideias e, depois, realizar uma apreciação crítica amparada pelo logos. Inicialmente, o autor nos pareceu ser um físico não ortodoxo, ativo na comunidade internacional, que encerrava o livro produzindo algo, a nosso ver, muito próximo de ficção científica. Traçava, porém, em linhas muito claras, o percurso evolutivo recente da ciência física e descrevia, com riqueza de detalhes, o estado da arte em 2005, indicando tanto as descobertas feitas e os conceitos predominantes quanto as ferramentas utilizadas e, ainda, o horizonte de pesquisa descortinado. Nesse contexto, destacava, como principal carência da Física, uma teoria unificadora capaz de harmonizar as exigências da relatividade geral com as exigências da Física Quântica. Chamava isso de “teoria de tudo”, razão pela qual fixamos, como nosso objetivo naquele estudo, compreender como a comunidade de físicos contextualizava essa carência e verificar em que medida o nosso modelo do logos poderia contribuir para esclarecer a questão.

No começo dos estudos, impressionou-nos o fato de o professor Kaku indicar que a comunidade científica internacional esperava que o paradigma capaz de acomodar harmoniosamente todas as forças fundamentais que movem o universo deveria constituir um modelo único, dotado de extrema simplicidade. Ora, a extrema simplicidade do modelo do logos tinha sido, no começo, justamente o principal motivo de nossas apreensões e desconfianças quando ainda não estávamos completamente convencidos pelo modelo, de sorte que essa indicação era alvissareira.

Nos detalhes, constatamos que, embora não existisse ainda solução consistente para o problema, já tinham sido identificados muitos atributos que o virtual modelo-solução deveria atender, para ser considerado um candidato sério ao posto. No texto desenvolvido pelo professor Kaku, conseguimos identificar dezessete aspectos ou requisitos admitidos ou defendidos pela Física ou pelo autor, que são recepcionados ou atendidos com precisão pelo modelo do logos. Dado que foi essa coincidência que gerou a nossa esperança de que, possivelmente, o modelo dimensional de universo pudesse, se não resolver, ao menos nos aproximar da teoria de campo unificado, enumeramos, a seguir, em dezessete notas, essas coincidências, indicando também os textos nos quais o professor Kaku menciona ou explicita os requisitos.

Nota 1, p. 28: “No campo teórico, o WMAP também propiciou avanços: Até agora, a principal teoria é a do ‘universo inflacionário’, um importante aprimoramento da teoria do Big Bang [...]. No cenário inflacionário, no primeiro trilionésimo de trilionésimo de segundo, uma misteriosa força de antigravidade fez o universo se expandir muito mais rápido do que originalmente se pensava. O período inflacionário foi inconcebivelmente explosivo, com o universo expandindo muito mais rápido do que a velocidade da luz”.

1. A força de antigravidade que fez o universo se expandir de modo inflacionário encontra seu correspondente no impulso para a complexidade que, na estrutura do logos, responde pelo desdobramento das dimensões até o modelo atingir a sua completude na instância de totalidade. O modelo do logos defende que, na existência, todos os fenômenos surgem na primeira dimensão e vão desdobrando as demais instâncias, até conquistarem



completude e estabilidade. Dado que apenas na terceira dimensão surge o espaço no qual vigora a limitação da velocidade da luz, o modelo não apenas recepçiona, mas também sanciona esse estágio inicial inflacionário detectado pelos astrônomos.

Nota 2, p. 32: “A teoria das cordas e a teoria M baseiam-se na simples e elegante ideia de que a estonteante variedade de partículas subatômicas que compõem o universo seja semelhante a notas (musicais) que se pode extrair de uma corda de violino, ou de uma membrana, como o couro de um tambor. (Estas não são cordas e membranas comuns; elas existem num espaço com dez e onze dimensões.)”.

2. A ideia de que a origem de tudo refere-se a vibrações e a ressonâncias similares àquelas que produzem as notas musicais encontra amparo no modelo do logos normativo, na medida em que ele defende que a existência, no universo, realiza-se segundo os padrões de movimento presentes no interior de cada uma das cinco instâncias constituintes do modelo. Nesse modelo, tais padrões de movimento tipificam as lógicas possíveis e configuram cinco leis universais básicas. Visto que cada âmbito dimensional do logos contempla um padrão privativo de movimento que, em sua ação normativa, determina um padrão existencial, parece coerente esperar que tais padrões de movimento impliquem padrões vibratórios diferenciados bem de acordo com o preconizado na teoria das cordas.

Nota 3, p. 87: “Depois de 2 mil anos investigando a natureza da matéria e da energia, os físicos determinam que apenas quatro forças fundamentais movem o universo. (Os cientistas buscam uma quinta força, mas até agora os resultados foram negativos ou inconclusivos.)”.

3. Essa busca por uma quinta força ainda não localizada pode encontrar, no modelo do logos normativo, novas pistas. O modelo preconiza cinco leis universais básicas, quatro dicotômicas e uma de padrão complementar, esta última correspondente à instância de totalidade do fenômeno. Dado que essa instância apenas é atingida mediante um salto transcendental entre as partes e o todo, pode ser que a localização dessa quinta força exija um procedimento semelhante. De qualquer forma, o modelo sanciona essa expectativa por uma quinta força.

Nota 4, p. 91: “Por sua vez, este programa de unificação introduziu um novo paradigma na cosmologia. A ideia era simples e elegante; no momento do Big Bang, todas as quatro forças fundamentais se unificaram numa única força coerente, uma misteriosa superforça. Todas as quatro forças tinham a mesma intensidade e faziam parte de um todo coerente maior. O universo começou em um estado de perfeição. Entretanto, à medida que o universo começou a se expandir e esfriar rapidamente, a superforça original começou a rachar, com diferentes forças separando-se uma após outra”.

4. Essa ideia de que, no momento do Big Bang, as quatro forças fundamentais estariam unidas numa única força coerente, uma misteriosa superforça, encontra também amparo no modelo do logos normativo, que admite também que as diferentes lógicas/leis sejam resultantes de um único impulso para a complexidade que, uma vez manifesto, assume padrão diferente, de acordo com as amplitudes das diferentes instâncias dimensionais que o fenômeno desdobra ao constituir seu âmbito existencial. Nesse modelo, o universo, apesar de representar o fenômeno inaugural, constitui apenas um

fenômeno como os demais, cuja existência naturalmente obedece às mesmas leis que regem todo o restante. Assim, também o universo é transpassado por um impulso para a complexidade que, no início, era uma só força embora, hoje, tenha seus desdobramentos.

Nota 5, p. 91: “A chave, portanto, é compreender exatamente como estas transições de fase ocorreram no início do universo, que os físicos chamam de quebra espontânea”.

5. A quebra espontânea detectada pelos físicos no início do universo encontra amparo no modelo do logos em dois sentidos. Por um lado, o modelo contempla, no início de tudo, um salto transcendental, e a lógica transcendental, que explica o advento dos fenômenos na realidade, não supõe nem exige uma causa. De outro lado, o desdobramento reiterado de dimensões para disponibilizar amplitude capaz de abrigar a complexidade universal manifesta implica reiteradas “quebras” de instâncias geométricas para dar lugar a amplitudes maiores. Portanto, esse detalhe também é bem recepcionado pelo modelo.

Nota 6, p. 109: “Antes de 10-43 segundos – era Planck. Na energia de Planck (1.019 bilhões de eletro-volts), a força gravitacional era tão forte quanto as outras forças quânticas. Por conseguinte, é provável que as quatro forças do universo estivessem unificadas numa única superforça”.

“Talvez o universo existisse numa fase perfeita de nada, ou espaço vazio de dimensão superior.”

“Por razões desconhecidas, esta misteriosa supersimetria que unificava as quatro forças rompeu-se, formando minúscula bolha [...]”

6. Essa especulação da Física, pensando que, no início, talvez, o universo existisse numa fase perfeita de nada, ou espaço vazio de dimensão superior, também é recepcionada, em termos, pelo modelo. O logos nos diz que toda a existência relativa tem origem em uma existência de feição absoluta. Situa essa existência absoluta em uma instância de amplitude adimensional, que é a única amplitude geométrica capaz de recepcionar atributos absolutos. Em consequência, revela que tal existência, justamente para ser absoluta, precisa, presumivelmente, ser apenas potencial. Com isso, temos uma descrição mais consistente desse berçário do mundo e evitamos o contrassenso de falar em espaço vazio de dimensão superior.

Nota 7, p. 188: “Havia dois tipos de inconsistência matemática. O primeiro era o problema dos infinitos [...]. Quando a gravitação é transformada numa teoria quântica, essas flutuações quânticas na verdade se tornam infinitas, o que é um absurdo”.

7. A inconsistência matemática da teoria das cordas que contempla a questão dos infinitos está baseada na constatação de que, quando a gravitação é convertida em teoria quântica, as flutuações quânticas se tornam infinitas, o que resulta ser absurdo, tendo em vista que um relativo (flutuação) seria infinito (absoluto). O modelo do logos demonstra a presença, na realidade, de diferentes graus de infinidade e conclui que isso exige uma matemática correspondente que aparentemente ainda não foi inventada. De todas as formas, se a teoria das cordas acusa uma inconsistência matemática, o logos contempla a mesma questão e sugere a possibilidade de estarmos diante de

insuficiência matemática: falta uma matemática que contemple múltiplos graus de infinidade.

Nota 8, p. 188: “Einstein acreditava que talvez Deus não tivesse outra opção ao criar o universo. Uma razão para isso poderia ser que apenas uma única teoria está livre de todas essas inconsistências matemáticas”.

8. O que Einstein, aqui, defende é que, sendo o caso de existir solução para uma teoria unificada, ela deve ser única. Isso significa que o virtual modelo-solução deve constituir linguagem inescapável, como pensamos ser o caso do modelo do logos normativo. Um universo organizado, tal como um conjunto, exige um índice.

Nota 9, p. 192: “A música é a metáfora por meio da qual podemos compreender a natureza do universo, no nível subatômico e no nível cósmico”.

9. A teoria das cordas afirma que as harmonias das cordas constituem as leis da Física. O logos defende que os padrões de movimento que caracterizam as cinco lógicas estão presentes em toda a natureza e regulam a manifestação existencial de todos os fenômenos. Segundo o modelo do logos, todos os fenômenos apresentam a mesma estrutura existencial, quer se trate de uma partícula atômica ou de um sistema solar.

Nota 10, p. 195: “[...] uma teoria baseada num objeto estendido (corda) evita muitas das divergências associadas com partículas pontuais”.

10. A teoria das cordas, baseada num objeto estendido (corda), supera a ideia de partículas pontuais, o que, em certo sentido, compromete também a ideia de matéria. O modelo do logos sanciona essa percepção, no sentido de preconizar quatro instâncias não materiais presentes e integrantes de todo fenômeno. A extensão do existente para além da instância material não se faz, entretanto, jogando-nos em um ambiente imponderável ou místico. Ao contrário, o logos normativo nos descortina quatro instâncias não materiais, perfeitamente caracterizadas, plenamente integradas e hierarquizadas em um todo dotado de coerência e perfeita simetria e nos instrumentaliza com recursos para distinguir o que pertence a cada instância, fornecendo inclusive a lógica adequada para se pensar cada conteúdo. Observe-se que substituir partícula material por objeto estendido também material pode, virtualmente, não mudar nada além da nossa percepção, enquanto pensar que objeto estendido configura uma onda, bidimensional, representa uma mudança efetiva no objeto analisado. Operação noética, no primeiro caso, e fato eidético, no segundo.

Nota 11, p. 197: “Visto que as simetrias são uma das mais belas e eficientes ferramentas à nossa disposição, pode-se esperar que a teoria do universo tenha de possuir a mais elegante e eficiente simetria conhecida na ciência”.

11. O logos considera que a simetria representa o elemento predominante da estrutura de qualquer fenômeno. Segundo o logos, a diversidade manifesta torna-se possível e se instala sob o domínio da simetria oferecida pela segunda dimensão, de sorte que a visão estrutural do logos descrita na forma de geometria dimensional evidencia na perfeita integração das suas partes, a harmonia perfeita do conjunto.

Nota 12, p. 206: “[...] a teoria M, que era finita – era na verdade a teoria das cordas reformulada na décima primeira dimensão em termos de membranas”.

12. O modelo do logos também constitui um modelo finito e sugere um universo também finito, muito embora contemple amplitudes infinitas e até mesmo diferentes graus de infinidade. Apesar de o modelo indicar isso, não temos ideia sobre as implicações matemáticas envolvidas.

Nota 13, p. 207: “Uma das novidades da teoria M é que ela introduz não somente cordas, mas todo um zoológico de membranas de diferentes dimensões”.

“Neste quadro, as partículas pontuais são chamadas de zero-brana, porque são infinitamente pequenas e não tem dimensão.”

“Uma corda é então uma uma-brana, porque é um objeto unidimensional.”

“Uma membrana é uma duas-brana..., definida pelo seu comprimento e largura.”

“Nosso universo poderia ser algum tipo de três-branas, um objeto tridimensional.”

13. O modelo do logos também identifica e distingue ocorrências próprias nas cinco instâncias dimensionais que contempla, identificando, em cada uma delas, movimentos típicos e privativos. Apesar disso, percebe que o adimensional não pertence ao plano da existência relativa embora o movimento/manifestação de um ponto adimensional no plano da existência relativa gere um âmbito de amplitude unidimensional. O texto denuncia uma mente cuja sensibilidade proporcionou-lhe acesso ao reduto transcendental onde a existência relativa se instala. Faltando-lhe, porém, o referencial adequado (o logos normativo) que lhe permitisse organizar e distinguir o vislumbrado, expressa-se confusamente, falando em partícula sem dimensão e objeto unidimensional. Vista-se a lente do logos, e tudo fica meridianamente claro.

Nota 14, p. 218: “Einstein, com Nathan Rosen, brincou com a ideia de que o elétron pode, na verdade, ser um miniburaco negro disfarçado. A seu modo, ele tentou incorporar matéria a essa teoria de campo unificada, que reduziria as partículas subatômicas à geometria pura”.

14. O modelo do logos normativo defende que o substrato do universo e de todos os fenômenos que o integram é constituído de geometria. Nessa perspectiva, todos os fenômenos lançam raízes na Geometria, na Lógica e na Matemática, que são os três elementos fundamentais do modelo. Ser puramente geométrico constitui justamente um dos fortes argumentos do modelo. Quanto à ideia de buraco negro, pode estar vinculada ao fato de o elétron, para realizar seus saltos de órbitas, demandar intercâmbio de quantas de energia com o vácuo, que, assim, deixa de ser um vazio para se tornar um reservatório infinito de energias (KAFATOS; KAFATOU, 1994, p. 66). Isso também encontra amparo no modelo, que prevê uma instância adimensional de potencialidades infinitas como fonte última de tudo.

Nota 15, p. 228: “Einstein tentou modelar o elétron e outras partículas elementares como um tipo de perturbação na geometria do espaço-tempo. Embora no final ele tivesse fracassado, essa ideia pode ser ressuscitada num nível muito mais elevado na teoria M”.

“Acredito que Einstein estivesse no caminho certo. A sua ideia era gerar física subatômica por meio de geometria.”

15. O autor supõe que a teoria M pode ter origem em paradigma ainda mais simples, talvez na própria Geometria. O logos representa um paradigma

formalmente geométrico, embora requisite também a presença da Lógica e da Matemática para compor o alicerce ontológico da natureza.

Nota 16, p. 333: “Enfim, acredito que a própria existência de uma única equação capaz de descrever o universo inteiro de um modo ordenado e harmonioso implica algum tipo de intenção”.

16. O modelo do logos sanciona essa conclusão do professor Kaku, dado que recepciona o princípio entrópico segundo o qual as leis da natureza são combinadas, de modo que a vida e a consciência se viabilizem ou sejam possíveis. Em tributo à precisão, talvez não seja conveniente falar-se em intenção, mas em contingente necessidade (em sentido filosófico) estrutural. Nesse caso, pode-se pensar que a natureza sempre vai organizar as coisas, qualquer que seja o contexto, buscando complexidade crescente, seguindo a rota na qual surgem necessariamente a vida e a consciência.

Nota 17, p. 344: “A teoria das cordas e a teoria M representam uma nova abordagem radical à relatividade geral. Enquanto Einstein montou a relatividade geral em torno do conceito de espaço-tempo curvo, a teoria das cordas e a teoria M são construídas em torno do conceito de um objeto estendido, como uma corda ou uma membrana, movendo-se num espaço supersimétrico”.

17. O modelo do logos normativo confere ou reserva ao universo um lugar geométrico dimensionalmente organizado, destacando cinco dimensões existenciais objetivas, enclausuradas em uma estrutura dotada de grande simetria, bem nos moldes do “espaço supersimétrico” mencionado pela teoria M.

Nota 18, p. 88: “A característica surpreendente dessas quatro forças é que elas são totalmente diferentes umas das outras, com intensidades e propriedades diversas. Por exemplo, a gravidade é, de longe, a mais fraca das quatro, 1.036 vezes mais fraca do que a eletromagnética”.

18. No campo das divergências, notamos apenas o fato de o autor apresentar as quatro forças básicas da Física como sendo totalmente diferentes umas das outras, enquanto as quatro primeiras leis do logos são dicotômicas, sendo apenas a quinta totalmente diferente, isto é, complementar. Isso também pode ter vinculação com o fato de a Física pautar essa diferença na intensidade das forças (medida quantitativa), enquanto que o logos pauta as diferenças em padrões de movimento (medida qualitativa).

Na ocasião deste estudo, anotamos que uma análise conclusiva ficava prejudicada, tendo em vista que o modelo do logos normativo dependia ainda de provas de consistência com respeito aos teoremas fundamentais da Geometria e, virtualmente, também da Lógica e da Matemática, que são as disciplinas que lhe fornecem o alicerce. De qualquer forma e na perspectiva que estejamos certos, não deixa de ser impressionante que os físicos tenham antecipado tantos requisitos exigidos de um modelo destinado a fundamentar uma teoria de tudo, sem, contudo, matar a charada. Tivessem percebido que esse modelo deveria também organizar o mundo subjetivo, e a indicação do logos normativo seria completa. Aparentemente, a Física apenas não chegou ao modelo, porque o buscou no âmbito da própria Física, enquanto o modelo pertence ao âmbito da Metafísica. Naturalmente, a crença na imanência também representou obstáculo respeitável ao isolamento de um conceito útil de transcendência.

Se a análise voltada ao plano da realidade objetiva não contém elementos definitivos, quanto à propriedade de se aplicar o modelo ao mundo objetivo, nem

tenhamos aportado a mesma riqueza de argumentos que utilizamos na publicação de 2011, para justificar a sua aplicação ao mundo subjetivo, ao menos esclarece, em boa medida, a razão e a fonte de nossas expectativas, já que atribuir à mera coincidência esses dezessete pontos de coincidência equivale a pensar que a complexidade pode dar-se no universo sem a concorrência de um estrutural impulso para a complexidade e sem a presença de leis universais determinantes. Algo que requer muita fé (no acaso) como sustentação.

De outro lado, quem já examinou cuidadosamente as soluções que o logos oferece no campo subjetivo e, agora, constata as soluções que ele encaminha no campo objetivo não pode ignorar o seu poder heurístico e, no mínimo, conceder que a hipótese contém elementos de convicção suficientes para ensejar que seja devidamente estudada.

Além dessas promessas que são inerentes ou relativas aos âmbitos das nossas tradicionais perspectivas objetiva e subjetiva, o modelo do logos contempla ainda relevante potencialidade estratégica em sentido estrutural do próprio ato de pensar. Compreendido que o ato de pensar se realiza sempre em face de um referencial e compreendido, também, que, em última instância, é esse referencial que determina o entendimento que temos das coisas, adotar um paradigma de validade universal, explicativo do fato existencial em geral, coloca-nos, certamente, como espécie, em patamar de igualdade com qualquer civilização que tenha atingido perspectiva cósmica – essa perspectiva cósmica representa certamente maturidade perceptiva universal, já que o fato existencial constitui, também certamente, a questão primeira suscitada pela presença do universo e pela presença de qualquer dos fenômenos que o integram. Portanto, ainda que a nossa leitura do fato existencial facultada pelo modelo do logos possa sofrer reparos, a perspectiva centrada na existência representa a perspectiva mais abrangente que pode ser assumida por qualquer espécie inteligente que participe deste universo.

Por isso, entendemos que a adoção do paradigma do logos potencializa outro patamar civilizatório no processo evolutivo da espécie humana e, na contrapartida, indica-nos também que permanecer sob influência de qualquer outro paradigma, de menor abrangência, mantém-nos prisioneiros de sectarismo, simplesmente inadmissível para qualquer virtual comunidade cósmica. Não cremos que isso seja admitido pela própria natureza humana, depois que tenha tomado consciência do fato.

### **Comentário**

Cídio Lopes de Almeida disse:

29/12/2016, às 16h44

Este *site* me parece uma pérola no meio maçônico. Aliás, a Maçonaria tem me propiciado um jogo de desgosto e gosto. Certamente, o conteúdo deste *site*, que passo a ler com calma, inscreve-se entre as raridades que me fazem terem gosto pela Ordem.

Prof. Cídio Lopes de Almeida

Or. São Paulo

## **CAPÍTULO 7 – A CIVILIZAÇÃO PRECONIZADA PELO LOGOS**

Descrição do modelo de civilização potencializado pelo logos normativo da racionalidade, caso seja formalmente adotado como paradigma civilizatório. – Objetivo: evidenciar as vantagens comparativas do novo modelo.

O tratamento técnico de um processo complexo de mudança, que envolva ativamente um grande número de pessoas, exige primeiro que se diagnostique e se descreva, com precisão, a situação atual. Em segundo momento, é necessário que a essa situação se contraponha uma descrição também rica em detalhes da situação futura desejada. Em terceiro momento, com base nessas duas descrições, identifiquem-se as forças favoráveis e as forças restritivas à passagem da situação atual para a situação futura. Em quarto momento, cumpre definir as ações que poderão ser adotadas para ampliar as forças favoráveis e para superar as forças restritivas, definindo um plano de ação compatível.

Teoricamente, em linhas gerais, este é o tipo de tratamento que se costuma adotar para se enfrentar problemas complexos. No caso em questão, que trata de promover mudança de padrão civilizatório, tal projeto implica mudança radical no modo de pensar, de sorte que, embora não exista dificuldade para se fazer a descrição da situação atual, quando se trata de especificar a situação futura desejada, isso não pode ser feito a partir das premissas hoje vigentes, mas tem de ser realizado pela exploração dos compromissos estruturais do novo modelo que se deseja implantar, em verdadeiro processo de desvelamento ontológico da estrutura de conseqüências implícitas nesse modelo. Daí entendermos inevitável que essa especificação do futuro seja feita, inicialmente, por um círculo restrito de pessoas que dominem, suficientemente, o paradigma, para somente depois ampliar e estender a discussão aos demais interessados.

Essa descrição obviamente vai retratar um mundo diferente do mundo que aí está e com o qual estamos habituados e vai, também, soar como quimera ou impossibilidade, caso seja simplesmente julgada a partir dos valores tradicionais. Esse julgamento implicaria inclusive em erro lógico, na medida em que seria pautado em premissas que não estarão presentes na situação futura. Por isso, propomos adotar um artifício que suspenda os aspectos mais hipnóticos do mundo atual, de sorte que, assim, possamos apreciar e avaliar convenientemente o mundo potencializado, tendo em vista apenas seus compromissos estruturais, sua coerência interna e sua capacidade de bem acomodar os seres humanos, garantindo suficiente bem-estar coletivo, satisfatória realização individual e promissor horizonte de preservação da espécie. Com isso estamos também postulando que bem-estar coletivo, realização individual e horizonte evolutivo constituam balizas adequadas à correta avaliação qualitativa de qualquer proposta de modelo civilizatório, inclusive do aqui preconizado.

Para tanto, vamos imaginar que todo o sistema produtivo esteja total e completamente automatizado, desde a produção agrícola até a produção industrial, incluindo o próprio comércio ou distribuição, de modo que o homem não precise mais trabalhar para obter o seu sustento. Nesse contexto, os robôs encarregam-se de tudo, inclusive de gerar a renda necessária para cobrir os custos de produção, de manutenção e de atualização do processo produtivo. Essa produção poderá virtualmente ser contabilizada a custos de fatores e determinar também a renda disponível para sustentar o consumo das famílias bem como se investir. Nesse mundo, mensalmente, em face do valor da produção contabilizada, cada cidadão receberia um crédito do “governo” em seu cartão de débito, suficiente para que adquira tudo que precise naquele mês, e todo o labor humano remanescente estaria voltado ao aprimoramento pessoal, à educação, à cultura, ao lazer e à criação de novos conhecimentos. Nessas condições, apenas a produção de novos conhecimentos e de novos fatores de bem-estar ensejaria virtualmente vantagens diferenciadas, segundo o valor social dos resultados práticos dessa ação laboral e na medida em que tais recursos forem colocados à disposição da sociedade, aumentando os meios de bem-estar disponíveis.

Nesse mundo, o homem continua livre para conduzir a sua vida da maneira que lhe aprouver, naturalmente dentro da lei. Caso não queira fazer nada, receberá igualmente a quota mínima para que possa viver dignamente, mas, caso queira produzir conhecimentos ou participar de qualquer trabalho socialmente útil, poderá engajar-se em um dos milhares de projetos em formação e atuar neles por conta e risco próprio. Caso o resultado venha a ser positivo, poderá ganhar visibilidade e projeção e, caso o projeto fracasse, o custo social ficaria restrito ao apoio em recursos aprovado para o projeto. Os cientistas receberiam auxílio na forma de recursos para desenvolver os projetos, mas somente receberiam projeção social diferenciada no caso de registrarem e disponibilizarem novas facilidades ou descobertas úteis à coletividade, virtualmente segundo o uso que a comunidade venha a fazer da nova facilidade.

Observe-se que, nessa sociedade, o trabalho humano não foi suprimido e continua sendo fator de realização e de dignidade existencial, mas o resultado do trabalho não é mais medido em termos de venda ou de remuneração de um fator de produção, mas, sim, em termos de participação e de contribuição pessoal para o bem-estar coletivo, do qual proviria o próprio prestígio social. As experiências já disponíveis de trabalho voluntário e ações comunitárias não remuneradas, mormente por parte de aposentados que já desfrutam dessa condição financeira, revelam que a satisfação pessoal verdadeira não decorre da contrapartida financeira, mas de uma satisfação pessoal de foro íntimo pela contribuição que aportam ao bem-estar geral ou ao bem-estar de círculos restritos. Na verdade, mesmo dentro do processo produtivo tradicional, se formos metuculosos na análise, veremos que a satisfação pessoal de qualquer trabalhador decorre bem mais de orgulho pessoal pela excelência do trabalho que realizou do que pela remuneração recebida. Assim, nessa nova sociedade, mesmo professores e profissionais dedicados à educação e à formação dos novos cidadãos apenas receberiam projeção e visibilidade social segundo a excepcionalidade do resultado formativo obtido com seus alunos ou, então, pelo registro de patentes de novos métodos mais eficientes de ensino, devidamente testados e comprovados e, ainda assim, em condições incapazes de gerar diferenças ou privilégios sociais acentuados.

A ideia de colocar toda a produção nas mãos dos robôs tem por objetivo desarmar a ganância e evitar a acumulação desmedida em poucas mãos bem como amenizar o espírito competitivo, sem prejuízo da produção necessária ao sustento da população, à manutenção da planta instalada e ao advento de novas facilidades, ou ainda viabilizar novos projetos estratégicos que sejam regional ou planetariamente necessários. Com a hipótese desse modelo produtivo robotizado, esperamos livrar nosso imaginário do condicionamento que, hoje, mantém-nos hipnotizados no processo de produção e de consumo de bens materiais e abrir nossas mentes para estimar como o ser humano poderá sentir-se e navegar em ambiente no qual a produção e a posse de bens materiais não constituam mais o principal objeto de desejos, o centro das atenções ou o destino da parte nobre do esforço humano.

Atualmente, participamos de um modelo civilizatório que nos impõe o trabalho como obrigação, em meio a um processo produtivo no qual as condições de participação estão distribuídas de modo desigual e no qual os desequilíbrios sociais são explorados, visando à acumulação patrimonial, segundo estruturas de poder que desconsideram olímpicamente aspectos humanos essenciais ao bem-estar das pessoas e dos grupos humanos. O resultado é uma arena planetária, na qual competidores, pressionados por instintos de sobrevivência e de ascendência social, precisam esconder boa parte das suas atitudes, eticamente dúbias, e pagam o preço de conviver com mentes conflitantes em diferentes graus de esquizofrenia. O modelo do logos, ao desvendar a constituição natural dos fenômenos, preconiza um ser humano mentalmente equilibrado e integrado ao mundo que o cerca, voltado à efetivação de suas melhores potencialidades, que não



pode estar submetido a pressões típicas do estágio puramente animal. Daí a necessidade de se adotar a hipótese do modelo produtivo automatizado e, assim, libertar a mente para considerações livres de tais pressões.

Esclarecido esse pressuposto, parece agora possível explorar os valores implícitos no novo paradigma civilizatório e tentar descrever o espírito que presidiria esses novos tempos. Isso não significa esquecer as questões práticas que, possivelmente, tenham de ser enfrentadas para promover ou para encaminhar a passagem da situação atual para a situação desejada, mas apenas protelar a sua consideração para depois de adquirir entendimento claro das vantagens civilizatórias contidas no novo modelo, afinal os atrativos podem não agradar ou serem insuficientemente sedutores para ensejar que se perca tempo com isso. Caso, porém, ao contrário, eles se mostrem altamente sedutores e vantajosos, certamente teremos ânimo para enfrentar as dificuldades implícitas, avaliar os custos sociais envolvidos e, então, decidir lucidamente a respeito.

Idealmente, um paradigma formal capaz de nos situar fora de cavernas provincianas e sectárias e de alicerçar uma concepção de universo dotada de sustentável pretensão de objetividade e permanência precisa não apenas explicar as condições universais de existência que nos sustentam, mas também revelar-se irreduzível, isto é, ser geométrico, bem de acordo com o que o próprio Descartes já prescrevia. O foco na existência se deve ao fato de ser ela a questão primeira imposta pela presença do universo e pelo uso da Geometria, por ser ela a ciência que trata da forma pura e, em assim fazendo, focaliza os modos segundo os quais a existência se dá, o que também pode ser entendido como sendo o último substrato ao qual os fenômenos existentes podem virtualmente ser reduzidos. No presente estágio de compreensão, o nosso conhecimento não nos habilita reduzir o mundo para além do fato existencial e da forma segundo a qual esse fato existencial se efetiva, embora tenhamos plena consciência de que a Lógica e também a Matemática compartilham com a Geometria esse substrato último das coisas<sup>(1)</sup>. O logos, sintetizado na Figura 1: Modelo dimensional do campo existencial, que encerra o trabalho de axiomatização, atende justamente a esses dois requisitos, razão pela qual consideramos adequado tomá-lo como referência para identificar as características do modelo civilizatório que faculta.

<sup>(1)</sup> Geometria, Lógica e Matemática, na medida em que objetivam, respectivamente, a forma, o movimento e a quantidade, são, segundo nos indica o modelo do logos, saberes diferenciados integrantes e constitutivos da Ontologia do existente. Nessa condição, representam os saberes que contemplam, com maior intimidade e proximidade, a estrutura constitutiva do universo. Não apenas porque, em conjunto, definem o logos universal, mas também porque, intimamente, cada uma delas, isoladamente, tem e contempla compromissos estruturais necessários e inescapáveis que lhes conferem a credibilidade que desfrutam como ciências exatas (embora isso ainda não seja reconhecido na Lógica). Tais características estruturais, como, por exemplo, o valor constante da soma dos ângulos internos de um triângulo, na Geometria, ou a sequência de Fibonacci, na Matemática, indicam que estamos no alicerce constitutivo do existente e diante de condições estruturais inteligentes que, se não impedem, ao menos, dispensam a necessidade de maior redução para que se logre entender a construção assumida pela existência. No livro de 2011, demonstramos que Geometria, Lógica e Matemática são necessárias e suficientes para especificar a Ontologia do existente.

Vamos usar essa mesma figura para visualizar o campo existencial que é comum a todos os fenômenos e destacar as diferentes instâncias constitutivas do existente. Inicialmente, observe-se que a tarja preta na base da figura indica o insondável adimensional, que é fonte potencial de toda existência, e a instância "N", de dimensões desconhecidas, indica instâncias de complexidade situadas além da atual capacidade perceptiva dos homens e que, eventualmente, podem nem mesmo viabilizar-se como tal. Com isso, considera-se que a existência real comporta conteúdos de uma dimensão, de duas dimensões, de três dimensões, de quatro dimensões bem como conteúdos

relativos à totalidade fenomênica, e, simultaneamente, afirma-se que a existência real não comporta qualquer elemento que não se enquadre em uma dessas instâncias, isto é, todo fenômeno que tem existência real apresenta existência e conteúdos existenciais limitados e circunscritos a essas cinco instâncias.

Adotar esse modelo como referência implica fundamentar a nossa compreensão do mundo em um paradigma indicativo e explicativo do fato existencial em geral, o que o torna aplicável a qualquer fenômeno manifesto no mundo. Essa explicação esclarece o surgimento do fenômeno, revela a sua estrutura particular, a sua compleição material, o seu processo histórico e as suas relações de interdependência com os demais fenômenos com quem compartilha a existência, explicita seu horizonte evolutivo natural e, ainda, esclarece o seu abandono da experiência existencial. Trata-se, portanto, de um modelo referencial que abrange toda a existência real do ser, tornando o seu detentor um ser conscientemente situado no mundo.

Tomar esse modelo como referência implica admitir que todos os fenômenos que participam da existência têm origem em plano de potencialidades absolutas e que cada um se desdobra, ordenadamente, em instâncias de complexidade crescente, até atingir a completude fenomênica preconizada em sua estrutura constitutiva. Implica, igualmente, entender que, embora a conquista dessa completude represente também limite fenomênico, a presença de um impulso para a complexidade, permeando a estrutura, mantém aberto para todo existente capaz de articular-se convenientemente com seus pares um horizonte virtualmente ilimitado de complexificação.

As lições que retiramos do Mito da Caverna nos indicam, por outro lado, que a escola – ou melhor, o processo de formação de seres humanos saudáveis, lúcidos e equilibrados, capazes de fazer florescer em si as melhores potencialidades da natureza humana – constituiria, nesse novo ambiente, a principal e mais promissora atividade industrial. Isto é, nesse mundo o esforço humano não estaria como hoje concentrado nas atividades econômicas de produção e de consumo, mas, sim, na formação das crianças e dos jovens. Isso significa que o processo de educação desde a mais tenra idade envolveria instrumentalizar o aluno com esse paradigma, de sorte que seu olhar sobre o mundo se faça não baseado apenas naquilo que seus olhos orgânicos capturam, mas baseado no modelo lógico que, de um lado, determina-lhe os modos de pensar e, de outro, determina a manifestação existencial da natureza, e, em assim fazendo, patrocina e promove a devida sintonia do aluno com o seu mundo. Esse ensino do modelo visaria a não apenas desenvolver inteligência, instrumentalizando o aluno para o exercício competente e autônomo do ato de pensar, mas também a tornar explícito para toda a população o paradigma que preside o modelo civilizatório em que está envolvida, no qual todos foram educados e que lhes cabe não apenas compreender e atualizar potencialidades, mas, até mesmo, promover a sua superação, quando virtualmente ficar evidente que as potencialidades do modelo se exaurem.

Estamos falando, portanto, de uma cultura redesenhada e de uma população consciente dos paradigmas de que se vale na condução da vida e da sociedade, ambiente no qual seriam impensáveis e inúteis os sofismas e os processos subliminares que são utilizados, nos dias atuais, por governos, corporações e grupos de interesse, tanto para escamotear incompetências como para justificar favorecimentos ou, simplesmente, para preservar o controle social. Esse uso consciente do paradigma civilizatório e de virtuais referenciais particulares decorrentes de aplicação restrita, configura uma sociedade fortemente influenciada não somente pela harmonia e pela fraternidade, mas também pela verdade, pela razão, pela transparência, pelo mérito e pela justiça, sem que isso justifique qualquer violência contra a vida ou a menor desconsideração das condições estruturais reais que configuram a condição humana

factual, mas também sem desconhecer que o convívio social constitui um projeto e uma obra coletiva, cujas benesses impõem a todos correspondente responsabilidade.

Embora os problemas de violência, de agressividade e de patologias mentais e sociais, quando considerados da perspectiva do velho paradigma cartesiano, pareçam-nos gigantescos, na sociedade do logos universal, essas anomalias não deverão sequer ter oportunidade de se estabelecer, em razão do modelo formativo a ser dispensado às crianças, tanto no lar como na escola e mesmo em qualquer ambiente social. Há estudos suficientes mostrando como os traumatismos, as agressões e a carência de amor e de cuidados, sofridos na infância, respondem por grande parte da agressividade presente nos adultos, de sorte que parece razoável esperar que um processo educativo centrado e preocupado em desenvolver mentalidades saudáveis, psicologicamente equilibradas, associado a um sistema social amigável que não submetta o ser humano a tensões humilhantes, deve reduzir a violência a ocorrências patológicas residuais. Isso implica a compreensão elementar de que mais vale investir fortemente na formação de mentes e de corpos saudáveis, socialmente integrados e psicologicamente equilibrados, do que gastar fortunas em sistemas corretivos onerosos, paliativos e ineficientes, depois que o ser já esteja formado ou deformado pela brutalidade de um mundo agressivo e egoísta.

É sobre o aspecto preventivo e inibidor do advento de patologias individuais e sociais, comparado com os custos sociais hoje incorridos nos sistemas de repressão e de correção de condutas, que devem, em boa parte, repousar as análises econométricas que pretendam avaliar os custos sociais de implantação do novo modelo. Mesmo sem pretender esboçar, aqui, um modelo de avaliação econômica da questão, parece-nos que um segundo aspecto econômico de tais análises talvez deva ou possa ser a substituição do atual modelo industrial baseado em obsolescência programada, de evidente caráter predatório da natureza, por um sistema fundamentado na maior vida útil e na durabilidade possível dos bens, com cem por cento de reciclagem e de reaproveitamento dos resíduos. Isso configuraria um modelo produtivo efetivamente merecedor do título de econômico. Assim, também os ganhos de eficiência, no nível global, com a redução dos desperdícios de toda ordem, pela eliminação do espírito de concorrência entre as nações e as regiões e pelo advento de um espírito de respeito e de consideração fraternal entre as pessoas, as cidades e as nações, possam constituir um terceiro importante aspecto a ser considerado. Certamente, a cultura humana tem conhecimentos econômicos e recursos técnicos suficientes para avaliar apropriadamente essa questão, mas os três aspectos acima indicados emergem imediatamente como indicativos de que a proposta não geraria um absurdo econômico, mas, ao contrário, ensejaria uma realidade que se afigura plenamente sustentável e justificável também em termos econômicos.

O ponto nevrálgico, porém, na construção de uma sociedade racional e fraterna e, ainda assim, progressista, evolucionista e dinâmica é a concepção de ser preconizada pelo paradigma. Essa concepção está estruturalmente implícita no modelo. O ser de qualquer fenômeno manifesto no plano da existência relativa corresponde ao conteúdo presente na primeira dimensão constitutiva do fenômeno. O ser é o que inaugura a existência, em face de um movimento transcendental. A construção geométrica de uma reta ideal, ao representar produto do deslocamento de um ponto, indica, em primeira instância, a exiguidade da amplitude unidimensional ali presente, mas indica, também, em segunda instância, a amplitude unidimensional do ser que assim se manifesta como movimento existencial. Ocorre, porém, que o ponto que se desloca para formar a reta, quando tomado estaticamente, é definido como um lugar no espaço desprovido de dimensão, isto é, como ocorrência desprovida de dimensão. Ora, adimensional é o ser absoluto de pura potência do qual toda a existência brota e que o modelo indica com uma tarja preta: o adimensional. Logo, o ser que inaugura a existência e que, ao

conquistar complexidade, manifesta-se como ser humano dotado de razão e de discernimento constitui, na verdade, emanação (para não dizer parcela) individualizada do mesmo ser absoluto e indiferenciado que é a fonte suficiente de tudo o que existe.<sup>(\*)</sup>

(\*) Eis, aí, a demonstração *more geometrico* da tese metafísica, fartamente demonstrada por Mário Ferreira dos Santos, em sua obra *Filosofia concreta*, segundo a qual o ser contingente necessariamente tem origem em um ser absoluto transcendente.

Nessas condições, não se pode negar a origem e o *status* que é devido ao ser humano em particular, em face da consciência conquistada, restando apenas conferir a esse *status* e a essa descendência, no âmbito da linguagem, um nome que seja adequado e expresse condignamente o que corresponde aos fatos e à verdade. A ciência poderá, eventualmente, encontrar outro nome, mas nós não teríamos dúvida alguma em sacralizar esse ser e, igualmente, a vida que anima esse ser como manifestação presente no plano da existência relativa. Por coerência, deveríamos considerar sagrada não apenas a vida humana, mas todas as formas de vida, cada uma segundo a sua própria natureza de ser e segundo a sua participação na construção da complexidade universal.

Ao sermos originários do mesmo princípio criador, somos todos irmãos e, dessa forma, estão dadas as condições básicas de uma fraternidade universal, congregando todos os membros da espécie. Sacralizada a vida, estará fixado o alicerce de respeito mútuo e de fraternidade, implícitos em uma sociedade pautada na lucidez, no discernimento e na dignidade humana, e estará também definido o projeto coletivo básico como sendo atualizar permanentemente as potencialidades implícitas no projeto humano e ampliar sempre o horizonte evolutivo da espécie. Com isso, emerge um pensamento próprio da espécie, configurando um despertar identitário, com o qual a espécie, como que despertando de um longo torpor mental, descobre-se como singularidade inteligente e vê diante de si não apenas um universo coalhado de galáxias, mas também um universo de novas e inusitadas possibilidades como postura coletiva. Estamos, neste ponto, praticamente diante de um despertar da humanidade como espécie consciente de si e também diante de uma nova e promissora perspectiva que nos cumpre explorar.

A integração e a interdependência de todos os fenômenos presentes no bojo universal evidenciadas, em particular, pela quarta dimensão do modelo, por outro lado, fornecem a base para uma relação harmônica e de cumplicidade com toda a natureza circundante e o impulso para a complexidade coloca no plano subjetivo, o horizonte natural mais promissor de evolução individual e coletiva. Dessa maneira, estão dadas as linhas mestras segundo as quais podem ser projetados os sistemas educativos destinados à formação desse novo homem, e a escola emerge como local privilegiado e centro dinâmico de produção e de reprodução dessa nova sociedade. Possivelmente, menos focada na transmissão de conhecimentos extensivos e fortemente dedicada à construção de personalidades e de espíritos fortes, capazes de colocar-se de forma serena e responsável diante da vida, formando seres humanos ávidos por aproveitar, com alegria, a oportunidade representada pela vida nas circunstâncias dadas.

Nessa sociedade, a vida é consagrada, de um lado, à conquista de saber e de discernimento e, de outro, ao desenvolvimento das potências latentes do projeto humano. Entender e aperfeiçoar-se como ser é o propósito central do desenvolvimento e a razão suprema da existência. Qualquer descoberta científica e qualquer novo recurso de bem-estar colocado à disposição representam apenas meio útil ao desiderato de ampliar discernimento e competência existencial. Não parece difícil perceber as potencialidades embutidas numa transformação social que aumente de 0,3% para 30% o percentual de cientistas da população, e chega a ser imponderável o que poderá advir em prazer, satisfação e realização humana, pelo aumento exponencial da sensibilidade,

da arte, da criatividade e, particularmente, da evolução e do domínio das emergentes ciências do espírito, em meio a uma sociedade já não mais submetida às tensões e aos desconfortos próprios de estágios sociais primitivos, nos quais predominam impulsos instintivos e preocupações de sobrevivência, além de ameaças constantes à integridade física e psicológica dos cidadãos.

O logos revela um universo feito essencialmente de energia, rigorosamente integrado e organizado. A própria ciência já demonstrou que, nesse universo, a condição material é residual e constitui exceção e que a condição energética é avassaladoramente predominante. Somente em face desse dado, um ser inteligente, dotado de perspectiva cósmica, apostaria na energia e não na matéria. Como seres materiais, estamos confinados à superfície deste planeta e não temos a menor possibilidade de chegar à estrela mais próxima. Aqui, neste planeta, vemos as maravilhas que a natureza produz naturalmente, com a maior simplicidade, e vemos a vida brotar insinuante em qualquer oportunidade que se ofereça, por mais estreita e precária que seja. Como pensar que esse vasto universo, no qual o número de estrelas compete com o número de grãos de areia das praias do planeta, seja vazio de vida e de inteligência?

Precisamos crescer, deixar de ser crianças, tornar-nos adultos e deixar de pensar que somos algo de especial nesse universo. Precisamos assumir nosso destino, descobrir e atualizar as nossas potencialidades na condição de seres de energia e nos habilitar como espécie, a participar ativa e responsabilmente desse universo. É óbvio que o universo fervilha de vida e que seres e civilizações transitam pelas galáxias, em intenso intercâmbio. Como será que tais inteligências nos veem? É difícil inferir por que não se comunicam conosco? É óbvio que não o farão enquanto continuarmos sendo geocêntricos e provincianos e não adotarmos uma perspectiva cósmica. Parecemos vermes comendo uma maçã cósmica. Quando a maçã terminar, vamos desaparecer simplesmente porque fomos incapazes de criar asas e de voar até a maçã mais próxima? Ou vamos tomar as rédeas do nosso destino nas mãos e adotar atitudes que nos recomende diante do conserto das restantes inteligências universais?

Independentemente disso, e ainda que sejamos a única espécie inteligente da galáxia, já está claro que não há como transitar fisicamente por distâncias tão vastas, de sorte que, caso pretendamos expandir o nosso âmbito de ação para além do sistema solar, vamos ter de descobrir tecnologias situadas fora do atual horizonte das ciências. Nesse aspecto, quer nos parecer que as ciências do espírito preconizadas pelo logos nos oferecem uma alternativa promissora, a começar pela focalização, trato e domínio da energia que nos sustenta na condição de seres vivos.

Nem mesmo há novidade nisso. Culturas orientais têm ampla experiência no cultivo das bioenergias que dispomos, com resultados reais comprovados em termos de equilíbrio e de harmonia psicossomáticos. Nesse contexto, lembro-me de pesadelos quando tinha cinco anos e lembro-me, particularmente, de uma ocasião em que fui acudido pela minha mãe no meio da noite, exclamando aflito que estava muito grande, tão grande que tinha saído da atmosfera e estava no espaço sideral próximo. Diante disso, fico imaginando o que resultaria de crianças educadas sem medo e sem castração, em um mundo onde essas manifestações fossem cultivadas e submetidas ao domínio da razão.

Menciono o conteúdo energético, apenas por se tratar do aspecto não material mais próximo da ciência atual, que seria certa e francamente contemplado por uma ciência do ser ainda desconhecida, mas que, além da dimensão energética, contemplaria, com toda certeza, dimensões outras, como a somática, a emocional e a mental, para mencionar somente o que se apresenta mais evidente. Na verdade, hoje, perdemos o foco do ser, negligenciamos o ser e nem mesmo temos ideias claras de que

aspectos tal ciência contemplaria. Embora existam registros de manifestações extrassensoriais ou paranormais, o estudo de tais questões ocupa ainda posição marginal à ciência, como a sua própria denominação indica. No caso de uma ciência voltada para o ser, essas questões seriam colocadas no centro do foco científico, simplesmente porque seria esse ser que precisaria ser conhecido, compreendido e desenvolvido.

Em termos mentais, o logos disponibiliza a ferramenta ideal para o uso metódico da razão e da racionalidade. Uma ferramenta que, organizando e hierarquizando o conhecimento, de modo a evidenciar a verdade do paradigma, evita, ao mesmo tempo, a anomalia dos sofismas que tem sido usados para justificar privilégios, ineficiências e desperdícios, patrocinados por mentes esquizofrênicas que, em lugar de promover o desenvolvimento do seu próprio ser, buscam realização, submetendo e dominando incautos, desperdiçando, assim, a oportunidade de viver e de capitalizar a sinergia própria da ação coletiva. No final, vivem e morrem solitários, encastelados em seus palacetes, embriagados no seu egoísmo, sem desfrutar do prazer de contribuir para a aventura existencial humana.

Não! O logos não cultiva egoísmos. Mantém a individualidade como responsabilidade pessoal indelegável de autodesenvolvimento, mas cultiva, como testemunho de lucidez e de inteligência, percepção clara de que é, na ação coletiva ordenada e sincronizada, que residem as melhores e mais poderosas potencialidades da espécie. Esse novo homem sabe que, assim como a abelha não sobrevive fora da colmeia, também não há humanidade em seres humanos isolados. Conscientes de que ser humano representa ato coletivo, a universalização da correta formação desse ser há de propiciar uma sociedade na qual todas as soluções inibidoras, do tipo “quebra-molas”, sejam dispensáveis, permitindo uma brutal redução de custos. Hoje, observamos crescer constantemente o contingente de policiais, virtualmente na mesma proporção que crescem os crimes e a quantidade de bandidos. Podemos dizer que há evolução civilizatória enquanto os contingentes de policiais e de bandidos crescerem? Ou devemos pensar que evolução civilizatória será atestada pela redução do número de bandidos e de policiais? A lição mais evidente e menos compreendida do terrorismo é a de que, qualquer que seja a guerra, não há mais vencedor. Temos ou não aí mais uma evidência clara da falência da perspectiva cartesiana?

Usamos a figura do quebra-molas para caracterizar todo tipo de aparelhos, meios e recursos inibidores de comportamentos socialmente indesejáveis, mas queremos invocar todos os custos sociais que tivemos de assumir para compensar a falta de lucidez e de responsabilidade que não conseguimos produzir no processo regular de ensino e de formação dos cidadãos – exércitos, estruturas policiais, sistemas de segurança, sistema carcerário, a maior parte do sistema jurídico e de administração de justiça, grande parte do sistema de recuperação da saúde e mil outras atividades que foram criadas para compensar nossa incompetência em cuidar das nossas crianças e formar homens integrais e não apenas bichos-homens que precisam ser pastoreados para que se comportem como gente.

Observe-se que sabemos tão pouco do que resultaria de um cultivo do ser, que se torna mais fácil estender críticas ao modelo atual do que efetivamente traçar, ainda que em pálidas pinceladas, o mundo que tal cultivo potencializa. Na verdade, não apenas estamos desprovidos de uma síntese ou de uma conceituação convincente sobre o que seja esse ser, como desconhecemos o que esse ser comporta em ato e potência em toda a sua extensão existencial. Temos notícias de mãos que curam e de organismos que não adoecem. Temos notícias de mentes que percebem à distância e de outras que à distância se comunicam. Temos notícias de mentes que intuem o futuro e de mentes

que percebem o passado. Temos notícias de mentes que abandonam o corpo físico, vão alhures, vislumbram o que está acontecendo e conseguem relatar tudo com riqueza de detalhes. Temos notícias de terapias que removem traumatismos de vidas passadas e de cirurgias espirituais. Temos notícias de que, antes que se instale uma doença física no corpo, manifesta-se presente um distúrbio energético e emocional de muito mais fácil remoção. Temos notícias de doenças curadas com a simples administração de placebos e de outras curadas simplesmente porque o paciente assim o decidiu. Temos notícias e até experiência de exercícios que permitem lembrar os sonhos e de casos bem-sucedidos de interpretação de sonhos. Temos notícias e até experiência de aprendizados e de soluções de problemas durante o sono. Temos, enfim, a experiência irrecusável da presença desse ser que somos nós mesmos, que encontramos sempre como operador presente no fundo da nossa consciência, toda vez que nos voltamos para dentro e, na verdade, não sabemos exatamente que ser é este, não sabemos bem quem somos, não sabemos nem o que somos, a que viemos e, menos ainda, para onde vamos.

Dedicamos os últimos trezentos anos ao estudo metódico da matéria e da materialidade e produzimos um acervo tecnológico que nos permitiu realizar grandes feitos civilizatórios, no campo da engenharia civil, da mecânica e das máquinas, dos meios de transporte, da eletrônica e das comunicações, e estamos avançando em áreas promissoras, como as da robótica, da nanotecnologia, da engenharia genética e de uma centena de outras frentes que descortinam infinitas possibilidades de interação e de útil aproveitamento da natureza. Devemos esse resultado ao advento do método científico e do concurso de paradigmas que orientaram o labor científico e concentraram a atenção dos cientistas em objetos bem determinados, permitindo aprofundamento adequado e persistente nas questões. A tecnologia resultante é o produto natural dessa concentração de esforços, e tudo indica que já reunimos conhecimento suficiente para prover todos os homens de condições físicas ambientais aconchegantes e favoráveis, para que todos possam desfrutar da vida em condições dignas de segurança e de bem-estar, compatíveis com o grau superior de urbanidade e de discernimento que sabemos ser perfeitamente possível à espécie humana, caso o homem deixe de ser constantemente desafiado a recorrer às soluções instintivas próprias da condição animal.

Dado que esse resultado foi obtido em face da presença de um paradigma que concentrou a atenção humana na materialidade e na matéria, despertando, no homem, o desejo patrimonialista de possuir bens materiais, de ter a posse de bens físicos, parece perfeitamente adequado esperar que o mesmo avanço seja conseguido, adotando-se um referencial que concentre a atenção no ser e desperte o correspondente desejo de realização espiritual. Os resultados nas ciências do espírito deverão ser tão intensos e importantes quanto aqueles da ciência da matéria, pelo simples fato de a atenção científica passar a ser focalizada no ser. Antecipar quais são os resultados que a ciência do espírito deve alcançar afigura-se tão difícil, hoje, como teria sido difícil a um homem do século XVII, na época em que o espírito científico cartesiano se consolidava, antecipar as tecnologias que esse modo emergente de pensar propiciaria. De que modo alguém, à época da Revolução Francesa, poderia, por exemplo, pensar em telefonia celular?

Não se afigura, portanto, razoável, pretender realizar uma comparação tecnológica entre uma cultura do ter e uma cultura do ser, embora a cultura do ser não implique o abandono das conquistas e das benesses propiciadas pelas tecnologias da matéria, mas apenas advogue a necessidade de revalorização das coisas, em patamar superior e mais elaborado de discernimento. Nesse novo patamar, emerge a consciência de que felicidade e bem-estar são, sobretudo, propriedades e condições do espírito, sendo nessa condição que devem ser apropriadamente cultivadas e perseguidas. Não significa isso desconsiderar a presença de um corpo físico e desconhecer as contribuições que os recursos materiais aportam para o bem-estar das pessoas, mas

apenas retirar a expectativa de que sejam eles os elementos determinantes da felicidade humana e atribuir-lhes apenas o valor que efetivamente lhes corresponde.

Isso representa inversão das expectativas de consumo que, atualmente, motivam os processos de desenvolvimento. Não há como negar a legitimidade do desejo de todos os homens do planeta desfrutarem do mesmo nível de consumo usufruído pela nação americana, e o fenômeno econômico chinês demonstra que é possível aumentar aceleradamente a produção. Mas já está igualmente demonstrado que, caso esse nível de consumo seja estendido apenas ao povo chinês, não há planeta suficiente para prover os insumos demandados. Portanto, a necessidade de dissociar a felicidade do consumo de bens materiais não se apresenta apenas como uma das opções disponíveis, mas como, possivelmente, a única alternativa que resta, antes que as massas adquiram consciência do engodo de que são vítimas e identifiquem, nos governos instituídos, o principal entrave ao justo desejo humano de felicidade e os reconheçam como frágeis fatores de feudos decadentes.

Com isso, talvez o aspecto mais relevante a se considerar para a adequada apreciação das vantagens de uma civilização do ser consista da devida consideração das implicações e dos efeitos nocivos implícitos em modelo civilizatório centrado no ter. Há sobre isso vasta literatura e há, sobretudo, o cotidiano testemunho dos meios de comunicação que se comprazem em estampar, em manchetes garrafais, a tragédia humana que se faz presente em todas as latitudes do planeta e em todos os povos e nações, indiscriminadamente. Basta meditar, à luz de cada notícia e de cada tragédia, em que medida aquele evento decorre do nosso apego à materialidade e de nossa desconsideração do ser e das coisas espirituais. Faça o leitor um exercício pessoal e assista o próximo informativo da TV com esse espírito crítico em mente e chegará a sua própria conclusão. No final, o leitor poderá ainda perguntar-se sobre quem está pagando pelo conserto dos estragos causados em cada tragédia ou implícitos em cada notícia e terá justa avaliação do modelo vigente. podendo compará-lo com o modelo que o logos propõe.

Se essa avaliação resulta ser de certa maneira negativa, ao firmar-se sobre custos sociais que deixariam de existir, em modelo cultivador de lucidez, de discernimento e de dignidade humana, podemos fazer uma avaliação positiva sobre os meios de comunicação e imaginar quais utilidades poderiam ser dadas à televisão e a toda a mídia falada e escrita. Em ambiente no qual a propaganda e a formação de mercados, hoje voltadas ao fomento do consumo de bens materiais e à promoção de marcas, implique perda de tais utilidades. Por intermédio dos vários meios de comunicação, apenas programações educativas, culturais, de lazer e governamentais fariam sentido. Os diferentes canais de TV poderiam assumir, virtualmente, funções sociais integradoras e ativas, na condição de centros locais ou setorialmente especializados de coordenação, promoção e divulgação de projetos, de estudos e de pesquisas, desempenhando o papel de centros de organização, registro, preservação e disponibilização de informações de programas ou de projetos. Canais ou programas atuando de modo interativo poderiam agilizar trabalhos com milhares de participantes, sem necessidade de deslocamentos físicos das pessoas, e possibilitar, assim, gigantescos alívios de tráfego nas vias públicas e nos sistemas de transportes.

Desse modo, os chamados meios de comunicação social voltariam ao leito natural indicado pelo título, como instrumentos de integração e de desenvolvimento social, leito do qual foram desviados quando capturados por interesses políticos e pela economia de mercado. Temos, nesse ponto, uma diferença palpável: os meios de comunicação de massa atuando como instrumentos de integração, veículos de participação e ferramenta de desenvolvimento social, condição na qual ensejariam que



se pensasse mil vezes antes de veicular certos conteúdos. Nesse sentido, precisamos reconhecer que, hoje, a televisão, em particular, opera francamente como predadora social, na medida em que induz os telespectadores, manipulando-os a serviço de interesses localizados, falseando a verdade segundo conveniências econômicas particulares. Da mesma forma, coloca-se como obstáculo ao aperfeiçoamento ético e moral da população, quando veicula e difunde a violência e estimula valores instintivos próprios da animalidade. O modelo do logos, ao evidenciar padrão evolutivo de abrangência cósmica, informa-nos que o ser humano constitui estágio evolutivo que se assenta sobre uma base orgânica de compleição animal. Ensina-nos que esse animal, quando instrumentalizado com raciocínio lógico e memória, torna-se, nos estágios iniciais de discernimento, o mais terrível dos predadores que a natureza é capaz de engendrar, pelo simples motivo de gerar um animal vingativo e traiçoeiro, em razão da engenhosidade que é capaz de lançar mão para conseguir seus intentos. Ora, sendo o caso de a condição humana representar estágio evolutivo que se sobrepõe a condição animal, cumpre cultivar sentimentos e atitudes correspondentes e não ficar invocando constantemente comportamentos tipicamente animais, e o que é pior, representativos dessa fase de transição entre o animal e o humano, que contempla justamente não só o pior da condição humana como também o pior da condição animal. Em termos civilizatórios, esse período deveria ser tratado como momento de crise evolutiva, estrutural e transitória, que, ao contrário de ser cantada em verso e prosa, deveria ser considerada bárbara e vergonhosa e, por isso, ser relegada, se não ao esquecimento ao menos a plena superação. Todo esse acervo gigantesco de filmes violentos, de terror e de pornografia, no máximo, deveria estar disponível em museus de imagens e de sons, para embasar estudos sobre essa fase doentia que a humanidade teve de superar, para conquistar maturidade intelectual. O mesmo pode dizer-se de toda propaganda de mau gosto que usa o corpo da mulher para promover alguma venda, configurando agressão abominável à dignidade dela. Colocar uma mulher de quatro, vestida de fio dental, para vender amortecedor automotivo, constitui inaceitável atentado à dignidade humana, próprio de mentes sádicas e doentias, se não completamente perturbadas por ciúme, despeito ou inveja, em face de a natureza não lhes ter agraciado com os mesmos atributos.

Todo o processo de vulgarização hoje em curso, em nome de um suposto direito de livre expressão, representa, na verdade, monumental atestado de ignorância e barbárie, amparado em sofismas possibilitados pela precariedade do discernimento médio vigente. Exemplo claro é a vulgarização do sexo em contraponto à sua histórica conversão em pecado, sem o menor cuidado e consideração das implicações psicológicas e estruturais envolvidas, tanto em sentido individual de formação das personalidades quanto em sentido social e civilizatório de uma espécie sexuada que precisa, por isso mesmo, harmonizar-se plenamente com todos os seus atributos, tão bem como com todas as suas potencialidades e limitações. Afinal, ninguém pode ser feliz estando em desacordo consigo mesmo e com sua realidade existencial, mas reduzir a vida humana à sexualidade é desprezar a riqueza que é própria da condição humana, em favor de uma singularidade que é comum ao biológico: nivelamento por baixo.

Mais essencialmente, tem-se, hoje, particularmente no Brasil, uma ideia fantasiosa e distorcida de liberdade, completamente divorciada da contrapartida estrutural inescapável do conceito: a correspondente responsabilidade. Tudo se passa como se o convívio social pudesse dar-se à margem de um protocolo social respeitado por todos, como se o fato civilizatório dispensasse um protocolo e pudesse ocorrer cada um fazendo o que bem entendesse, ou pior, como se a lei fosse apenas para a massa da população, mas não para seus espertos dirigentes. Estes, em nome de falsos direitos humanos e de cidadania, cujo amparo e desfrute os fizeram independentes de qualquer

comportamento humano e cidadão correspondente, montam sistemas legislativos e judiciários projetados sob medida para mantê-los fora do alcance das regras e das punições que são impostas à população em geral, e, assim, a democracia, um dos frutos promissores da criatividade humana, é desfigurada para dar lugar a um criminoso banquete de alguns, sugando o trabalho e a riqueza da nação.

Atuando na condição de ferramentas a serviço do interesse coletivo, isto é, como instrumento a serviço da evolução social, a televisão e os meios de comunicação poderiam patrocinar profundas alterações tanto no modo de a escola desenvolver as suas atividades formativas quanto no modo em que são exercidas as atividades voltadas à gestão do interesse coletivo e que, hoje, chamamos genericamente de governo.

O que um professor e sua turma poderiam fazer se pudessem trocar imagens ao vivo e a cores com outro professor e outra turma de qualquer parte do planeta? Como seria se a atividade exploratória de campo de uma turma pudesse ser compartilhada interativamente por outras turmas espalhadas mundo afora? O que aconteceria se aquela aula magistral de um professor qualquer pudesse correr mundo e beneficiar muitos mais alunos? E se não apenas a aula, mas também trabalhos excepcionais de alunos pudessem correr o mundo? O que aconteceria se, em lugar do professor explicar história e geografia, os alunos participassem de viagens virtuais aos locais mencionados? Enfim, parece que as possibilidades são ilimitadas, e os ganhos em qualidade do ensino, igualmente inimagináveis.

O governo, por seu turno, poderia retornar ao leito original da concepção que preconiza a venerável e respeitável figura de um chefe de nação, serenamente comprometido com o bem-estar e a harmonia do povo, que lidera por personificar a excelência da espécie, pelo exemplo de vida e de dedicação, tão distante do executivo e asséptico presidente de um estado moderno, que se esmera em culpar as circunstâncias e alardear pífios resultados, cujo compromisso fundamental é com o seu grupo de sustentação – líder, na maioria das vezes, completamente destituído de visão globalizante e de perspectiva fundada de futuro, que se limita a reproduzir a cultura vigente, de forma maquinal, por ser incapaz de lhe fazer uma crítica e reconhecer as evidentes e perigosas tendências atuais. Qual o governante ocidental moderno que já expressou reconhecimento de que a corrupção deixou de ser um desvio patológico da competição de mercado e se tornou a ferramenta básica essencial dos grandes negócios públicos?

Em ambiente automatizado, a gestão governamental objetiva e relevante talvez se concentre na programação adequada da produção, segundo a demanda e na competente manutenção dos recursos e dos aparelhos públicos e privados de sustentação da vida e da dinâmica social, virtualmente distribuídos em cidades criteriosamente planejadas, para viverem como unidades independentes de população mais ou menos estável, em concepção urbana e escala apropriada à gestão eficiente das condições de produção, distribuição, reprodução, sobrevivência, lazer e bem-estar.

Com o afastamento da remuneração, desaparecerão também os interesses econômicos egoístas, a corrupção e o próprio modelo político de representação, de sorte que as funções públicas tendem a atrair apenas aqueles indivíduos cujo legítimo espírito público encontre satisfação e realização no exercício de tais funções, a maioria delas exigentes de conhecimentos técnicos especializados apropriados. O próprio conceito de democracia precisa contemplar limites dentro dos quais se aplica, e, neles, tende para uma ampla participação de cidadãos habilitados e para um exercício absolutamente transparente dos processos decisórios, transmitidos ao vivo, virtualmente com registro gravado e público dos processos, inclusive dos que envolvem a administração da justiça.

Nesse ambiente, a área mais dinâmica, possivelmente, seja a de projetos de desenvolvimento e de pesquisas amparados com recursos públicos, tendo em vista o interesse geral. O papel governamental estaria restrito à seleção de projetos, à priorização e à alocação de recursos. Nesse aspecto, a televisão e os meios de comunicação podem funcionar como elementos de divulgação, de coordenação e de acompanhamento de projetos, facultando participação ampla, independentemente de distâncias, que aproveite todas as competências disponíveis. Não se trataria mais de explorar a população como recurso de produção ou como mercado, mas de unir todos os homens em torno da construção e da reprodução da sociedade. O que aconteceria se, em dado momento, todas as mentes pensantes do planeta se concentrassem simultaneamente na análise e na consideração de um mesmo problema? O que aconteceria caso as pesquisas que são hoje desenvolvidas isolada e secretamente em laboratórios de segurança máxima, visando a vantagens econômicas de grupos privados, contassem com a participação de toda a comunidade de especialistas internacionais na área, já que não estaria mais em pauta a conquista de vantagens comparativas, mas o interesse geral da espécie? O que aconteceria se os grupos, hoje econômicos, perdessem o interesse que os faz manter trancadas em gavetas soluções tecnológicas já disponíveis que não são implementadas porque contrariam seus interesses econômicos?

A impressão que nos invade é que, em cem anos, teríamos eliminado toda a miséria e todas as doenças do planeta, a Terra voltaria a ser o Jardim do Éden, que um dia possivelmente já foi, desta feita, sob vigência da razão e da racionalidade humana, e estaríamos virtualmente ensaiando nossas primeiras viagens pela galáxia. Talvez interagindo com seres e inteligências imponderáveis, oriundas de estrelas cuja existência sequer desconfiamos ou talvez até de estrelas visíveis em noites de céu limpo: nossos insuspeitos vizinhos.

Três mil e quinhentas cidades de dois milhões de habitantes estrategicamente distribuídas pelo planeta, em locais criteriosamente selecionados, seriam suficientes para abrigar toda a população atual, e, no caso de a produção hidropônica de alimentos ser viável em fazendas verticais, o restante do planeta poderia ser cultivado com florestas e coberturas naturais, conforme soluções convenientes ao equilíbrio saudável do planeta.

Na verdade, pensamos estar dispensados de avançar por esse tipo de descrição que envolve detalhes sobre soluções técnicas que estão já disponíveis ou podem rapidamente ser disponibilizadas. Existem, mundo afora, muitos esforços e muitas instituições preocupadas em estudar alternativas civilizatórias mais promissoras para a humanidade. Essas instituições enfrentam sérias dificuldades de articulação no mundo competitivo em que vivemos e, certamente, dão contribuições importantes caso sejam convocadas a contribuir. Somente em Brasília, rapidamente, podemos enumerar uma dezena de entidades dedicadas a tais estudos alternativos, como a Universidade Holística, a União Planetária, a Sociedade Teosófica do Brasil, a Nova Acrópole, a Maçonaria, a Civilização Solar, entre outras, além de grupos informais como o nosso que se reúne regularmente em Segundas Filosóficas, para discutir Filosofia e tais questões. Isso certamente repete-se em todo grande centro de todos os países, e um chamamento geral à participação dotado de suficiente credibilidade há de obter uma resposta estrondosa. No plano internacional, cabe destacar The Zeitgeist Movement e, mais precisamente, o Projeto Venus, cujos vídeos estão disponíveis na internet e contemplam muitas ideias concebidas na perspectiva de um mundo não egoísta ecologicamente sustentável. Esse movimento nos oferece, inclusive, exposição contundente, mostrando o quanto nos tornamos insensíveis e desumanos quando hipnotizados pela ganância materialista, e, também, demonstra, em linguagem própria, o prejuízo civilizatório

causado pelo monetarismo, propondo como alternativa um modelo de economia baseado em recursos que merece ser estudado com muito carinho, pois contempla a total eliminação da moeda.

Focalizando o campo dos movimentos alternativos à cultura vigente, pensamos que o paradigma do logos confere virtualmente a todas essas instituições o fundamento filosófico-científico que lhes falta, potencialmente capaz de uni-las sob amparo de uma mesma doutrina centrada no ser, que está dito, interdito ou pressuposto em todas elas, apesar das perspectivas e das linguagens diferenciadas que adotam. Dado que todas oferecem críticas consistentes e fundadas à cultura atual e buscam invariavelmente redesenhar a cultura com resgate da dignidade humana, chega a ser curioso que tais instituições e iniciativas não conversem entre si e não se integrem em ações conjuntas, o que certamente lhes conferiria muito mais poder para intervir e se fazer ouvir. Essas iniciativas surgem isoladas e fracas, porque são produtos de percepções de algumas raras pessoas que conseguem se desvencilhar mentalmente do sistema e criticá-lo de fora. O modelo vigente, por seu turno, obediente aos ditames da teoria sistêmica, não contempla crítica e apenas representa reprodução sonolenta do sistema. Como está focado no ter e na materialidade, cultiva seres competitivos, egoístas e individualistas, o que inibe e desestimula a ação e a organização coletivas que não sejam para fins patrimonialistas ou, francamente, para ações de rapina. Com isso, perde-se o poder de sinergia que representa justamente uma das principais potencialidades da espécie e, ao produzir fragmentação e divisão da humanidade em indivíduos, grupos ou nacionalidades, facilita o processo de controle social por parte dos beneficiários do modelo.

Essa dificuldade para se unirem e se organizarem, enfrentada pelos próprios defensores de mudança, evidencia de forma insofismável a ação adestradora que, subliminarmente, o paradigma atual exerce sobre a população. Na contrapartida, demonstra também que é perfeitamente possível fazer com que a população adote um paradigma distinto, como aqui apregoamos, caso isso constituísse decisão política dos governos.

Embora sejam claras as diretrizes gerais do modelo de civilização que o logos potencializa, ao preconizar a predominância do espírito sobre a matéria, ao priorizar o ser e a dignidade dos homens, ao respeitar os limites impostos pela natureza, ao priorizar o equilíbrio ecológico do planeta, ao potencializar um futuro promissor e sustentável para toda a espécie, sem exclusões, e, sobretudo, ao cuidar de formar homens integrais e lúcidos, mental e fisicamente saudáveis, encontramos dificuldade em antecipar detalhes da organização social implícita.

Mencionamos no texto, por exemplo, a premiação por descobertas e por resultados excepcionais e também a necessidade de cartões de débito para harmonizar produção e consumo, mas desconfiamos que isso resulte de nossas dificuldades em ver o novo com clareza, mais do que configurar um detalhe justificado. O dinheiro está na raiz das mazelas atuais, personifica a ganância pela posse de bens materiais e tem sido o motivo da maioria dos crimes contra a humanidade e contra o planeta, de sorte que talvez a alternativa seja eliminá-lo sumariamente em todas as suas formas e apenas responsabilizar os homens pelo uso parcimonioso e adequado dos bens comuns disponíveis. Sabemos que, como unidade de valor e elemento facilitador de trocas, o dinheiro não é nefasto, mas não sabemos se seria possível criar uma moeda limitada a tais funções. Diante disso, pensamos que os detalhes técnicos e funcionais convenientes a essa nova sociedade deverão ser estabelecidos, na medida em que a construção avance, de sorte que as sugestões arroladas neste texto devem ser consideradas como dados iniciais de abordagem.

Em face desse tipo de dificuldade, parece que o mais claro na avaliação de um modelo civilizatório alternativo seja, ainda, as tendências insustentáveis do modelo atual que apontam para catástrofes iminentes. Ninguém pode negar que o processo de automação, em meio a uma economia competitiva, conduz ao desemprego, este, à redução da renda disponível, e esta, à redução do consumo, que, fechando o círculo vicioso, resultará na paralisação da produção, naturalmente, depois de escravizar as pessoas por endividamento. Da mesma forma, não se pode negar que, em mercado competitivo, a empresa se esforça para eliminar os seus concorrentes e assumir posição monopolista que nega justamente o modelo competitivo. Do mesmo modo, o sistema financeiro internacional gerou, com os derivativos, uma fantasia financeira que amplia as dívidas e exige crescentes pagamentos de juros, que, por sua vez, empobrecem as nações e reduzem a capacidade de pagamento das dívidas, em franca oposição às exigências do modelo. No longo prazo, essas contradições insustentáveis não constituem anomalias do modelo atual, mas, sim, aspectos estruturais inescapáveis que podem ser encontrados em qualquer setor do modelo. Nesse contexto, destacam-se o obsoleto programado em face de recursos escassos; o sistema de seguridade social diante da crescente longevidade da população; a manutenção de processos poluentes; o uso de energias não renováveis; o interesse da indústria farmacêutica na doença da população, em face de um governo que afirma querer a saúde do povo, mas depende dos impostos da indústria; a expectativa de que crianças abandonadas nas favelas se tornem, quando adultos, cidadãos exemplares; a expectativa de que o financiamento privado de campanhas políticas seja feito por amor à pátria; a ideia de que corrupção configure uma anomalia psicológica em seres adestrados para competir desde o berço; o baixo investimento em educação *versus* a crescente demanda por qualificação profissional; o crescente desemprego *versus* a crescente escassez de profissionais habilitados; o crescimento populacional descontrolado *versus* os limites de sustentação do planeta; o uso de escassez programada para regular preço; o desperdício e a previsível escassez futura de água potável; e por aí afora. Uma concepção que reúne tantas contradições estruturais pode gerar um modelo de exploração social, mas nunca uma economia social.

O grau de ineficiência global desse modelo é tão evidente e gigantesco, decorrente das suas contradições, que custa entender a sua persistência. Qual é o fundamento conceitual que sustenta e mantém essa concepção? A de que apenas a competição é capaz de motivar os homens para o progresso e para a evolução? A de que o homem é, por compleição estrutural, um animal predador incapaz de realizar uma associação leal com seus pares? A ideia de que apenas alguns homens são espertos e os demais imbecis burros de carga? A ideia de que é primeiro preciso fazer o bolo crescer para depois distribuir?

De qualquer forma, o que começou como uma Primavera Árabe na Tunísia e no Egito, no início do ano, e se estendeu pela Jordânia, pelo Iêmen, pela Líbia e pela Síria já repercutiu na China, já levou os jovens espanhóis à praça pública e virou quebradeira na Grécia, e olhe que apenas estamos na metade deste ano de 2011. Se acrescentarmos os problemas do euro da União Europeia, onde as contradições do sistema financeiro ferem finalmente também o primeiro mundo, e os problemas domésticos dos Estados Unidos e do Japão, parece, no mínimo, prudente começar a pensar em modelo alternativo. Nada sobrevive na natureza com essa ineficiência.

## **CAPÍTULO 8 – ALTERNATIVAS PARA A TRANSIÇÃO**

Os possíveis caminhos da transição. – Objetivo: identificar, em face das circunstâncias, as alternativas disponíveis para encaminhar a mudança.

### **Comentário institucional ao Capítulo 8**

No final de 2011, surgiram duas ideias básicas, visando a viabilizar, na prática, uma intervenção intencional no rumo civilizatório. O grupo concordou que essas alternativas tinham potencialidades e mereciam ser estudadas a fundo, para compreender/revelar suas reais possibilidades. Passados seis meses sem conseguirmos avançar no tema, por falta de tempo, resolvemos indicar as ideias no *site*, na esperança de, assim, virtualmente conseguirmos adesão de capacidade intelectual que possa nos ajudar nesse estudo.

A primeira ideia foi apresentada por Jonatas Gustavo e diz respeito à criação de uma concepção política de validade planetária que visaria, em última instância, a conquistar poder político em todos os rincões do planeta, para implementar as mudanças requeridas pelo novo padrão civilizatório.

A segunda ideia foi apresentada por Rogerouniello e diz respeito a tornar patrimônio da humanidade toda descoberta científica e toda inovação tecnológica produzida pelo homem, de sorte que o produto da criatividade humana passe a beneficiar toda humanidade e deixe de ser usado como instrumento de dominação e de concentração de poder.

A concepção política precisa assumir perspectiva que seja comum e própria da espécie humana e defender os interesses da humanidade considerada como uma só família, na qual todos os membros desfrutem de idêntica cidadania e dignidade e na qual todos trabalhem de forma cooperativa, em busca do aperfeiçoamento da espécie e da civilização. Aqui, trata-se de definir um conjunto mínimo de diretrizes básicas que sejam assimiláveis por todos os povos da Terra, provendo uma ideologia política não sectária, não defensora de direitos de segmentos sociais particulares nem mesmo de defesa de qualquer parte ou grupo, mas, sim, da defesa do todo e de todos. Imagina-se que, dessa forma, cada localidade poderá criar uma organização política centrada nos interesses da espécie, cujo único compromisso seria preservar-se fiel às diretrizes planetárias da concepção, e desenvolver o trabalho local, considerando as suas circunstâncias e as suas particulares possibilidades. Convém ressaltar de imediato que não caberia qualquer concentração de poder que resultasse em algum tipo de governo planetário, mas apenas a manutenção de um organismo virtual internacional responsável pela preservação e pela atualização da doutrina da espécie, de sorte que a universalização da doutrina somente possa ser alcançada em razão da excelência e da adequação dos princípios adotados, sem qualquer caráter impositivo. O trabalho a ser desenvolvido neste item e para o qual convidamos todos os interessados consiste em definir nova concepção, considerando termos aceitáveis a todo ser humano efetivamente comprometido com os destinos da espécie e, ao mesmo tempo, mantendo a concepção livre dos predadores sociais que são orientados por interesses pessoais ou de grupos.

A ideia de universalizar o acesso às descobertas científicas e tecnológicas visa, de um lado, a estancar a apropriação privada dos produtos da criatividade humana, dado ser esta uma das fontes primordiais da concentração da renda e das diferenças sociais, e, de outro lado, a amplificar a produtividade criativa da espécie, ao possibilitar cooperação científica planetária nos esforços de desenvolvimento que, atualmente, estão confinados a laboratórios cercados de segurança máxima e a grupos de competência restritos. Pensamos que, livre dos interesses corporativos, o

desenvolvimento científico e tecnológico dará salto exponencial, e as dificuldades sociais poderão ser superadas em tempo previsível. Somente a liberação das patentes já existentes e guardadas a sete chaves por contrariarem interesses mercantis pode ou deve representar verdadeiro choque evolutivo. O trabalho a ser desenvolvido neste item e para o qual também estão todos convidados consiste em definir as diretrizes e as regras da concepção e as alternativas de constituição e de gestão do fundo de capital correspondente.

Outra ideia que amadureceu nos últimos anos, em virtude de nossos estudos da obra de Platão, pode ser registrada neste início de 2020. Esses estudos revelaram a visão de um universo ordenado e evolutivo, orientado para a complexidade organizativa, sob o comando de leis universais inescapáveis. Em decorrência dessa ordem geral, resultam visões de humanidade e de racionalidade humana também evolutivas, desdobrando-se em processos evolutivos virtualmente contingentes. Essa alternativa se ofereceu com tanta força que capturou nossos esforços, permitiu-nos evoluir do conceito de logos normativo para o conceito de algoritmo da criação, possibilitou a geração de uma teoria metafísica do conhecimento e permitiu-nos vislumbrar o processo evolutivo da razão e do discernimento humano, com a caracterização lógica do próximo estágio civilizatório facultado à espécie. Em consequência, direcionamos nossos esforços para a criação da Academia Platônica de Brasília, com o propósito de potencializar a universalização do modo de pensar que permitirá superar a pós-modernidade e viabilizar o novo e superior padrão civilizatório que se oferece. Presentemente, estamos empenhados nisso, lutando com a falta de recursos para viabilizar a ideia.

## **CAPÍTULO 9 – O LOGOS NA HISTÓRIA DA HUMANIDADE**

Antecedentes históricos do padrão paradigmático representado pelo logos normativo da racionalidade. – Objetivo: mostrar que versões outras do mesmo paradigma já foram usadas com relativo sucesso pela humanidade.

### **Comentário**

Rubi Rodrigues disse:  
10/10/2021, às 22h18

Capítulo pendente, em razão da opção do grupo pela criação da Academia Platônica de Brasília, que visa a ajudar todo ser humano que decida libertar-se da caverna alegórica de Platão e enfrentar a luz do sol da verdade. Esse projeto procura implementar a terceira alternativa de transição indicada no capítulo 8 anterior.

## **CAPÍTULO 10 – REFERÊNCIAS**

AGAMBEM, Giorgio. *O que é o contemporâneo? E outros ensaios*. Tradução de Vinicius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2009. 92 p.

ARISTÓTELES. *Metafísica*. Tradução de Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2006. 363 p.

BERGSON, Henri. *A evolução criadora*. Tradução de Adolfo Casais Monteiro. São Paulo: UNESP, 2009.

- GAISER, Konrad. *Platons ungeschriebene Lehre*. Studien zur systematischen und geschichtlichen Begründung der Wissenschaften in der Platonischen Schule. Stutgard, 1963, 1968.
- ISRAEL, Jonathan I. *Iluminismo radical: a filosofia e a construção da modernidade 1650-1750*. São Paulo: Madras, 2009. 878 p.
- KAFATOS, Menas; KAFATOU, Thalia. *Consciência e cosmos*. Brasília: Teosófica, 1994. 264 p.
- KAKU, Michio. *Mundos paralelos*. Tradução de Talita M. Rodrigues. Rio de Janeiro: Rocco, 2007. 369 p.
- KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. Tradução de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.
- KRÄMER, Hans. *Arete bei Platon und Aristoteles*. Zum Wesen und zur Geschichte der platonischen Ontologie. Heidelberg 1959 (Amsterdam 1967).
- KUHN, S. Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 1997. 257 p.
- LASZLO, Ervin. *A ciência e o campo Akáshico: uma teoria integral de tudo*. Tradução de Aleph Teruya Eichenberg e Newton Roberval Eichenberg. São Paulo: Cultrix, 2008. 191 p.
- MARQUES, Luis Carlos. *O Mito da Caverna de Platão*. Videopalestra gravada ao vivo. Brasília: Nova Acrópole, 2006. 84 min.
- MOLINARO, Aniceto. *Metafísica: curso sistemático*. Tradução de João Paixão Netto e Roque Frangiotti. São Paulo: Paulus, 2004.
- PLATÃO. *Carta VII*. Texto estabelecido e anotado por John Burnet; introdução de Terence H. Irwin; tradução do grego e notas de José Trindade Santos e Juvino Maia Jr. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2008. 107 p.
- \_\_\_\_\_. *Diálogos*. V. Tradução de Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2010. 287 p.
- PLATÃO: *República*. Tradução e adaptação de Marcelo Perine. São Paulo: Scipione, 2002. 136 p.
- PLOTINO. *Tratados das Enéadas*. Tradução de Américo Sommermann. São Paulo: Polar, 2007. 188 p.
- REALE, Giovanni. *Platão: história da filosofia grega e romana*. Vol. III. Tradução de Henrique Cláudio de Lima Vaz e Marcelo Perine. São Paulo: Loyola, 2007. 311 p.
- \_\_\_\_\_. *Para uma nova interpretação de Platão*. 2. ed. Tradução de Marcelo Perine, a partir da 14ª edição italiana. São Paulo: Edições Loyola, 2004. Original: Vita e Pensiero, Milão, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Pré-socráticos e orfismo*. Tradução de Marcelo Perine. São Paulo: Loyola, 1993. 190 p.
- RODRIGUES, Rubi Germano. *A razão holística: método para o exercício da razão*. Brasília: Thesaurus, 1999. 271 p.
- \_\_\_\_\_. *A Teoria dos Princípios... de Platão?* Brasília: Thesaurus, 2016. 320 p.
- \_\_\_\_\_. *Filosofia: a arte de pensar*. São Paulo: Madras, 2011. 168 p.



\_\_\_\_\_. *O modo de pensar de Platão em três estudos da obra*. Riga: Novas Edições Acadêmicas, More Books, 2018. 70 p.

SAMPAIO, Luiz Sérgio Coelho de. *A lógica da diferença*. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

\_\_\_\_\_. *Filosofia da cultura – Brasil: luxo ou originalidade*. Rio de Janeiro: Ágora da Ilha, 2002. 377 p.

SANTOS, Mário Ferreira dos. *Filosofia concreta*. Introdução e notas de Luís Mauro de Sá Marinho. São Paulo: É Realizações, 2009. 637 p.

\_\_\_\_\_. *Platão: o um e o múltiplo*. Comentários sobre o Parmênides. São Paulo, IBRASA, 2001. 277 p.

\_\_\_\_\_. *Pitágoras e o tema do número*. São Paulo: Ibrasa, 2000.

SZLEZÁK, Thomas Alexander. *Platão e os pitagóricos*. Tradução de Fernando Augusto da Rocha Rodrigues. 2008. Texto originalmente publicado no volume de Jean-Luc Pèrilié (dir.) *Platon et Lês Pythagoriciens*, éd. Ousia, Bruxelles, 2008, p. 93-116.

*Sites consultados:*

<http://www.thevenusproject.com/>

<http://www.thezeitgeistmovement.com/>